

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

**Reabilitação do Forte de São João Baptista
Esposende**

Orientador:

Prof^ª. Doutora Goretí Sousa

Coorientador:

Mestre Arquitecto Rui Correia

Candidato:

Carlos Alberto Fernandes Ribeiro Pereira

Vila Nova de Cerveira, janeiro 2015

PREÂMBULO

A presente Dissertação insere-se no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior Gallaecia para a obtenção do Grau de Mestre. O trabalho aborda a Reabilitação do Forte de São João Baptista, em Esposende, para a qual se apresenta uma Dissertação de Projeto, desenvolvida entre 2014 e 2015, com orientação da Prof.^a Doutora Goreti Sousa e coorientação do Mestre Arquiteto Rui Correia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão pela sabedoria demonstrada na orientação pela Prof.^a Doutora Goreti Sousa e pelo coorientador Mestre Arquiteto Rui Correia.

Não posso ainda deixar de referir, as qualidades humanas de todos os professores da Escola Superior Gallaecia que, de áreas tão distintas, me auxiliaram nas minhas escolhas segundo uma visão única da arquitetura e do urbanismo.

Agradeço ao Sargento Soares Comandante da Capitania de Esposende, ao Faroleiro Américo Miquelino e sua esposa Maria Mó, pela contribuição no levantamento do Forte.

À ARGEA - Gabinete de Engenharia e Arquitetura, Lda. na pessoa do seu sócio gerente Engenheiro António Fernandes Ribeiro, assim como ao pessoal da sala de arquitetura, pelo apoio e cedência das instalações durante todo o curso.

À minha mãe Maria Celeste Fernandes Ribeiro, por toda a ternura e inspiração que sempre me proporcionou.

Por último, mas não menos importante, foi todo o apoio e incentivo da minha família e amigos, durante todo o curso, a quem manifesto a minha profunda admiração, amor e respeito. Entre eles, saliento de forma especial, à minha esposa Teresa de Jesus Cardoso Senra Pereira, a minha filha Maria Edite Senra Pereira e os meus filhos Carlos António Senra Pereira e Emanuel Senra Pereira.

RESUMO

As fortificações, que estão espalhadas pelo território nacional, compõem um património histórico-cultural construído ao longo de séculos. Todas as fortificações, edificadas em pontos estratégicos de defesa do território nacional, são símbolos de um passado, importantes na paisagem, tendo sido fundamentais na delimitação, proteção e consolidação das fronteiras da nação. Atualmente, o estado de conservação destas construções e das estruturas envolventes é diverso. Muitas das suas estruturas e dos seus elementos construídos já desapareceram. Os elementos que ainda permanecem têm estado sujeitos a alterações, com intervenções sem critérios, dando origem a um processo irreversível e consequente desvirtualização do seu carácter. A presente Dissertação aborda a Reabilitação do Forte de São João Baptista, edificado na foz do rio Cávado, em Esposende, o bem patrimonial, classificado como Monumento de Interesse Público, foi importante na estratégica de defesa do território nacional, no âmbito das Guerras da Restauração e das Invasões Francesas.

Neste sentido pretende-se identificar o valor patrimonial do Forte de São João Baptista e analisar estratégias de intervenção no património militar, que ajudem a definir uma estratégia de intervenção no Forte de S. João Baptista, que resultará num Projeto de Arquitetura.

Na elaboração do projeto procura-se uma avaliação criteriosa e correta abordagem de intervenção no Forte, contextualizando-o como um elemento útil, acentuando as relações com o sítio e referenciando-as a um novo entendimento do local onde se insere. Ambiciona-se uma estratégia de intervenção que procura a valorização do conjunto, no qual o monumento se insere enquanto potencial arquitetónico, turístico e/ou sócio-cultural e económico, dada a sua reconhecida qualidade enquanto, testemunho histórico-arqueológico.

O método de investigação a utilizar é o estudo multicase. É composto no total por seis casos, três de referência e três casos de estudo, que correspondem a intervenções em património e monumentos históricos. Os três casos edificatórios de referência tratam de intervenções em património em geral, analisando através de documentos quer sejam eles escritos ou fotográficos. Os três casos de estudo tratam da reabilitação de fortalezas abaluartadas, analisando através de fichas o estado anterior e o atual. No tratamento da informação realizar-se-á uma análise de dados qualitativa, da qual se obterão os princípios e critérios de intervenção para a elaboração da parte de projeto a realizar.

A dissertação consiste em duas partes, uma investigação teórica e um projeto de arquitetura onde se aplicam as conclusões daí retiradas. A investigação parte de um enquadramento teórico onde se estudam as fortificações abaluartadas passando ao diagnóstico do Forte de São João Baptista, em Esposende. Nesta circunstância foram analisados casos de referência e de estudo, a partir de indicadores extraídos do estudo de conceitos e fundamentos teóricos sobre conservação e restauro.

Este estudo contribuiu para aprofundar o conhecimento do objeto de estudo, usando-o enquanto alavanca para o desenvolvimento do seu entendimento e demais questões de partida. A reabilitação do Forte permite devolver aquela estrutura à população, visto haver interesse que envolve, para além do inerente simbolismo e importância patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE:

Património; Valorização; Reabilitação, Fortificação Abaluartada

ABSTRACT

The fortifications that are scattered throughout the country compose a historical and cultural heritage built over centuries. All fortifications, built at strategic points of defence of the country, are symbols of a past, important in the landscape, having been instrumental in defining, protecting and consolidating the nation's borders. Currently, the conservation status of these buildings and surrounding structures is different. Many of its structures and its built elements have disappeared. The elements that remain have been subject to interventions with no criteria, leading to an irreversible process of change and subsequent mischaracterization.

The Dissertation approaches the rehabilitation of the São João Baptista's Fort, built at the mouth of the Cávado river, in Esposende, the heritage property, classified as a cultural monument, was important in the strategic defence of the country, under the Restoration Wars and the French Invasions.

In this sense it is intended to identify the asset value of the São João Baptista's Fort and analyse different intervention strategies in military monuments that help define an intervention strategy in the São João Baptista's Fort, which will result in an Architecture Project.

The development of this project seeks a thorough evaluation and an accurate intervention on this Fort, contextualizing it as a useful element, with special emphasis on the relationship with the place and referring them to a new understanding of where it belongs. Furthermore it aims to be an intervention strategy to the appreciation of the set where the monument is inserted as a potential architectural, touristic and / or socio-cultural and economic asset, given its recognized quality as historical and archaeological evidence.

The research method used is the multicases study. It comprises a total of six cases, three reference cases and three case studies that relate to interventions in heritage and historical monuments. The three reference studies treat interventions in heritage in general, analysing through documents whether they are written or photographic. The three case studies approach about rehabilitation of bulwark fortresses, analysing records of its previous state and the current state. Through the information processed it is possible to perform a qualitative data analysis, which will be able to provide the principles and intervention criteria for the design of the architectural project.

The dissertation consists of two parts, a theoretical research and an architecture project where the conclusions drawn from the first part are applied. The investigation starts from a theoretical framework in which are studied the bulwark fortifications going to the diagnosis of São João Baptista's Fort, in Esposende. In this context were analysed reference cases and study cases aiming the extraction of indicators from the study of concepts and theoretical foundations of conservation and restoration.

This study contributed to deepen the knowledge of the subject matter, using it as a lever for the development of its understanding and opening new research issues. The Fort's rehabilitation will allow the return of that structure to the population, as there is interest involving, in addition to the inherent symbolism and heritage importance.

Keywords

Heritage; Valorisation; Rehabilitation; Bulwark Fortifications

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

PREÂMBULO	1
AGRADECIMENTOS.....	2
RESUMO	3
ABSTRACT	3
ÍNDICE DE CONTEÚDOS	15
INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DA DISSERTAÇÃO DE PROJETO	15
1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Justificação da problemática	16
1.2 Objetivos da investigação.....	18
1.3 Estrutura dos conteúdos da dissertação	19
1.4 Metodologia aplicada.....	20
2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO.....	23
2.1 Fortificações Abaluartadas em Portugal.....	23
2.2 Principais características de Esposende	24
2.3 Elementos configuradores do objeto de estudo	36
3. DIAGNÓSTICO E CONDIÇÕES DO FORTE DE S. JOÃO BAPTISTA	47
3.1 Estado geral e Diagnóstico do Forte de São João Baptista	47
3.2 Reconhecimento físico e levantamentos diversos	49
3.3 Componente tectónica e sistema construtivo.....	52
3.4 Fichas de Diagnóstico	61
4. FUNDAMENTOS SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURO	67
4.1 O Estado da Arte sobre Conservação e Restauro	67
4.2 O Valor do património	73
4.3 Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais.	76
4.4 Graus de Intervenção	80
4.5 Princípios de intervenção	82
5. ANÁLISE AOS CASOS EDIFICATÓRIOS DE REFERÊNCIA	85
5.1 Justificação e critérios de seleção	85
5.1 Fichas Técnicas	87
5.3 Análise comparativa dos estudos de caso	99
5.4 Resultados da análise das intervenções	99
6. ANÁLISE A ESTUDOS DE CASO	103
6.1 Justificação e critérios de seleção	103
6.2 Fichas Técnicas	105
6.2 Análise comparativa dos estudos de caso	120
6.3 Resultados da análise das intervenções	121
6.4 Ficha comparativa dos casos de estudo	123
CONCLUSÕES.....	125
Bibliografia.....	129
Índice de Figuras.....	133

INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DA DISSERTAÇÃO DE PROJETO

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos o litoral de Portugal, os seus portos e as armadas foram alvo do assédio dos corsários franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e ainda das muito aguerridas e mortíferas setias argelinas, com particular incidência nos séculos XVI, XVII e XVIII (Amândio, 1995).

Para defesa desta extensa fronteira marítima e das pacíficas embarcações de pesca e das suas tripulações, o Rei D. João IV, no âmbito de um plano defensivo, manda construir alguns fortes ao longo da costa. Mas, só no reinado de D. Pedro II, a foz do Cávado é complementada com a construção do Forte que recebe como patrono S. João Baptista (Amândio, 1995).

Estas fortificações estão espalhadas pelo território nacional e compõe um património histórico-cultural construído ao longo de séculos. Todas as fortificações, edificadas em pontos estratégicos de defesa do território nacional, são símbolos de um passado, importantes na paisagem, tendo sido fundamentais na delimitação, proteção e consolidação das fronteiras da nação.

Na variedade de tipos de fortificações revelam-se diversos condicionalismos socio-culturais e económicos, etc. mesmo dos locais onde se inserem. Implicações que conjuntamente a adaptação e especificidade local materializaram-se em diversas formas de construir.

No sentido de um controle total do território, os fortes foram construídos em pontos elevados e estratégicos. Aos poucos, a sua utilização foi perdendo o seu valor funcional de proteção do território, readaptando-se, em alguns casos, o seu uso para outras atividades, em outros foram esquecidos e sujeitos à degradação. De muitos fortes restam apenas ruínas, muitas vezes reduzidas a pouco mais que fundações das construções preexistentes, isto resulta de um somatório de causas associadas, apresentando problemas de conservação.

Independentemente do estado de conservação em que se encontram os fortes, são conjuntos patrimoniais de valor histórico indubitável, aos quais estão associados acontecimentos de relevo, pelo valor paisagístico dos locais onde se inserem quer seja no contexto rural ou urbano. A salvaguarda da integridade e identidade dos contextos culturais onde se encontram deverá contemplar a manutenção das paisagens existentes, ou a implementação de operações de intervenção sobre os valores patrimoniais presentes nessas paisagens, quando se justifique a adoção de medidas de carácter arquitetónico-paisagístico.

A Dissertação consiste no Projeto de arquitetura para a Reabilitação do Forte de São João Baptista, classificado como monumento de Interesse Público, edificado na foz do rio Cávado, em Esposende.

O seu valor deriva sobretudo mais da sua situação na paisagem e dos acontecimentos históricos, no âmbito das Guerras da Restauração e invasões francesas.

Na elaboração do projeto procura-se uma avaliação criteriosa e uma correta abordagem de intervenção no Forte, contextualizando-o como um elemento útil, acentuando as relações com o sítio e referenciando-as a um novo entendimento do local onde se insere. Ambiciona-se uma estratégia de intervenção que procura a valorização do monumento onde se insere enquanto potencial arquitetónico, turístico e/ou sócio-cultural e económico, dada a sua reconhecida qualidade enquanto testemunho histórico-arqueológico.

1.1 Justificação da problemática

O Forte de S. João Baptista é um monumento possuidor de valor patrimonial, atualmente encontra-se sob ameaças de não serem feitas intervenções de conservação e restauro. O processo de degradação é efetivo, mas também se deve ao facto de não ter beneficiado da transformação urbana ocorrida nos últimos anos na cidade de Esposende e da dinâmica do local (turística, social e económica).

Surge assim a necessidade de intervir para proteger o património, estabelecendo uma relação de complementaridade entretanto desaparecida entre o Forte a cidade e a região.

Com a perda de significado do Forte, este carece de utilidade e significado pois trata-se de um monumento que cumpriu a sua função. Pretende-se agora dar utilidade independentemente de um novo programa para o Forte, mas valorizando-o arquitetonicamente. Garantindo assim a sua continuidade dos valores históricos e culturais, e ao mesmo tempo, a sua conservação material e também aproveitando as potencialidades no contexto atual.

As alterações resultantes da dinâmica dos locais, as transformações urbanas e conseqüentes alterações da paisagem, são as questões de identidade ligadas ao fator tempo. A transformação da identidade e da memória ocorre ao longo do tempo nos monumentos históricos de forma a poderem exercer influência ao sentido de presença a esse lugar, afetando a necessidade humana de se enraizar nele.

O Problema verifica-se no estabelecimento das condições em que se processa a reutilização patrimonial de modo a garantir a continuidade dos valores culturais e, em simultâneo, a sua conservação material. Este aspeto é verificado de certa forma na fortificação onde se pretende intervir, criando dificuldades que se deverão enfrentar desenvolvendo um modo de intervenção acertado e uma correta abordagem de projeto. A atuação realizada dessa forma impedirá que o seu estado de conservação se agrave e valorizará o seu espaço por meio da transformação de um novo entendimento ajustado e inserido no contexto atual.

A diferença entre a origem do Forte e a sua função atual é muito interessante para esta análise, pelo facto de se tratar inicialmente de responder apenas a uma função estratégica de defesa e posteriormente de sinalização da costa nacional. Tendo em conta a matriz espacial de conjunto Forte, é necessário na sua intervenção, indicar os princípios orientadores que apontem as relações que estabelece com o sítio, para se afirmar num quadro alargado de características tendo em conta o Forte, o lugar e paisagem. A intervenção vai ajustar-se à envolvente do monumento, com o projeto de reabilitação.

Na elaboração projeto procura-se uma avaliação criteriosa e correta abordagem de intervenção no Forte, contextualizando-o como um elemento útil, acentuando as relações com o sítio e referenciando-as a um novo entendimento do local onde se insere. Ambiciona-se uma estratégia de intervenção que procura a valorização do conjunto onde o monumento se insere enquanto potencial arquitetónico, turístico e/ou sócio-cultural e económico, dada a sua reconhecida qualidade enquanto testemunho histórico-arqueológico.

A determinação dos aspetos mais importantes que definem a identidade do Forte, que determinam a sua alma e qualidade inalterável ao longo do tempo, concedem a apresentação pela qual pode ser reconhecido como o mesmo ao longo do tempo. A falta deles pode levar, durante a intervenção, a perder essa sua identidade e conseqüentemente pôr em causa a unidade, colocando a obra num momento fora do tempo e por isso numa situação de difícil acesso pelo seu utilizador. Para evitar essa problemática recorre-se a seis casos de estudo, três de referência e três casos de estudo de exemplos de arquitetura militar abaluartada, que correspondem a intervenções em património e monumentos históricos. Os três casos edificatórios de referência tratam de intervenções em património em geral. O estudo de diferentes intervenções permitirão aprofundar o ponto de vista da ação arquitetónica sobre a preexistência, procurando entender como um novo uso pode ser compatível com a preservação das suas características atuais.

A escolha dos três exemplos de referência teve por base a diversidade das condicionantes das intervenções, nos três foram adicionados novos volumes e alterado o uso, apesar destas alterações, mantém-se o respeito pela preexistência e o equilíbrio do conjunto envolvente e preexistência:

- Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães, como exemplo de restauro.
- A Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência.
- Farol dos Capelinhos, Açores, e um exemplo que à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância da preexistência para a paisagem envolvente.

A escolha dos três exemplos da arquitetura militar abaluartada teve por base a diversidade das condicionantes das intervenções, nos dois primeiros casos pretendem o respeito pela preexistência e no

terceiro caso foi adicionado novo volume e alterado o uso, apesar destas alterações, mantém-se o respeito pela preexistência e o equilíbrio do conjunto envolvente e preexistência:

- O Forte São Sebastião, Moçambique, como exemplo de restauro.
- O Forte São Bruno, Oeiras, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência.
- O Forte Santa Marta, e um exemplo que à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância do forte para a paisagem envolvente.

O seu estudo permitirá aprofundar o ponto de vista da ação arquitetónica sobre a preexistência, procurando um uso compatível com a preservação das suas características.

Por este meio estabelecer-se-ão princípios orientadores para a sua reabilitação, com base nas cartas, convenções e recomendações internacionais, clarificando como concretizar uma intervenção que não deve anular a preexistência sobre a qual se deve apoiar e reconhecer o seu valor. Com a introdução de novos programas funcionais, a especificidade do Forte e sua envolvente, permite salvaguardá-lo, reabilitá-lo com um novo uso e acrescentar-lhe um novo valor.

1.2 Objetivos da investigação

Conforme atrás exposto, relativamente à reabilitação do Forte de São João Baptista, consideram-se os seguintes objetivos:

1. Identificar o valor patrimonial do Forte de São João Baptista.
2. Analisar estratégias de intervenção no património militar para novo programa.
3. Definição de uma estratégia de intervenção no Forte de S. João Baptista, que resultará num Projeto de Arquitetura.

O primeiro objetivo está relacionado com a singularidade do sítio onde o Forte se insere, num contexto atual da região. O local possui critérios de implantação específicos. O traçado era concebido de acordo com as condições morfológicas, estabelecendo uma relação com o território, estruturado a partir de um conjunto de regras que se adaptava a situação específica do local. Procurar-se-á tirar partido da matriz dos vestígios das condições excecionais do sítio, para a conservação do equilíbrio das suas características, pensando como se interrelaciona na proposta, a infraestrutura, a edificação, a linguagem urbana, o uso e a própria dinâmica local.

O segundo objetivo está relacionado com a necessidade de estabelecer o entendimento entre uma estratégia de intervenção em património militar para um novo programa para o Forte, indicando princípios orientadores para a definição de um novo programa. Recorrendo ao estudo de diferentes intervenções, realizados em monumentos com características idênticas ao objeto de estudo, será possível perceber a forma como a preexistência deve ser interpretada, no sentido de entender como levar a cabo uma intervenção que responda a um novo programa e consequente valorização.

A resposta aos dois objetivos anteriores servirá para a definição de uma estratégia de intervenção. Para a sua concretização é necessário estabelecer o entendimento entre uma estratégia e os princípios para a intervenção no Forte, definindo indicadores que sustentem o Projeto de Arquitetura do Forte. A necessidade de um novo programa e conseqüente valorização desse bem patrimonial terá em conta a preservação do património urbano histórico, expressa nas cartas internacionais do património, na procura de valorizar a leitura do monumento e as suas principais condições morfológicas.

Através de percursos de aproximação/visualização procura-se valorizar uma correlação envolvente do monumento e vice-versa. A sua execução parte do entendimento do sítio como elemento morfológico com a sua própria história, onde as premissas deverão ser exaltadas pela arquitetura e não reduzidas ou ignoradas.

1.3 Estrutura dos conteúdos da dissertação

A dissertação divide-se em sete capítulos, incluindo uma introdução e uma conclusão. O Capítulo 2 trata o enquadramento do objeto de estudo, onde se faz a contextualização teórica das fortificações abaluartadas em Portugal e o entendimento da evolução da cidade de Esposende para a compreensão e identificação das alterações ocorridas desde a sua fundação.

É exposto, ainda, o Forte de São João Baptista e o Farol (objeto de estudo) onde se salientam os elementos configuradores, com vista a indicar as relações que estabelece com o sítio, tendo em conta a sua relação com o lugar e a paisagem. A organização espacial, território e paisagem, é peremptória na medida em que trata das questões associadas às mudanças na urbanização e organização.

O Capítulo 3 incide sobre o diagnóstico e condições do Forte, salientando o estado geral do conjunto edificado e paisagístico. A componente tectónica e o sistema construtivo são importantes para avaliar a viabilidade de intervenção e perceber a sua condição física. As patologias e debilidades são elementos também a ter em conta na identificação do estado de conservação, seguindo-se no estabelecimento de medidas preventivas e corretivas.

O Capítulo 4 aborda os conceitos e fundamentos teóricos sobre a conservação e restauro de património, importantes para se perceber qual o método de intervenção que mais se ajusta. Aborda-se algumas das principais Cartas Patrimoniais que visam a proteção do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, assim como os diversos graus de intervenção. Estabelecem-se, ainda, critérios de intervenção incidindo em princípios operativos de projeto. O objetivo é que o monumento seja alvo de um conjunto de operações de modo a que possam ser evitadas quaisquer ações mais intrusivas que poderiam descaracterizar o Forte.

Nos Capítulos 5 e 6 desenvolvem-se análises a estudo de casos, assim como o entendimento de obras de referência enquanto intervenção no património e a comparação entre formas distintas de interpretar

intervenções em património, procurando definir princípios para a intervenção do Forte de São João Baptista. A investigação desenvolve-se em torno de obras de reabilitação, cuja pertinência procura pôr à prova posteriormente, através da análise de casos concretos. Além do mais, procura recolher, sistematizar e analisar a documentação produzida de cada caso, avançando com possibilidades de interpretação, expressas em fichas técnicas. No final do capítulo apresenta-se uma síntese através da evocação de considerações construídas ao longo da análise de cada caso, confrontando as diversas características das obras estudadas, em função das principais questões levantadas e problemas encontrados.

A conclusão, no capítulo 7, responde de forma clara e direta aos objetivos definidos na introdução da dissertação, resumindo-se os resultados do trabalho elaborado, valorizando as conclusões mais importantes, e distinguindo-se em que medida são ou não, um contributo na área em estudo.

Na Bibliografia, as referências bibliográficas que identificam uma publicação ou parte dela, e/ou citação, possibilitam identificar a publicação onde foram obtidas as ideias, indicando a sua localização exata na fonte, que permitem a sua identificação. Referencia-se, ainda, material científico já estabelecido de forma consagrada em particular de natureza mais recente.

Acrescenta-se a especificação das fontes e créditos das imagens, seguindo-se os anexos que correspondem a partes integrantes do texto, mas que dizem respeito a informação que se considera suplementar para evitar descontinuidade na sequência lógica das ideias, estabelecendo-se como informação adicional de sustentação do corpo do trabalho.

1.4 Metodologia aplicada

A elaboração do objeto de estudo aconselha à procura de soluções metodológicas. A escolha de um método depende dos pressupostos que orientam a resposta do problema de pesquisa. Para a investigação é utilizado o estudo multicase proposto por Yin (2003). Este permite, segundo o autor, maior amplitude dos resultados, ultrapassando os limites de unicidade de dados obtidos num único objeto de estudo.

A técnica de recolha de dados e a análise documental apresentam-se, segundo Saint-Georges (1997), como uma técnica de recolha de informação, que visa o acesso às fontes convenientes, escritas ou não, fazendo parte da procura da resolução da problemática da investigação. A observação direta apresenta-se, segundo Bogdan & Biklen (1994), como uma técnica de recolha de dados tendo em vista examinar o ambiente através de um traçado geral para orientar o investigador.

O estudo tem, com a observação do objeto de estudo em campo, forma de diagnosticar o seu estado de conservação, para verificar a viabilidade de intervenção, uma vez que o grau da intervenção, numa

perspetiva da sua reabilitação, depende de um modo direto do estado de conservação. Para o seu diagnóstico, elabora-se uma grelha de observação com itens (indicadores) pré-definidos (Bogdan & Biklen, 1994).

Depois, como método de recolha de dados, realiza-se a recolha de informação e bibliografia para se ter acesso ao conhecimento científico produzido e ao estado da arte. Seguidamente, passa-se ao estudo da evolução histórica de Esposende, apresentando-se, o aprofundamento, como tarefa essencial para a compreensão da evolução e organização dos espaços urbanos.

Aplicando uma grelha de observação procura-se perceber de que modo as novas estruturas se conjugam com a preexistência, obtendo respostas aos elementos que possam interpretar, reinterpretar, introduzir, recuperar, reequacionar no sentido de retirar indicadores e integrá-los no projeto. A sistematização da reflexão sobre os resultados dessa análise traduz-se na elaboração de fichas técnicas para cada um dos estudos. As fichas estabelecem-se como uma ferramenta onde se sistematiza informação importante sobre cada intervenção, sendo que de carácter individual e objetivo tratam os aspetos característicos de cada obra, permitindo compreender a especificidade de cada uma delas.

O instrumento de recolha de informação, de cada obra, efetua-se por meio de análise documental e observação direta, à exceção dos casos da Fortaleza de São Sebastião, na ilha de Moçambique e o Centro de Interpretação dos Capelinhos, nos Açores. A investigação integra ainda a análise de diversos tipos de documentos: livros, artigos científicos, revistas, fotografias, mapas, plantas, projetos, desenhos técnicos, etc., possibilitando o estudo de fatos sobre os mesmos. A observação direta de cada obra permite comprovar o estado de conservação da construção tirando partido da relação de proximidade existente entre o investigador e o objeto de estudo. Quanto ao segundo, Bogdan & Biklen (1994), referem que a observação é a melhor técnica de recolha de dados neste tipo de estudos, visando examinar o ambiente através de um esquema geral para orientar de forma mais adequada.

A última etapa corresponde ao princípio da fase de projeto é também a reflexiva, onde se realiza a análise final dos conhecimentos adquiridos, dando início ao projeto. O tratamento da informação é realizado por meio de uma análise de dados qualitativa, elaborando-se um registo fotográfico de cada obra, quer interior ou exteriormente (Bogdan & Biklen, 1994). As notas de campo (Bogdan & Biklen, 1994) e (Gil, 1995) serão um instrumento para a recolha de informação nomeadamente, desenhos, anotações, etc. A reflexão da informação permitirá responder aos objetivos propostos de forma científica. A conclusão da informação é a base para o projeto, no qual se utilizam os conhecimentos então adquiridos, alcançando os objetivos estabelecidos.

A dissertação de projeto estrutura-se em duas partes. A primeira engloba as peças escritas, no qual se inclui a investigação, a Memória Descritiva e Justificativa, condições técnicas gerais e especiais, medições e orçamentos e mapa de acabamentos. A segunda: as peças desenhadas no qual fazem parte o Projeto Base de Licenciamento e o Projeto de Execução.

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 Fortificações Abaluartadas em Portugal

Com a lenta introdução das novas armas de fogo, no final do século XIV, já no início do século XVI, as armas de fogo encontram-se definitivamente estabelecidas e as fortalezas parcialmente adaptadas contra a pirobalística, generalizou-se a sua utilização nos combates terrestres e marítimos, o que acabou por provocar uma divisão na evolução das fortificações terrestres em duas fases a saber:

- A primeira fase correspondente ao período anterior à introdução das armas de fogo, ou seja, à fortificação não abaluartada, a qual teve início na pré-história e termina na fortificação medieval;
- A segunda fase inicia-se com a introdução das armas de fogo e corresponde à Fortificação Abaluartada (Nunes, 1991).

Segundo o Dicionário de Arquitetura Militar (Nunes, 2005) é possível dividir as Fortificações Abaluartadas em diversas tipologias:

- Fortificação - abrange todas as tipologias, mas para os fins desta dissertação é entendido como toda a estrutura de menores dimensões como bateria, entrenchamento, reduto, casa-forte, etc.;
- Forte – designa uma estrutura fechada em todas as faces, com edificações de serviço como quartéis, paióis, armazéns, cisterna, baluartes, fossa, etc.
- Fortaleza - é um recinto fortificado de maiores dimensões, compreendendo a baluartes, revelins, fortes, ou seja, um complexo defensivo que, caso envolva uma cidade, por exemplo, faz de si uma casa-forte.
- Fortim - um forte de menores dimensões isolado, podendo ser autónomo ou dependente de uma praça-forte principal.

A evolução das fortificações militares ao longo do tempo na sua forma e tipologia, foi-se ajustando-se ao rápido aperfeiçoamento das armas de fogo (canhões) (Barroca, 2004).

No sentido de um controle total do território, os fortes eram construídos em pontos elevados e estratégicos de valor militar. A sua localização era também determinada pela implantação dos principais aglomerados populacionais entre outros fatores, bem como pelo itinerário das principais vias que cruzavam o seu espaço, velando pela segurança e controlo dos principais eixos de circulação (Almeida, 2005).

Foram assim fortificados os pontos da costa à entrada dos rios com uma ou mesmo duas fortificações. A localização/implantação tinha em conta os acessos e o relevo, adaptando-se ao terreno, e, também, a orientação do fogo ao mar, apresentando-se, então, como marcos do território. Num contexto mais abrangente desempenharam também um papel estruturante como símbolos políticos do domínio do território e revelaram-se importantes como elementos na “estruturação da paisagem rural portuguesa” (Prata, 2011, p.131).

Contudo foi uma vez mais a evolução dos meios ofensivos, a motivar a perda do valor estratégico destas fortificações. São apontadas várias razões para o abandono mais ou menos prolongado, a que estas fortificações estão sujeitas, para o seu estado de degradação. De muitos fortes restam apenas ruínas, muitas vezes reduzidas a pouco mais que fundações das construções preexistentes, implantadas em locais que atualmente, em alguns casos, se encontram praticamente inacessíveis.

Estas fortificações, estão espalhadas pelo território nacional e compõe um património histórico-cultural construído ao longo de séculos. Todas as fortificações, edificadas em pontos estratégicos de defesa do território nacional, são símbolos de um passado, importantes na paisagem, tendo sido fundamentais na delimitação, proteção e consolidação das fronteiras da nação.

Atualmente, o estado de conservação destas construções e das estruturas envolventes é diverso. Muitas das suas estruturas e dos seus elementos construídos já desapareceram. Os elementos que ainda permanecem têm estado sujeitos a alterações, com intervenções sem critérios, dando origem a um processo irreversível e conseqüente desvirtualização do seu caráter.

O Forte de São João Baptista integra o património classificado de interesse público de Esposende, implantado frente ao estuário da foz do rio Cávado. Atualmente, devido ao avançado estado de degradação e sem uso, necessita de uma intervenção para a sua valorização patrimonial e dinamização socio-cultural.

Uma abordagem ao enquadramento geográfico de Esposende e à sua Evolução Histórica é importante para se aprofundar, ainda mais, o local onde o Forte de São João Baptista se insere. Não sendo objetivo principal desta investigação elaborar uma evolução histórica de Esposende, procura-se sim entender e identificar as alterações urbanas ao longo da mesma, passível de contribuir para uma reflexão que se projetará numa proposta de recuperação do Forte de S. João Baptista.

2.2 Principais características de Esposende

Situação Geográfica

Esposende é sede de Concelho, faz parte do distrito de Braga e encontra-se geograficamente enquadrado na região do "Vale do Cávado", possuindo uma área de 95,18 Km² distribuídos, como se pode constatar no mapa n.º 1, por 15 freguesias: Antas (9 Km²), Apúlia (10 Km²), Belinho (6,2 Km²), Curvos (4,2 Km²), Esposende (2,5 Km²), Fão (4,9 Km²), Fonte Boa (6,1 Km²), Forjães (8,5 Km²), Gandra (4,7 Km²), Gemeses (5,6 Km²), Mar (2,1 Km²), Marinhas (11,5 Km²), Palmeira de Faro (6 Km²), Rio Tinto (4,2 Km²), Vila Chã (7,5 Km²).

Atualmente, Forjães, Apúlia e Fão têm a categoria de vila e de cidade Esposende, mas também integram a cidade, as freguesias de Marinhas e parte da freguesia de Gandra. Como vizinhos estão os concelhos de Barcelos, de Viana do Castelo e da Póvoa de Varzim, sendo que estes dois últimos pertencem, respetivamente, aos distritos de Viana do Castelo e do Porto (C.M.E., 1994).

Enquadramento geográfico do Concelho de Esposende



Figura 1 – Mapa de Portugal Continental, 18 Distritos e 278 Municípios.

Como se pode verificar no mapa n.º 1, este concelho é envolvido a Norte pelo Concelho de Viana do Castelo, a Sul pelos Concelhos da Póvoa do Varzim e de Barcelos, a Este pelo Concelho de Barcelos e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

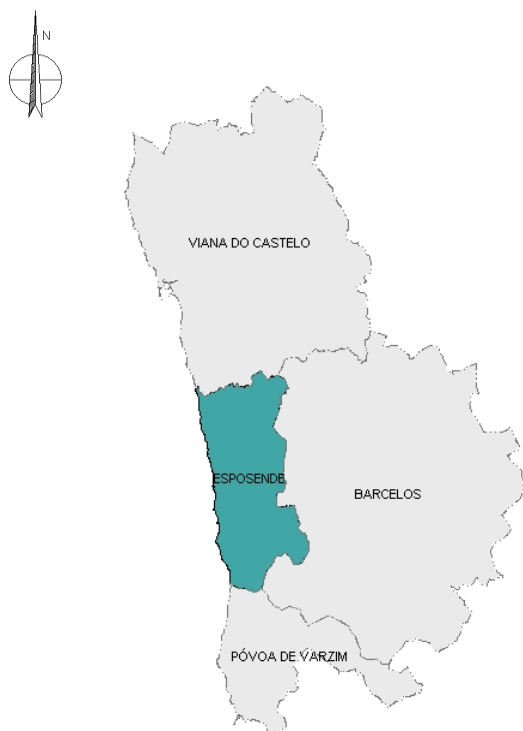


Figura 2 - Mapa 1
Concelho de Esposende e concelhos vizinhos.



Figura 3 - Mapa 2
Concelho de Esposende.

Morfologicamente, a proximidade do mar contribui para que tenha Esposende um elevado índice de litoralidade. A sua morfologia permite distinguir, pelo menos, duas zonas de características bem distintas.

A primeira abrangendo a zona costeira, área de várzea ou veiga, que se estende dos rios Neiva ao Cávado, mas a Sul do rio Cávado inflete bastante para o interior. É uma área plana, onde despontam alguns relevos cobertos de pinheiros. As suas cotas variam entre os 0 m e os 50 m, rondando os 12 m de altitude média.

A segunda encontra-se a Nascente da arriba que corre paralelamente à costa. É nesta zona que se encontram alguns dos pontos mais altos do concelho: 181 m no Monte Faro e 232 m no pico de Sanfins (S. Bartolomeu do Mar). As cotas oscilam entre 40 m e 284 m, sendo a altitude média de 80 m. O ponto mais elevado do concelho está no Alto da Maceira, em pleno planalto de Vila Chã. É nesta região interior que se encontram os terrenos mais ondulados, frequentemente dispostos em socalcos, sustidos ou não por muros de suporte. É nas freguesias de Antas, Forjães, Curvos e Palmeira de Faro que se encontram os vales mais abertos ou mais encaixados, as encostas e as pequenas elevações com formas a tenderem para o arredondado (Anégia, 1998).

Enquadramento Histórico

Este pequeno retângulo, com 15 Km de comprimento por 6,5 Km de largura, tem uma ocupação humana que seguramente remonta a estádios anteriores ao Neolítico. Na orla litoral, desde a foz do rio Neiva a Apúlia, têm vindo a ser encontrados instrumentos líticos da família dos "picos asturienses", alguns dos quais, pelas suas características, são enquadráveis nos "tipo acheulense" (Anégia, 1998).

Se os estádios mais remotos são ainda muito mal conhecidos, o mesmo se não pode dizer dos períodos seguintes, nomeadamente do Megalitismo e da Idade do Bronze. Neste espaço de tempo, que ocorre entre o III e o I milénio a.C., Esposende pode orgulhar-se de possuir alguns dos mais significativos vestígios arqueológicos do Norte de Portugal.

É de referir o notável conjunto de mamoas que se estendem um pouco por todo o concelho, com destaque para o planalto da freguesia de Vila Chã, onde se situam as mamoas do Rápido, Portelagem, Arribada e Cimo de Vila, esta em Palmeira de Faro, que têm estado a ser estudadas por uma equipa da Universidade Portucalense, dirigida pelo Dr. Eduardo Jorge Silva (Anégia, 1998).

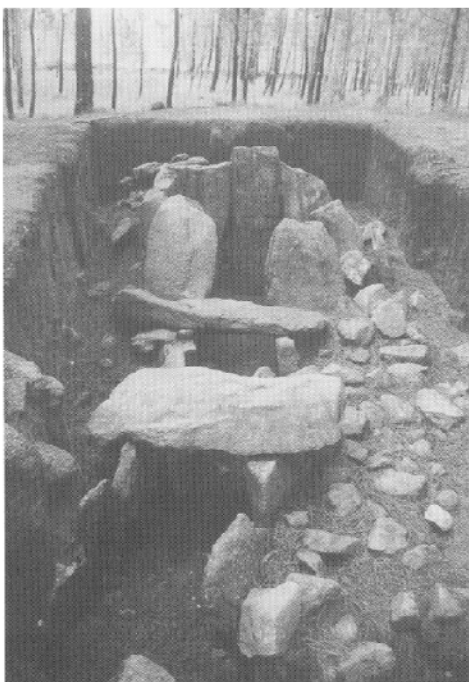


Figura 4 – Mamoa do Rapido, Vila Chã, Esposende.

A este período pertencem igualmente três dos oito menhires que presentemente se sabe existirem no Norte de Portugal. Um em São Bartolomeu do Mar, outro em Forjães e outro em São Paio de Antas. O de São Bartolomeu do Mar é uma enorme pedra fincada no solo no meio de um campo junto à igreja paroquial (Anégia, 1998).

Ao Calcolítico pertencem as cerâmicas "tipo Penha" de Bitarados (Vila Chã), do castro da Cova da Bouça (Belinho) e da Quinta de S. Martinho, em Gandra; e, do Bronze em geral são os machados e a espada de rebites do Monte Castro, de S. Bartolomeu do Mar/Belinho, e as várias necrópoles com vasos de tipo

"chapéu invertido" ou "abalarga" existentes no concelho com foros de primazia, a do lugar do Monte, de S. Paio de Antas (Anégia, 1998).

A Carta Arqueológica do Concelho de Esposende (Almeida, 2003) permitiu a identificação de sete povoados castrejos com possibilidade de que o número suba para nove, caso se venha a descobrir o possível castro de Paredes em Apúlia e se descubra um habitat que possa ser relacionado com o topónimo "Castro" de Rio Tinto. De qualquer modo, pode-se considerar um número baixo para a área em questão, fato que ainda é mais surpreendente atendendo à sua concentração na crista da arriba que bordeja a orla marítima, onde se encontram quatro deles (Almeida, 2003).

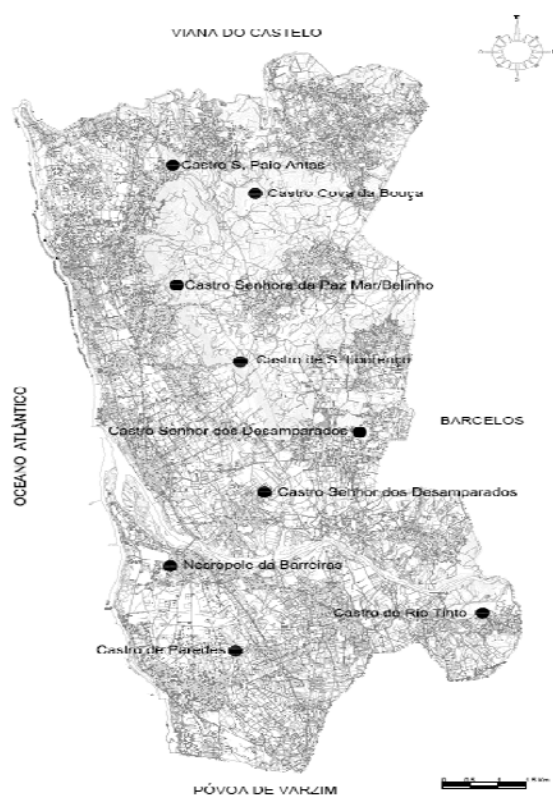


Figura 5 – Planta de Localização dos Castro no Concelho de Esposende.

Nas estações de época romana o destaque vai naturalmente para a "villa Menendi" de Apúlia, para as ocupações da Quinta de Belinho e Agra do Relógio, em Antas e para a que se estende de Cepães à fábrica de lacticínios de Marinhas. Mais tardias, mas não menos importantes, são a atalaia do Monte Faro (Palmeira de Faro), a pequena fortaleza medieval e a acrópole do castro de S. Lourenço, sem esquecer obviamente, a importantíssima necrópole medieval das Barreiras, em Fão (Anégia, 1998).

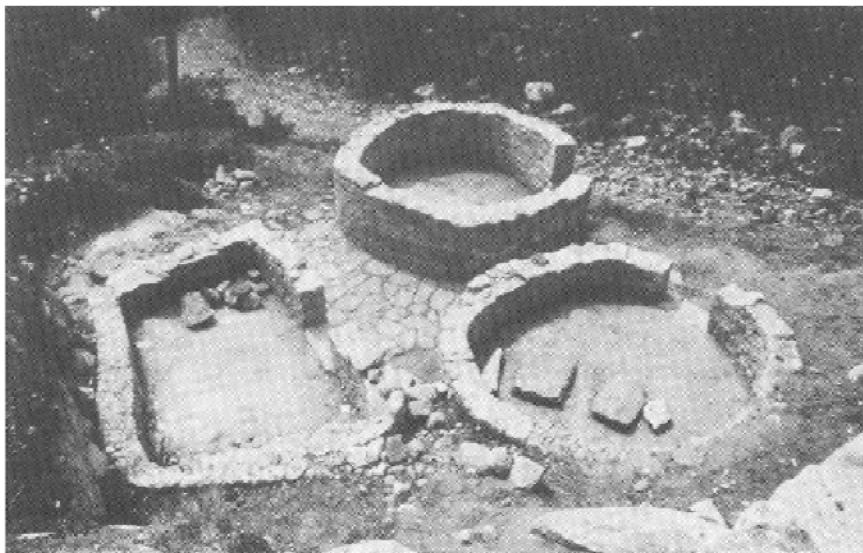


Figura 6 – Castro de S. Lourenço

Na área do Forte de S. João Baptista, foram encontrados vestígios de "mamoas" e "cistas" na atual localização do Hotel Suave Mar. Pressupõe-se, assim, que esta zona apoiasse um pequeno núcleo piscatório. A única certeza é de que esta parcela da extensa planície aluvial litorânea já era percorrida e talvez ocupada por povos no decurso da segunda metade do III milénio a.C. (Anégia, 1998).

Da época da Romanização à Alta Idade Média surgem os primeiros registos na zona do atual núcleo histórico de Esposende, através de vestígios encontrados. Pressupõe-se que a proximidade do rio e do mar justifique a ocupação desta zona; tendo como objetivo entre outras atividades o transporte e comercialização marítima (Anégia, 1998).

É aquando das Inquirições de 1258, assim como da organização das paróquias no mesmo século, que se permite verificar com rigor a existência de um povoado consolidado na região que compreende a área urbana da vila de Esposende; surge apenas como um lugar da freguesia de São Miguel de Zopais ou Cepães, no julgado de Neiva (Machado, 1951).

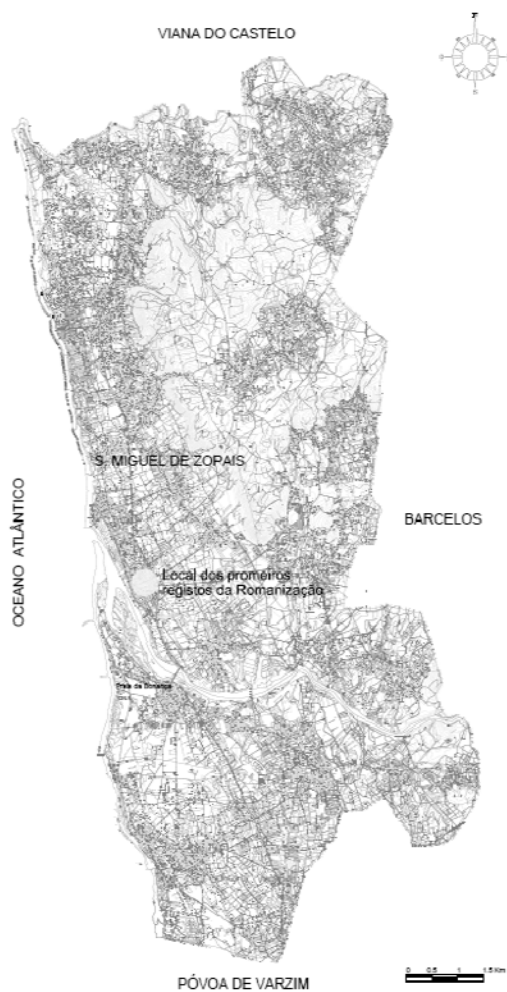


Figura 7 – Localização provável do primeiro registo da Romanização.

Do séc. XVI surgem algumas datas importantes para aferir o grau de "qualidade urbana" que Esposende entretanto adquiriu. Do rol de navios portugueses, integrado no auto encomendado por D. João III em 1552, surgem notícias de que do Porto do Cávado se fabricavam e demandavam caravelas e navios armados para as costas brasileiras. Em 1566 torna-se uma freguesia independente de Cepães, constituindo paróquia com pároco próprio. A importância do povoado é nacionalmente reconhecida em 1572, data referente à concessão de Foral à Vila de Esposende por D. Sebastião (Anégia, 1998). Construções com relativa importância (por ex.: Capela dos Mareantes, hoje também conhecida como Igreja da Misericórdia) atestam a riqueza e o desenvolvimento de Esposende quinhentista. O povoado certamente continuou o seu desenvolvimento porque do início do séc. XVIII data a construção do Forte de S. João (Anégia, 1998).



Figura 8 – Capela dos Mareantes 1958.

No século XIX surgem os primeiros impulsos para a grande expansão que se veio a verificar para a zona norte da vila ao longo deste século. Depois de 1800, a expansão para a parte norte do riacho do engenho apenas se verifica (por completo) após o encanamento do mesmo, no início do século. Sob a orientação do Eng. Custódio José Vilas Boas fizeram-se importantes melhoramentos no porto (1807 a 1809). A primeira expansão é feita então para norte, aparecendo edifícios de raiz e de cariz comunitário, de que são exemplo o Hospital Novo (D. Manuel - 1866), Balneários Públicos e o Quartel da GNR (antiga escola Conde Ferreira); verifica-se igualmente a expansão através de um pequeno núcleo de pescadores, junto á margem inicial do rio, antes do avanço da cidade sobre o mesmo.

Simultaneamente vão-se rasgando também vias radiais para nascente (rua Vasco da Gama, Av. Valentim Ribeiro), que fazendo as ligações às freguesias vizinhas vão esboçando também novas áreas de expansão (Anégia, 1998).



Figura 9 – Planta com as novas vias de expansão de Esposende.

Como é usual no desenvolvimento das manchas edificadas, a ocupação inicial verificou-se de forma muito descontínua ao longo das vias que rasgavam esta área de expansão; por outro lado, partindo do núcleo central são formadas todo um conjunto de vias ligando o mesmo às áreas agrícolas adjacentes e, finalmente, às freguesias circundantes. Tais vias, funcionando concentricamente em relação ao núcleo central, verificam uma ocupação linear com certas discontinuidades, preenchidas aos poucos ao longo do tempo; verifica-se igualmente a progressiva colmatação do núcleo central (Esposende, 2009).

Neste século regista-se ainda a conclusão do processo de autonomia da vila/concelho em relação a Barcelos. Na reforma administrativa de 1835 o termo da vila cresceu e anexa o Couto de Apúlia, culminando em 1898 com a criação da Comarca Judicial de Esposende (Município de Esposende, 2009). Da primeira metade do século XX constata-se o desenvolvimento do potencial turístico de Esposende, bem como de uma melhoria da "qualidade de vida urbana". É inaugurado o novo hospital e construído o edifício do Teatro-Club, ambos obra do Arq. Ventura Terra. Paralelamente surge uma nova tipologia: o "chalet" (Esposende, 2009).



Figura 10 – Teatro Club de Esposende, inaugurado em 1911.

Nos anos 60 traçam-se dois limites físicos importantes para o desenho e desenvolvimento da cidade: a avenida marginal e a estrada nacional 13. Ficam então, assim, por completo consolidadas todas as áreas de expansão urbana durante um longo período de tempo.

De notar é o fato do desenvolvimento para norte parecer, de acordo com a cartografia existente, ter sido programado: a abertura das vias ligando a Avenida Marginal (atual troço norte da Av. Eng. Eduardo Arantes de Oliveira) à EN13 (Viana - Póvoa de Varzim) indiciam isso mesmo; a existência das vias antes de se verificar construção numa zona de pinhal pressupõe o desejo de expansão para a zona da barra (Esposende, 2009).

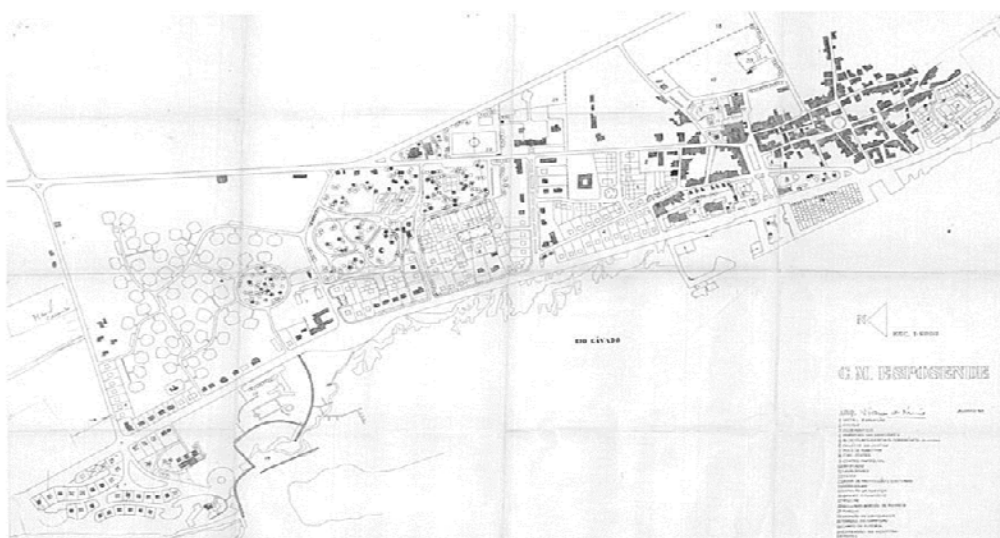


Figura 11 – Vila de Esposende e Antepiano de Urbanização 1963.

A partir da década de 70 verifica-se um crescimento claramente programado ou pelo menos regrado. É nesta época que a cartografia existente denuncia o aparecimento dos primeiros loteamentos, surgindo

manchas concretas e de características de ocupação própria a cada uma delas; desse ponto em diante o desenvolvimento é claramente de fora para dentro, pelo que se verifica o preenchimento das áreas intersticiais e expetantes contidas no núcleo.

Verifica-se um aumento demográfico derivado quer pelo regresso de emigrantes e da população das ex-colónias, quer pelo incremento do investimento traduzido no aumento dos postos de trabalho e construção de novos equipamentos (Esposende, 2009).

Por outro lado, a abertura da EN13 veio proporcionar uma nova frente urbana à vila, uma zona a densificar e colmatar, enquanto que a abertura da Marginal veio conferir linearidade ao limite fluvial da cidade. Interrompida bruscamente, a marginal evidencia claramente a intenção de atingir Cepães (Esposende, 2009).

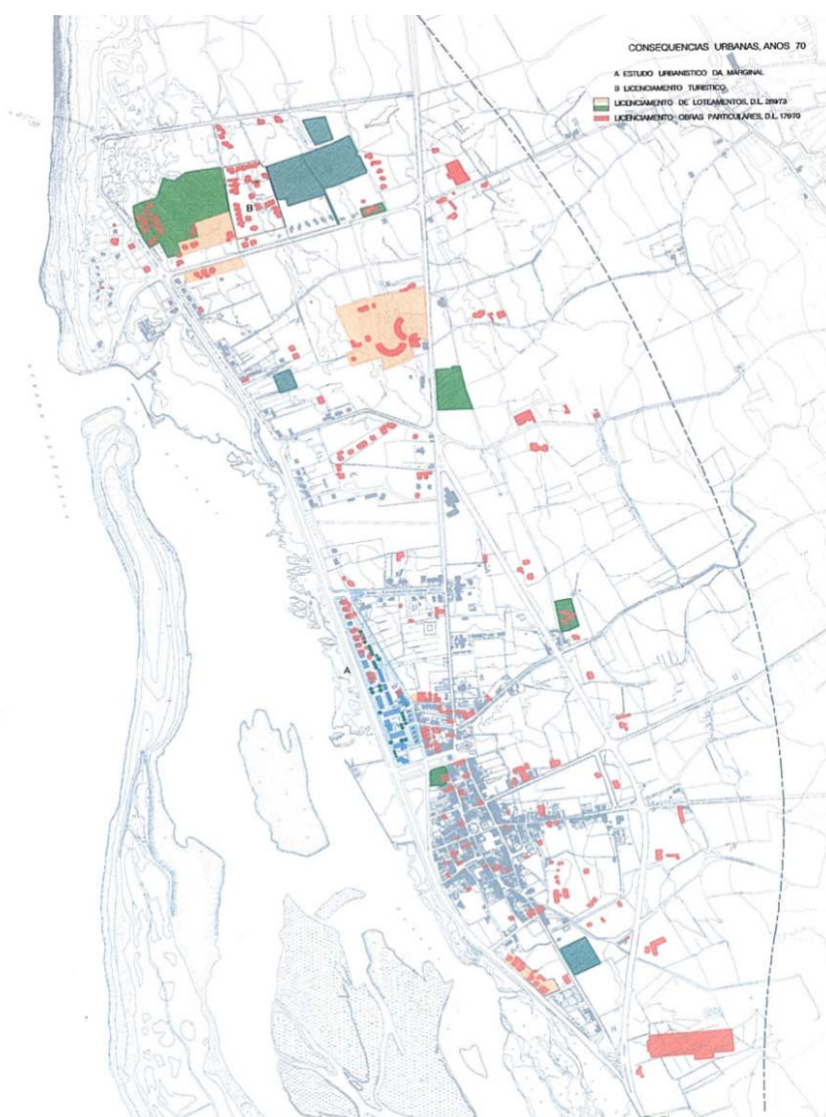


Figura 12 – Consequências urbanas na década de 70.

Apenas nas duas últimas décadas se verifica o aparecimento de construção multifuncional, com mais do que r/c+1; tais construções estão essencialmente localizadas nos extremos limítrofes da cidade.



Figura 13 – Planta da cidade de Esposende atualmente.

Para concluir refira-se a mudança de caráter da frente fluvial, que inicialmente foi importante pela vertente naval e piscatória, atualmente, mantém essa importância pelas suas características balneares; a manutenção do núcleo central, estruturado por pequenos quarteirões com logradouros interiores e construção em banda; e a inexistência de uma malha urbana caracterizada e clara nas zonas de expansão da cidade que, destinadas a uma ocupação sazonal balnear, são sujeitas a processos de loteamento individualizados, originando áreas intersticiais (Esposende, 2009).

O Forte São João Baptista é único, edifício militar de defesa do concelho de Esposende, é de elementar obrigação a sua recuperação e enquadramento digno numa área de incomensuráveis potencialidades turísticas de rio e de mar, de vale e de colinas, de praias extensas e pinhais verdejantes... (Amândio, 1995, p.32)

2.3 Elementos configuradores do objeto de estudo

Ao longo dos séculos o litoral de Portugal, os seus portos e as armadas foram alvo do assédio dos corsários franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e ainda das muito aguerridas e mortíferas setias argelinas, com particular incidência nos séculos XVI, XVII e XVIII. Para defesa desta extensa fronteira marítima e das pacíficas, embarcações de pesca e das suas tripulações, o Rei D. João IV, no âmbito de um plano defensivo, manda construir alguns fortes ao longo da costa. Mas, só no reinado de D. Pedro II, a foz do Cávado é complementada com a construção do Forte que recebe como patrono S. João Baptista (figura 14) (Amândio, 1995).

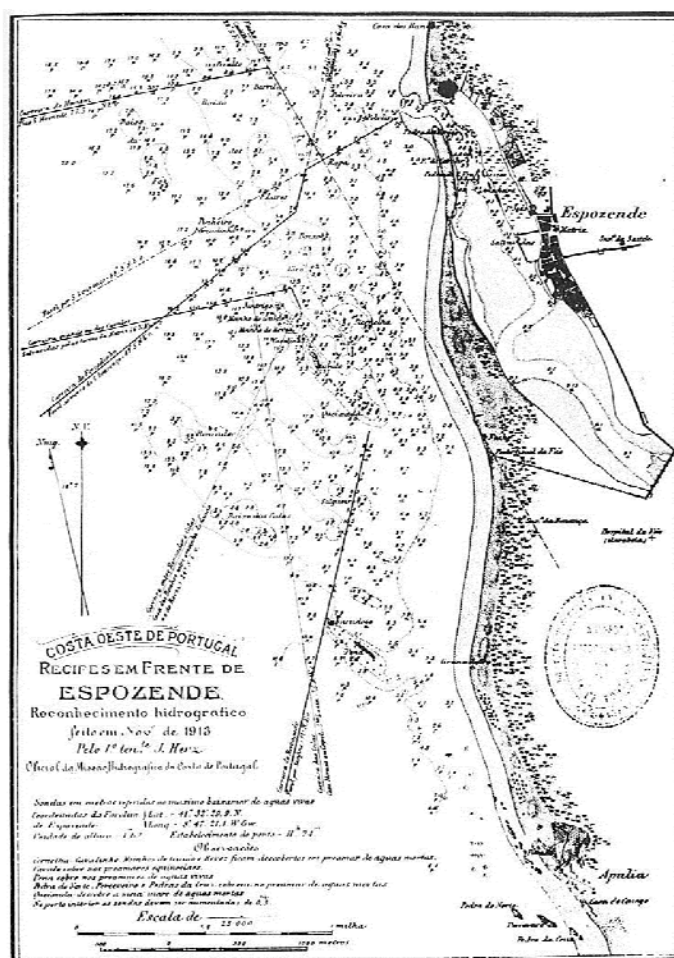


Figura 14 – Mapa de reconhecimento hidrográfico dos recifes em frente de Esposende (1913).

Os alicerces para a construção do Forte de Esposende foram mandados abrir em 1699, presumivelmente pelo Mestre de Campo de Engenheiros Manuel Pinto Villa-Lobos, natural do Porto, Tenente-General de Artilharia, com exercício de engenheiro nas fortalezas da Província de Entre Douro e Minho (Amândio, 1995).

Os engenheiros foram os gestores de todo o processo da construção dos Fortes.

D. Teodósio II, Duque de Bragança, ordenou que prosseguissem as obras empreendidas no princípio do século XVII.

Embora iniciadas em 1699, a reparação das praças raianas do rio Minho originou atrasos na conclusão do Forte de Esposende.

Foi designado como mestre-de-obras Pedro da Rocha Valle, natural de Sôpo, Vila Nova de Cerveira.

O ano de 1702 é apontado como a data de conclusão do Forte de Esposende (Amândio, 1995).

Depois de cumprir a sua função militar na defesa do porto e barra de Esposende, ferido de morte devido ao desleixo dos homens, o Forte de S. João Baptista continua a prestar serviços à navegação, numa primeira fase, a partir de 1831, como sede de comando dos fochos, sob o comando do Capitão-Mór de Esposende e Comandante da Linha dos fochos José César de Faria Vivas, natural de Esposende, mais tarde, em 1866, com um farolim lenticular montado em candelabro de ferro.

O desmantelamento de parte do Forte ficou-se a dever às obras de encanamento do rio Cávado com projeto do Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas de 1795. A totalidade da muralha norte, a muralha nascente até ao Portal de acesso e a do lado poente em igual extensão, foram demolidas e todo o granito foi aproveitado para a construção do molhe ainda hoje existente na barra de Esposende (Loureiro, 1905).

Uma inspeção realizada em 1804, por Oficiais de Engenharia para avaliar o estado do Forte, impediu a sua total demolição, considerando o Forte ainda útil na defesa do porto e da barra de Esposende. Assim restaram a muralha sul e parte da nascente e poente bem como alguns dos alojamentos (figura 15) (Amândio, 1995).

Em 1807 já Vilas Boas tinha dado como terminadas as obras das muralhas da foz.

Durante a guerra civil (Maio de 1832), o Forte encontrava-se desartilhado e assoreado, sem condições, mas os receios de um eminente desembarque liberal nas praias nortenhas, levou ao desartilhamento das antigas guarnições não desmanteladas. Desta forma o Governador da província do Minho ordena a recuperação do Forte de S. João Baptista.

No dia 15 de Novembro de 1831, por ordem do Governo, mandou construir uma bateria provisória, sendo dada ordem ao Arsenal de Lisboa a 18 do mesmo mês, para artilhar com duas peças o Forte de Esposende (Amândio, 1995).

Embora com lentidão, a 9 de Abril de 1832 trabalhava-se no desassoreamento, estando o Forte sob o comando do coronel João Marcelino de Sousa. Já em 3 de Junho é dada por concluída a construção da bateria e um mês depois, precisamente a 3 de Julho encontram-se instaladas as peças e o Forte é guarnecido com Milícias do regimento de Viana do Castelo.

Porém em 1834 estava sem comando e só com a guarnição composta apenas por veteranos a comandar. Situação que se manteve até 1844, data em que em foi definitivamente abandonado para fins militares (Amândio, 1995).

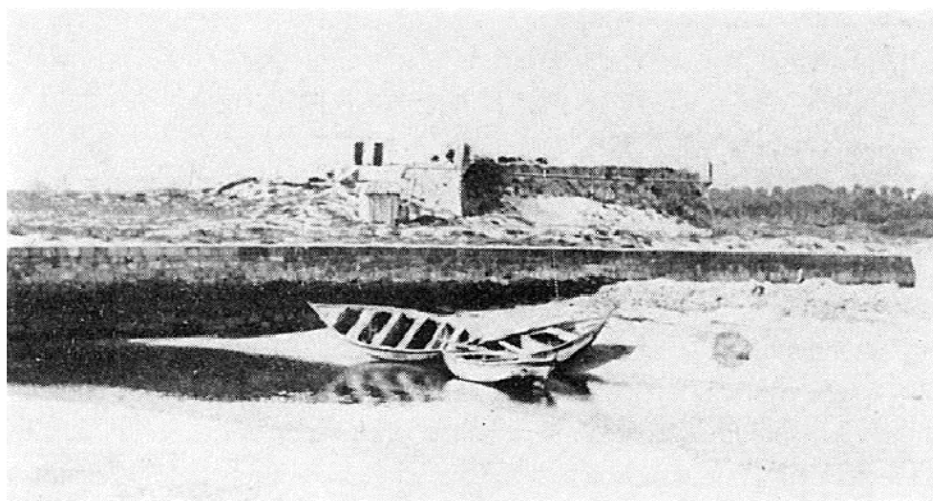


Figura 15 – Imagem do início do século XX.

Em 1758 Gonçalo Luis da Sylva Brandão publicava a “Topographia da Fronteyra, Praças e Seus Contornos, Raya Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho”, onde inclui a Planta da Costa de Viana até Esposende (figura 16).

Faz uma apreciação do conteúdo dessa planta, bem como a identificação de certas áreas de singular importância nos seguintes termos:

Da barra de Viana corre a costa até à Vila de Esposende, sem ter que notar mais que o rio Neiva. Ocupa esta costa o termo de Barcelos e o pequeno de Esposende. Mostra-se a barra de Esposende e o seu Forte.

- A- Forte na entrada da mesma barra
- B- Vila de Esposende
- C- Lugar de Fão
- D- Igreja do Bom Jesus de Fão
- E- Paredão para reparo das areias
- F- Penedos chamados os “Cavalos de Fão”

O levantamento topográfico que se reproduz nessa mesma obra, mostra o estuário do Cávado, ainda sem qualquer tipo de molhes quer na margem direita ou esquerda, vias de comunicação definidas com a passagem na Barca do Lago à falta da Ponte em Fão que só viria a ser construída em 1891. Nesse desenho é perfeitamente visível a forma quadrilátera, com plataforma voltada para poente, para o mar, 4 baluartes e entrada por nascente (figura 16).



Figura 16 – Levantamento topográfico de Gonçalo Luís da Silva Brandão – 1757

(Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto-Manusc. N.º1909).

Relativamente ao desenho do Forte de Esposende incluído no Levantamento Topográfico de Silva Brandão, verifica-se que a plataforma voltada para o mar é rectilínea, enquanto no desenho do Dr. Luis Figueiredo da Guerra (figura 16) é circular. Uma análise ao que resta do Forte de S. João Baptista pode observar-se ainda hoje (figura 17) uma plataforma retilínea semelhante à que nos apresenta Silva Brandão, apenas alterada nos extremos agora demarcados em ângulos a 90 graus.

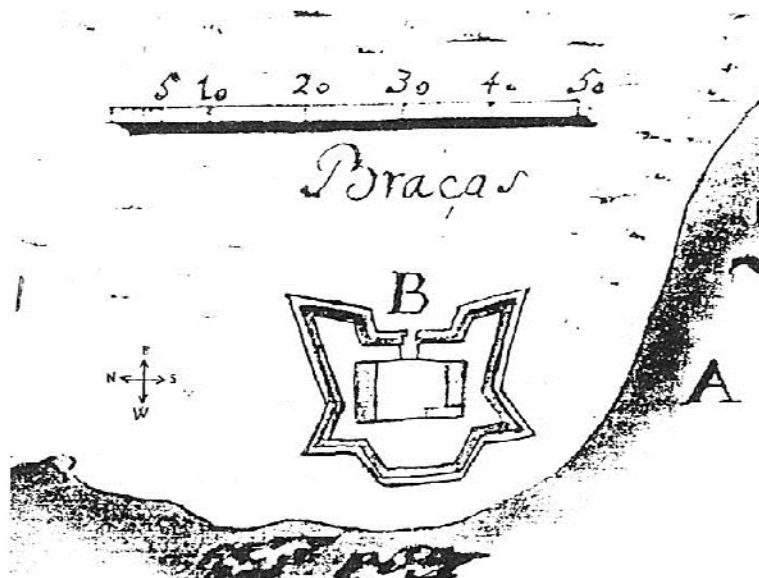


Figura 17 – Desenho do Forte de S. João Baptista de Esposende extraído do levantamento topográfico de Gonçalo Luís da Silva Brandão – 1757.

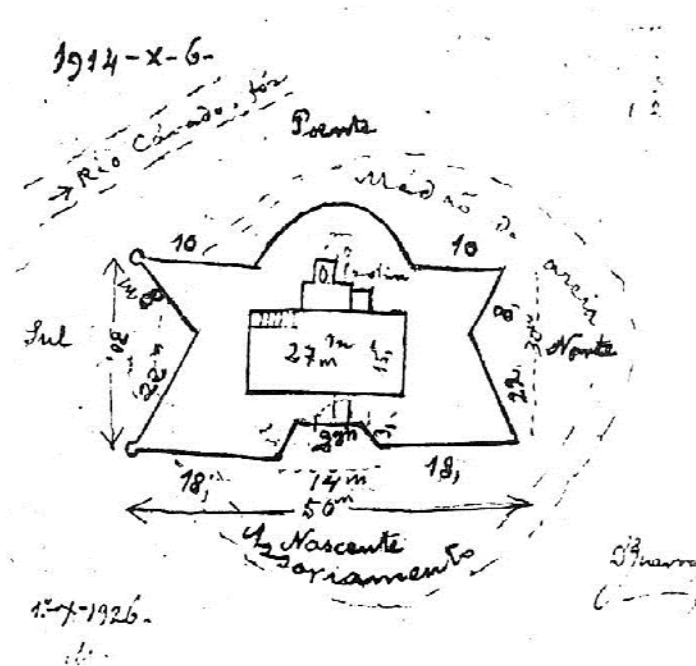


Figura 18 – Desenho elaborado pelo Dr. Luiz Figueiredo da Guerra.

O Forte de S. João Baptista de Esposende apresenta uma planta em forma de estrela quadrilátera, composto por cinco baluartes, saindo da cortina ocidental uma bateria avançada, atualmente arrasada, que vantajosamente defendia a barra de Esposende (figura 19).

A única entrada fica voltada a nascente, fazia-se por um portal, com arcos de aduela e encimado por escudo das quinas e orla de sete castelos, cobertos pela coroa real; ladeavam as armas portuguesas dois tenants simples, ou suportes em S um dos quais ainda existia em 6 de Outubro de 1914 (figura 21) (Amândio, 1995).

A altura das muralhas era de 8 metros, com 18 fiadas de cantaria até à gola. O seu comprimento, na face norte-sul, era de 50 metros e a largura da face nascente-poente de 30 metros.

A parada interior tinha uma área de 17x15, rodeada de quartos e cozinha, armazéns abobadados, arrecadações e a residência do Governador do Forte no Cimo.

Os muros eram preenchidos de alvenaria grossa. Disponha de um relógio com mostrador de louça que foi destruído em 1910. A sineta já tinha desaparecido nesta data (Amândio, 1995).

O Forte era construído em alvenaria de pedra e cal, com cunhais e cordão em cantaria; ainda hoje conserva a muralha do lado Sul, com um meio baluarte e um redente com as respetivas guaritas e parte da muralha a Nascente e Poente.

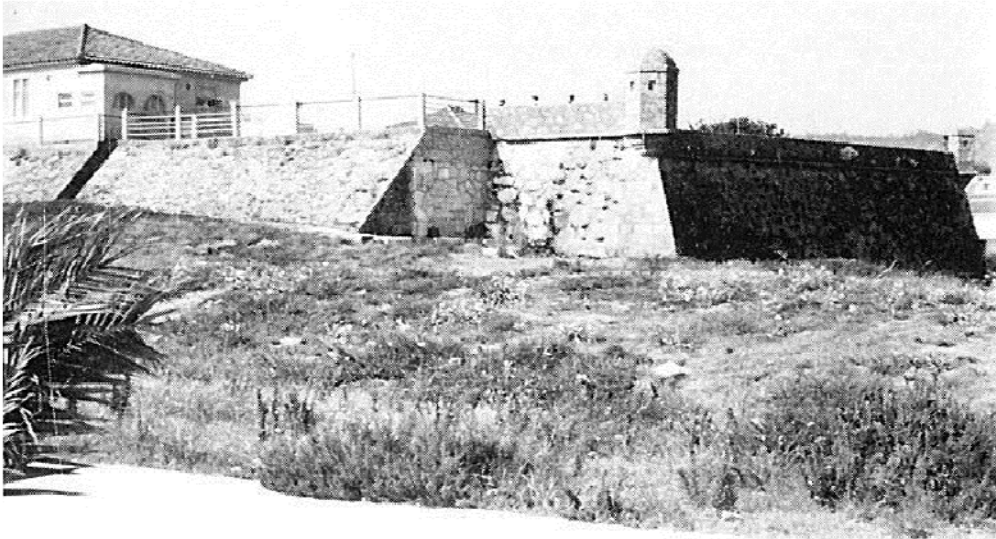


Figura 19 – Plataforma a que se refere Silva Brandão em 1757.

O desembarque de D. Pedro IV no Mindelo, marcou decisivamente o abandono do Forte, nessa data já com graves demolições verificadas desde 1800, para aproveitamento do granito e sua aplicação na construção do molhe da foz do Cávado (Amândio, 1995).



Figura 20 – Muralha com os 2 baluartes de restam.

Em Outubro de 1924 sofre novas demolições para melhor aproveitamento dos serviços de farolagem e em 1940 os esposendenses têm um furtivo rebate de consciência e ventilam a ideia de desassorear as muralhas que ainda sobejam do Forte, integrando tal iniciativa nas comemorações do centenário da Independência Nacional. Iniciativa frustrada já que nada foi feito (Amândio, 1995).

Outras obras de remodelação são levadas a efeito em 1946 e tal fato encontra-se registado na parede granítica que ladeia a escada de ligação dos dois patamares. Posteriormente, ainda a construção no pátio do rés-do-chão de uma residência para utilização com férias de oficiais da Armada (Amândio, 1995).

E permanece num estado de abandono muito lamentável o que resta das antigas muralhas, com irregular assoreamento tanto a nascente como a sul e poente, situação que em grande parte se generaliza a muitos outros fortins, fortes castelos e muralhas que defenderam muitos povoados.

Resta-lhe, a nascente, o pórtico e um reduzido painel de muralha, a sul toda a muralha intacta limitada por 2 baluartes (figura 20) e a poente, possivelmente grande parte da plataforma que é revelada no desenho do Levantamento Topográfico de 1757 onde estariam colocadas as 8 peças de artilharia (figura 19).

É imperdoável que se deixe perder este testemunho de uma época bem significativa da história, de corsários, piratas, guerras intestinas e internacionais que motivaram a construção do Forte de S. João Baptista da Foz do Cávado.

O Farol de Esposende

A proliferação dos Fachos da Borda Mar com objetivos de vigilância e transmissão na província do Minho acentuou-se a partir de 1831, com a elaboração do respetivo regulamento.

No Forte de Esposende instalou-se o Comando dos Fachos da Borda-mar da província do Minho, dividido em duas Linhas: a Linha da Esquerda, que ia de Vila do Conde a Esposende e a Linha da Direita que ia de Esposende para Norte.

Admite-se que o Forte de Esposende desde o início tenha servido como facho luminoso a marcar o acesso à barra, já que o Forte, para além de baluarte de defesa também foi utilizado como posto de vigilância e transmissão, características que definiam os “Fachos da Borda-mar” (Amândio, 1995).

A evolução do Farol de Esposende, tal como hoje é conhecido, deixando um tanto na penumbra o nome de Forte de S. João Baptista de Esposende, muito mais genuíno em recordação do seu significado como bastião militar (Amândio, 1995, p.38).



Figura 21 – Portal de acesso ao Forte no seu estado atual.



Figura 22 – Muralha Sul com os 2 baluartes intacta, e parte de Nascente.

Os desenhos de Silva Brandão e Figueiredo da Guerra coincidem e demonstram que a muralha a Norte é igual à do Sul

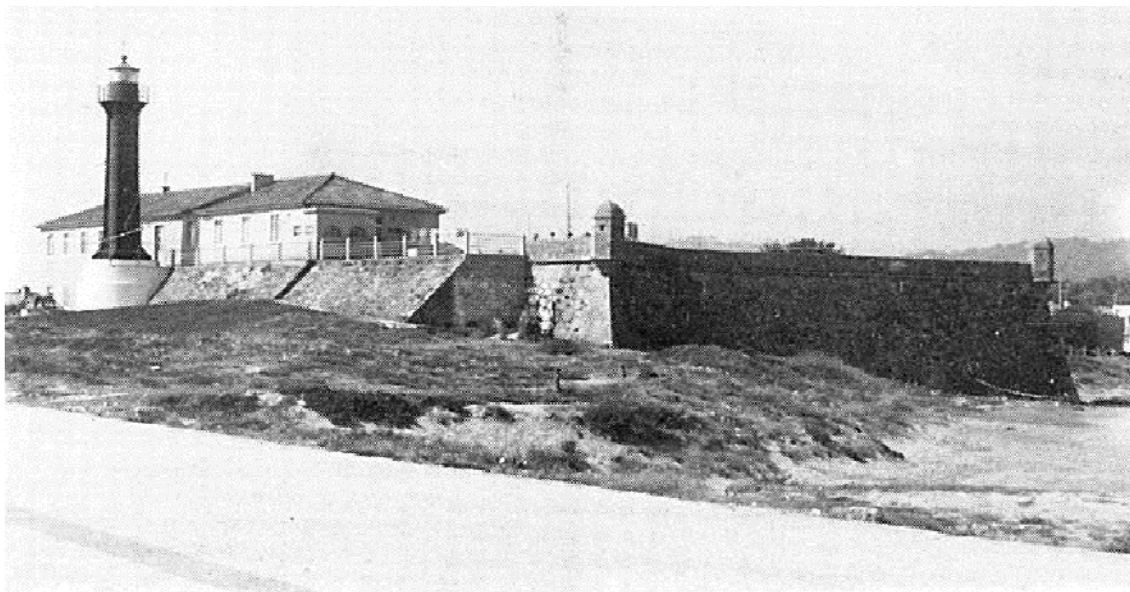


Figura 23 – Muralha Poente apresenta uma plataforma que poderá ser a que apresenta o desenho de 1757 de Silva Brandão.

Em 1916 e 1917 a casa de apoio aos serviços de farolagem, sofreu obras de ampliação e em 1921, acontecia o mesmo com o farolim, uma torre de ferro com lanterna iluminando 270º, com 7 metros de altura focal, comportando por cima da lanterna uma disposição especial para uma sereia dupla, que são dois tubos mais elevados com aberturas ovais dirigidos para o oceano para uso do sinal sonoro, acionada por motores de 40 cavalos a petróleo. (figuras 23 e 24) (Amândio, 1995).

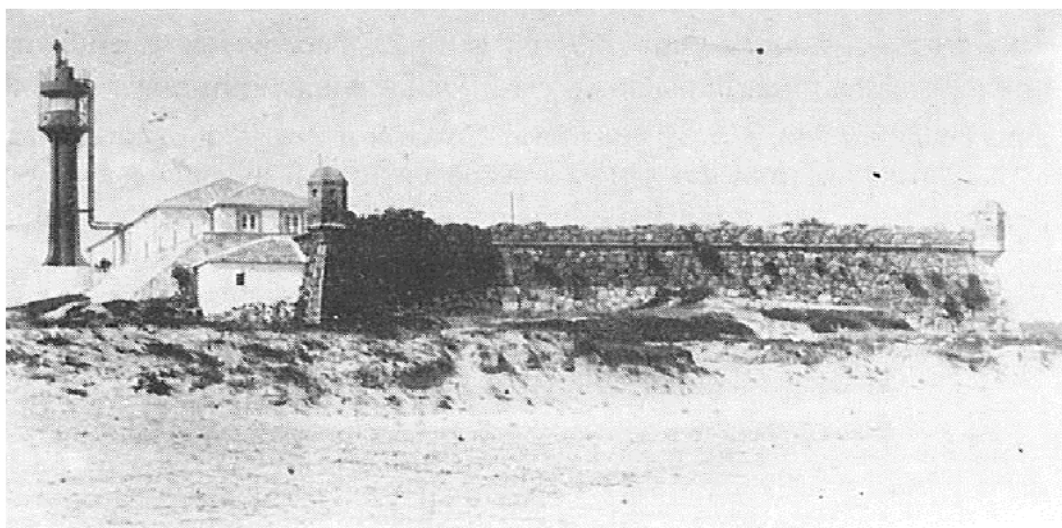


Figura 24 – O Forte e o Farol, com a residência e a casa das máquinas

A torre com os Tubos de som no cimo (sereias duplas).



Figura 25 – Semelhante à que reproduz na figura 25 mas já sem as sereias duplas do som na torre metálica.

Conforme refere Correia (1996), o Forte de S. João Baptista insere-se no tipo de fortificação abaluartada regular designada por Fortim.

O Fortim é uma das tipologias mais importantes da fortificação do litoral Norte português, contudo o "Fortim de Costa" ou "Bateria Costeira". Implantados segundo os princípios estratégicos já referidos, localizaram-se em pontos livres e geralmente planos (na linha de costa), o que associado à sua pequena dimensão permitiu mais do que a regularização da forma, a produção de um tipo repetível. Estes Fortins, considerados fortificações permanentes, deviam ter traçados regulares independentemente do terreno, da distância e da potência do fogo. A planta, geralmente em forma de estrela de quatro pontas, com uma guarita cada, apresenta a entrada voltada a terra, sobre o eixo de simetria, num pano de cortina ou no encontro de dois redentes. No lado oposto, voltado ao mar, existe uma plataforma para a localização da artilharia, geralmente semicircular ou poligonal simétrica (Correia, 1997).

Embora constituindo um tipo com características próprias, os elementos compositivos da forma (funcionais e de traçado) destes Fortins, são os mesmos dos Fortes e das Praças Fortes.

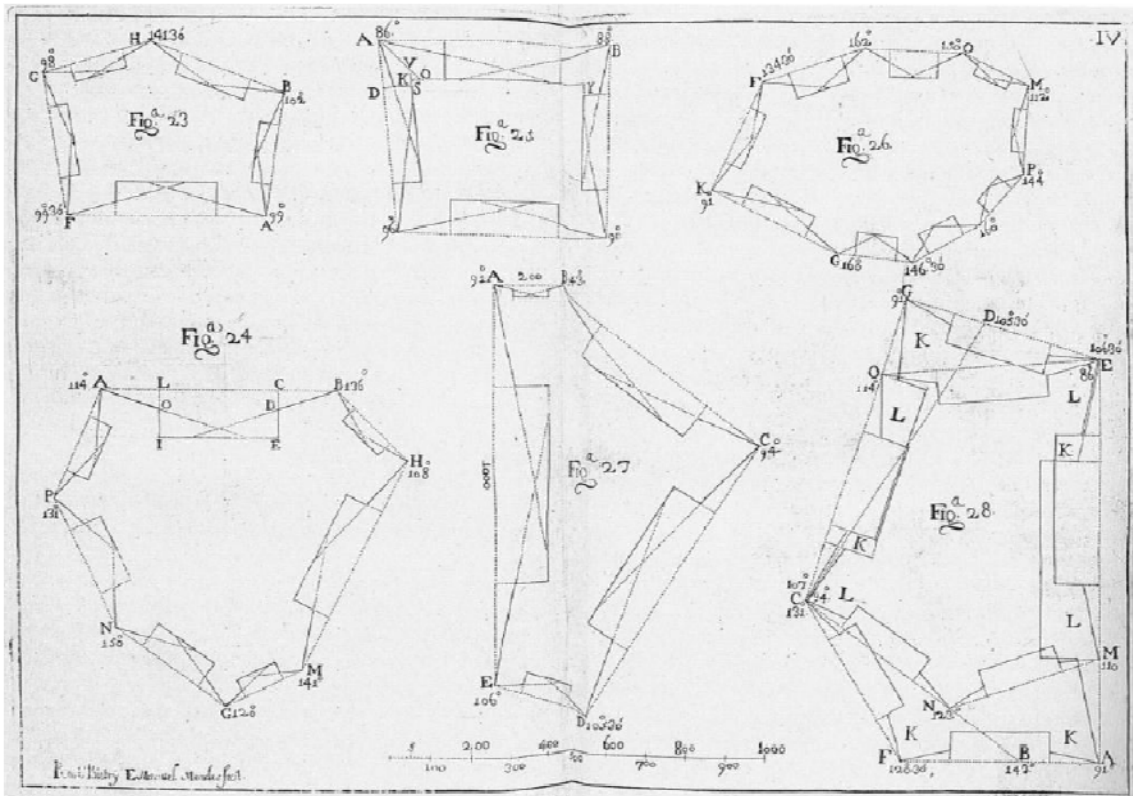


Figura 26 - Regras geométricas de traçados de polígonos irregulares fortificados, de Luís Serrão Pimentel, 1680.

A fortificação é funcional, por se tratar de uma estrutura que se pretendia eficaz na defesa da costa atlântica e do local, não se pretendia dar imponência visual, mas sim eficácia na sua função de fortaleza. A funcionalidade implica observar sempre o princípio fundamental de que "todas as partes devem estar dispostas de modo a poderem flanquear-se reciprocamente" (Correia, 1997, p.84), esta regra funcional é importante em toda a execução de fortificações, e é através da sua observância que se distingue o que se considera "fortificação" ou simplesmente "muralla fechada". Os polígonos defensivos vão ser constituídos por um conjunto de elementos, considerados pelos estudiosos como essenciais, necessários, acidentais ou complementares, segundo a sua funcionalidade no conjunto total.

3. DIAGNÓSTICO E CONDIÇÕES DO FORTE DE S. JOÃO BAPTISTA

3.1 Estado geral e Diagnóstico do Forte de São João Baptista

A envolvente do Forte é um elemento essencial para uma leitura de conjunto Envolvente/Forte. O seu estado original está alterado tanto no que se refere ao edifício como à topografia, devido ao fato de se ter alterado o uso e se tratar de uma zona sujeita a diversos condicionalismos urbanos, ambientais e outrora estratégicos.



Figura 27. Vista da envolvente, a poente da fortificação.



Figura 28. Vista da envolvente, a nascente da fortificação, a partir do interior.

A construção do paredão da barra de Esposende é uma das várias alterações, assim como, o desenvolvimento da indústria dos concelhos vizinhos e da área metropolitana do porto, associada ao

fenómeno do turismo balnear, funcionou como princípio indutor do incremento da agora cidade de Esposende, surgindo uma nova sociedade, a do Lazer.

O forte desenvolvimento urbano da então vila de Esposende, com a construção da chamada segunda habitação, na parte norte da cidade próxima do Forte, constitui uma mais-valia para o desenvolvimento local, o qual não veio perturbar de forma significativa a escala do lugar, gerando um desequilíbrio ambiental. O exemplo de intervenções dissonantes passadas ao longo dos anos era impreterível e é exemplificado pela construção abusiva de edifícios no cordão dunar.

O Forte encontra-se vinculado à barra do rio Cávado, apesar de, atualmente, haver um forte desenvolvimento urbano da envolvente do Forte, nomeadamente as recentes intervenções urbanísticas, as quais ajudam significativamente ao seu controlo visual.



Figura 29. Vista geral da envolvente do Forte, perspetiva a partir da torre do farol.



Figura 30. Vista geral da envolvente do Forte, com indicação da perspetiva a partir da torre do farol.

— Indicação da perspetiva da figura 30

O estado da parte existente do Forte pode-se considerar aceitável, tendo em conta que é visível de forma clara parte da sua composição formal, sendo possível visitar os baluartes existentes lado sul/nascente e sul/poente, e daí apreciar a paisagem da foz do rio Cávado. A demolição dos baluartes norte/nascente e norte /poente, assim como da bateria voltada a poente, considera-se uma perda. Verifica-se hoje haver uma perda considerável do monumento.

O estado das casas do faroleiro, pode-se considerar mau, tendo em conta o abandono por parte do estado e da manutenção necessária para a sua conservação em bom estado.

As dinâmicas costeiras relacionadas com o movimento das areias e o aumento do nível das águas do mar, potenciam o risco de desagregação de todo conjunto, assim como, a vegetação da envolvente e a infiltração de água no interior dos edifícios aceleram a sua degradação.

No interior, apesar das alterações que sofreu ao longo dos tempos, adaptando-se aos diferentes contextos sociais, políticos e económicos e de algumas perdas, conserva parte das paredes da muralha existente no lado sul e do conjunto de casas implantadas no seu recinto, estas em mau estado de conservação. O Forte não tem um valor individual de carácter excepcional, mas encontra no conjunto das construções militares da costa portuguesa um valor de carácter excepcional no contexto da defesa da costa.

3.2 Reconhecimento físico e levantamentos diversos

Depois de reconhecer, no Capítulo 3, a reabilitação como grau de intervenção é importante diagnosticar para melhor compreender o estado atual de conservação de todo conjunto (Forte e envolvente), assim como o tipo de construção pertencente ao lugar utilizando esse entendimento como recurso científico. As intervenções de Reabilitação obrigam ao conhecimento da geometria, das propriedades, do estado de conservação das preexistências, dos materiais e das ações diretas e indiretas a que estão submetidas. Um diagnóstico correto e exaustivo permite avaliar o estado de conservação do Forte, a sua descrição arquitetónica, a identificação de todas as anomalias, estruturais e construtivas, proceder à sua descrição e das suas causas, pois são condicionantes do grau de intervenção e princípios operativos do projeto, de forma a garantir a autenticidade que salvaguarde os valores sociais e culturais.

O diagnóstico do Forte, parte de:

- Uma análise documental, tipológica e construtiva; uma análise da documentação fotográfica;
- Recolha cartográfica do Forte assim como da envolvente;
- Diagnóstico arquitetónico e estrutural do Forte, analisando e registando a situação em que se encontra, assim como as medidas preventivas para a correta abordagem de intervenção.

Na recolha de informação relativamente à história do Forte e à pesquisa de infografia - o levantamento arquitetónico, construtivo, registo fotográfico, análise da utilização atual, organização espacial e funcional do edifício, o estudo das anomalias, incluindo uma análise ao estado de conservação são também elementos a ter em conta na elaboração de um diagnóstico para o desenvolvimento do projeto de reabilitação, visto que pode apresentar um processo de deterioração, podendo comprometer a composição estética do conjunto arquitetónico (Coias, 2006).

Algumas das suas partes podem chegar a ser alteradas com maior facilidade devido tanto às suas características intrínsecas como pela degradação antrópica, entre outros fatores, que podem acelerar o

processo de degradação. A ação do tempo aliada ao atual desuso e, ainda à ausência de manutenção de um programa de utilização contribuem para acelerar o processo de degradação, pondo, assim, em risco a estabilidade e a integridade de todo o conjunto.

3.2.1 Levantamento histórico, análise de documentos e infografia

A recolha de informação relativa à história do edifício e de infografia (desenhos, gravuras, esboços e fotografias da época da construção) são elementos a ter em conta na elaboração do diagnóstico para desenvolvimento do projeto de reabilitação.

A análise documental revela a existência de documentação dispersa. A informação foi obtida na Biblioteca Municipal de Esposende; Biblioteca Delmira Calado, nas instalações da Escola Superior Gallaecia, e IGESPAR (*Instituto de Gestão do Património Arquitetónico*).

A documentação histórica e registos originais sobre o conjunto arquitetónico, apresentam os indicadores mais importantes quanto à estratégia de intervenção a aplicar. Posto isto, foram analisados: a planta da envolvente (contigua ao edifício), fotografias, gravuras, esboços e desenhos técnicos da altura da construção e das intervenções posteriores. Pretende-se com a reabilitação do Forte contribuir para alargamento do conhecimento do objeto de estudo, usando-o como alavanca para aprofundar o seu entendimento.

Em conformidade com as recomendações do *Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitetónico*, o conhecimento dos acontecimentos ocorridos no passado servem de indicadores para melhor prever o comportamento futuro útil a fim de avaliar o grau de segurança do estado atual da estrutura do Forte. Segundo a fonte citada “a história e o laboratório experimental mais completo, à escala real” (Icomos, 2001, p. 22).

Assim, se demonstra como os diversos fatores alteram o comportamento estrutural original, filtrando toda a informação a fim de interpretar os dados para a descrição do seu comportamento.

3.2.2 Levantamento geométrico, arquitetónico e construtivo

O levantamento geométrico/arquitetónico do Forte/envolvente bem como os elementos que os constituem, os perfis e levantamento dos vestígios arqueológicos, deverão ser rigorosos e exaustivos.

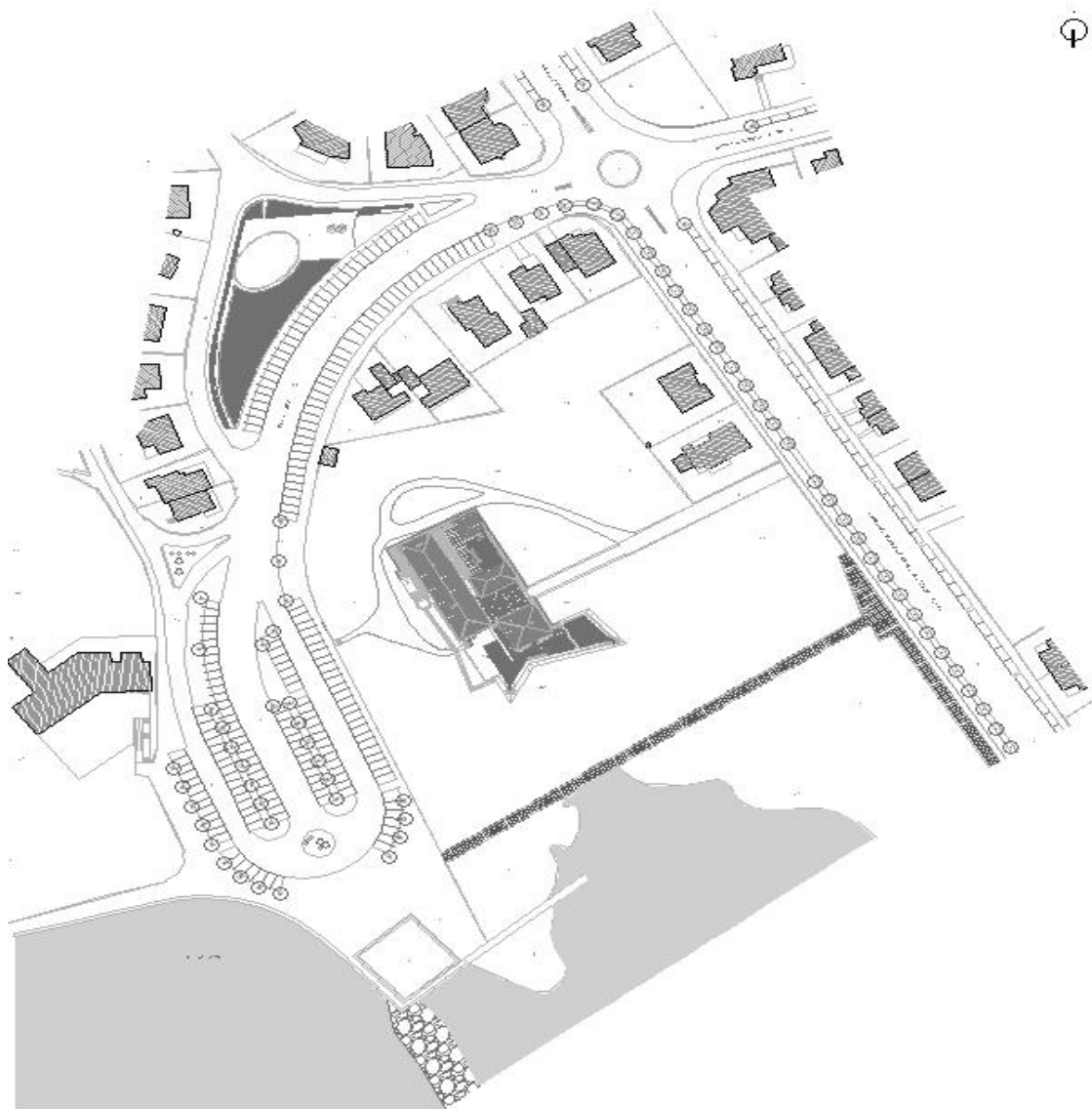


Figura 31. Levantamento Topográfico do Forte de S. João – Planta de Implantação.

O levantamento deve refletir de forma clara a topo-morfologia, através de perfis.

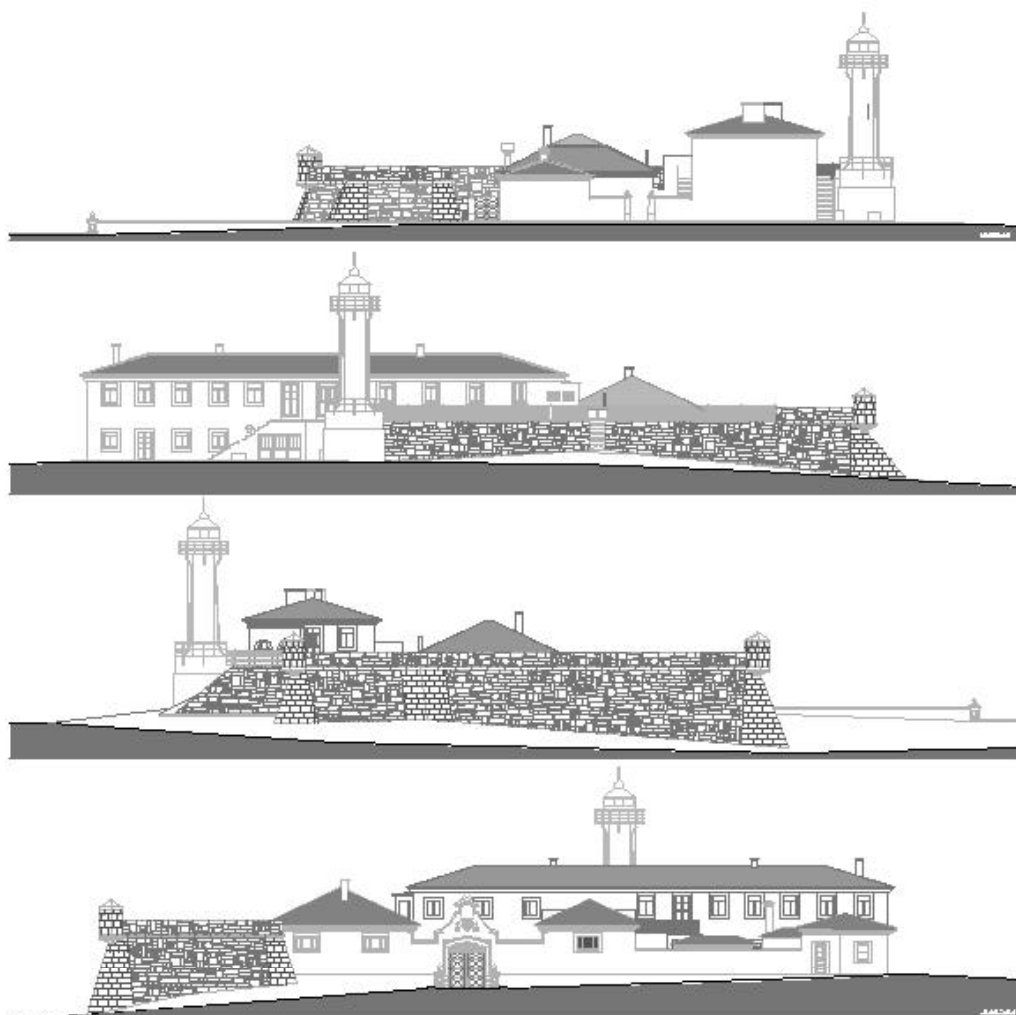


Figura 32. Levantamento do Forte de S. João.

3.3 Componente tectónica e sistema construtivo

Trata-se de uma construção tradicional. O sistema de construção das fortificações varia pelo país desde norte a sul, sendo utilizados técnicas e materiais disponíveis do local conforme o tipo de pedra típica de cada região, ou também podia ser determinada pela forma da pedra ou maior ou menor critério para a sua execução. No Norte, a construção em pesados silhares de granito (seco ou assente com barro) é dominante tendo sido, durante séculos, o material de construção predominante.

O Forte de S. João foi erigido em pedra, tendo sido utilizada a cantaria de granito na sua construção. O material de construção foi extraído das explorações de granito existentes nas proximidades do local, ... a natureza, forma e dimensão das unidades que constituem a alvenaria, a espessura das juntas de argamassa, o número de panos no caso de seções compostas e, ainda, a dimensão e a ligação entre os panos, são fatores que, complementados com as características dos materiais, determinam o comportamento local e global da alvenaria. (Cóias, 2006. P. 29)



Figura 33. Forte de S. João Baptista construído em pedra. Utilização de cantaria de granito nos cunhais e guaritas.

Em geral, a dimensão das fundações é executada em função da natureza do terreno mais ou menos resistente. No caso do Forte, o conhecimento da natureza do local, assim como as suas próprias características, fez com que necessitasse de um sistema de fundações, assentado numa zona firme do subsolo, camada xistosa.

Os baluartes que constituem os vértices da planta foram executados em sistema de alvenaria aparelhada de pano duplo, com blocos de cantaria de grandes dimensões nos ângulos exteriores, assentes com junta argamassada.

As Casas do faroleiro são de construção tradicional.

As paredes exteriores neste tipo de edifícios, são geralmente designadas por paredes resistentes por desempenharem funções de sustentação e, quanto ao seu papel no sistema estrutural, são divididas em principais e secundárias. São executadas em alvenaria de pedra de granito, com perpianho, assentes com argamassa de cal, areia e saibro. Com peças aparelhadas em cantaria (vãos de portas e janelas) sob a forma de lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis.

As fachadas pelo fato de serem autoportantes e de conterem diversas aberturas apresentam espessuras consideráveis que tendem a diminuir de piso para piso.

O revestimento exterior existente nas fachadas é o reboco de enchimento e regularização areado e acabamento pintado.



Figura 34. Levantamento fotográfico fachada nascente.



Figura 35. Levantamento fotográfico fachada norte poente.

A estrutura dos pisos, à exceção do piso térreo, é constituída por um vigeamento de madeira, apoiados nas paredes com uma entrega de dois terços da espessura das paredes. São dispostos paralelamente entre si e travados por tarugos espaçados em média cerca de 1,50m. Esta estrutura recebe o pavimento e o teto.

Os pavimentos ainda existentes são revestidos por um tabuado (soalho) de madeira de pinho (espessura cerca de 0,025m) com larguras entre os 0,12 e 0,20m.



Figura 36. Levantamento fotográfico do piso em soalho.

Os tetos, de forma geral, são constituídos por fasquios espaçados cerca de 2/3cm e pregados a uma estrutura intermédia de barrotes (espaçados entre si cerca de 0,50m), para nivelamento e ventilação, que por sua vez era pregada diretamente sob os paus rolados.



Figura 37. Levantamento fotográfico do teto em estuque.

As coberturas são constituídas por quatro águas revestidas a telha marselha e do tipo asna simples, com a linha, o pendural e as escoras.

Tradicionalmente, este tipo de estruturas é constituída por uma armação simples de duas vigas ou pernas, dispostas em forma de tesoura, unidas superiormente a meia madeira, apoiadas numa viga transversal ou linha, que por sua vez se apoiava nas paredes exteriores. Para travamento longitudinal, localizam-se superiormente, ao nível da cumeeira e a meio do vão das duas pernas, o pau de fileira e as madres, respetivamente.

Sobre esta estrutura são pregadas as varas ou caibros, também realizadas com madeira de menor dimensão (aparados em quatro faces), que se apoiam na fileira e no contrafrechal e onde será finalmente pregado um ripado, para apoio das telhas.



Figura 38. Levantamento fotográfico do sistema de asnas.

As paredes interiores são divididas em paredes tabique de compartimentação (divisão de espaços). São do tipo tabique simples.

As paredes tabique, de forma geral, são constituídas por uma estrutura de barrotes com 7cm de lado, dispostos em forma de frechais, prumos, e vergas, preenchida por um tabuado com 4 a 5cm de espessura, normalmente de tábuas costaneiras, afastadas 1cm, colocadas na vertical e pregadas aos frechais. Em ambas as faces deste tabuado é pregado um fasquiado, até à altura do rodapé, para receber os revestimentos de argamassa.

Os rodapés e guarnições entre 0,10 e 0,30m de altura.

As caixilharias exteriores agrupam-se em portas, janelas de batente e janelas de guilhotina.

As portas de entrada são, por motivos de segurança, mais resistente que qualquer outra. Neste caso, eram constituídas por duas folhas de abrir, um postigo com um vidro de abrir e encimada por uma bandeira com caixilho fixo



Figura 39. Levantamento fotográfico das portas exteriores.

As janelas são de batente constituídas por duas folhas e encimadas por uma bandeira com caixilho fixo, enquanto que as janelas do Edifício isolado norte-nascente são do tipo guilhotina.

O Material original é em madeira com acabamento, geralmente pintado de tons de branco. Os vãos do edifício principal foram substituídos por janelas do mesmo tipo, mas agora em alumínio anodizado à cor natural.



Figura 40. Levantamento fotográfico das janelas exteriores.

As portadas interiores apresentam-se divididas em duas folhas, de modo a permitir que, quando abertas, fiquem recolhidas na parte interior do aro de gola das ombreiras de cantaria. O acabamento, à semelhança das caixilharias, é geralmente pintado de tons de branco.

As caixilharias interiores adotam o mesmo tipo de execução das caixilharias exteriores mas, naturalmente, mais simplificadas.



Figura 41. Levantamento fotográfico das portas interiores.

3.4 Anomalias e debilidades

Para intervir no Forte, é importante efetuar o estudo às anomalias dos seus elementos construídos.

“A Patologia da Pedra constitui uma das componentes mais importantes na defesa, conservação e intervenção” (Begonha, 2011,p.83), sendo notório que a estrutura do Forte é em pedra. De seguida, apresenta-se a descrição das anomalias encontradas a saber:

- Assentamentos diferenciais.

A capacidade de carga e a deformabilidade dos solos não são constantes, sendo função dos seguintes fatores mais importantes:

-Tipo e estado do solo (areia nos vários estados de compacidade ou argilas nos vários estados de consistência).

-Disposição do lençol freático.

-Intensidade da carga, tipo de fundação (direta ou profunda) e cota de apoio da fundação.

-Interferência de fundações vizinhas.

Os solos são constituídos basicamente por partículas sólidas, água, ar e, não raras vezes, material orgânico. Sob efeito de cargas externas todos os solos, em maior ou menor proporção, deformam-se. Se estas deformações forem diferenciadas ao longo do plano das fundações de uma obra, tensões de grande intensidade serão introduzidas na estrutura da mesma, podendo gerar o aparecimento de fissuras.

- Zonas de escorrência e erosão.

Este fenómeno caracteriza-se pela perda significativa de material devido ao arrastamento provocado pela água das chuvas. O impacto de partículas em suspensão no ar provoca a destruição das camadas superficiais, sobretudo dos elementos em relevo. Esta alteração verifica-se principalmente nas zonas em contato com a água do rio e nas zonas mais expostas aos ventos dominantes com areia suspensa.

- Líquenes e fungos nas alvenarias.

Os danos causados pelos líquenes geralmente surgem na superfície da pedra, originando lentamente a sua degradação. Assim, a alvenaria pode ser transformada e gradativamente dissolvida, por ser relativamente porosa, sendo que a infiltração de água acaba por ser mais profunda. Uma quantidade grande de bactérias e fungos desenvolve-se sobre as superfícies externas da cantaria, originando reações químicas. Como resultado, aparecem formações de ácidos que corroem a pedra granítica.

Deve-se proceder à limpeza da pedra e remover as substâncias que causam o processo de deterioração, respeitando-se a textura e a cor originais (patine). Todas as indicações técnicas dos processos da limpeza devem ser acauteladas, pois requerem cuidados que podem por em risco a superfície da pedra. O método escolhido para ser usado depende da natureza das substâncias a serem removidas e do tipo de superfície a ser limpa.

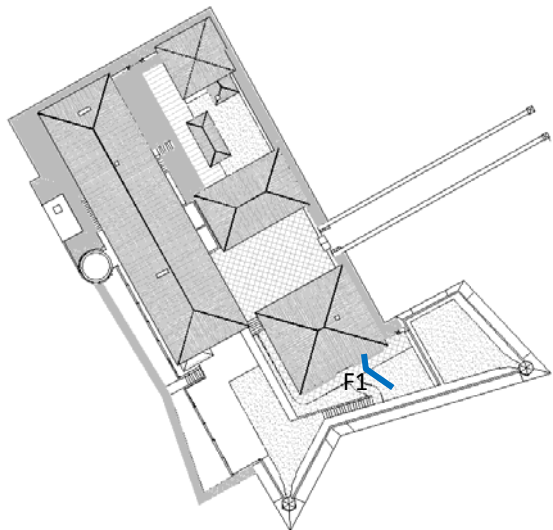

- Anomalias por ação da vegetação de pequeno porte na Silharia;

O crescimento de vegetação pode causar ruturas e quebras de alvenarias de pedra. A vegetação desenvolve-se ao penetrar na alvenaria: as raízes e o caule expandem-se, aumentando de volume e causando a conseqüente destruição dos materiais ali presentes, provocando alterações na zona da base e superior das muralhas provocando o desprendimento de algumas pedras.

No ponto 3.4 apresentam-se Fichas de Diagnóstico para os diversos elementos constituintes do Forte, com a descrição do estado de conservação e das patologias, assim como a sua causa, propondo medidas corretivas para eliminar e corrigir as patologias, e, cumulativamente, indicar medidas preventivas a considerar.

3.4 Fichas de Diagnóstico

FICHA DE DIAGNÓSTICO DE ANOMALIAS	FICHA 1
--	----------------

Localização: 	Fotografias: 
--	---

Tipo de Patologia:
Fissuração vertical.

Material em presença:
Os panos da muralha e murete apresentam problemas relacionados com o estado do solo (areia nos vários estados de compacidade).

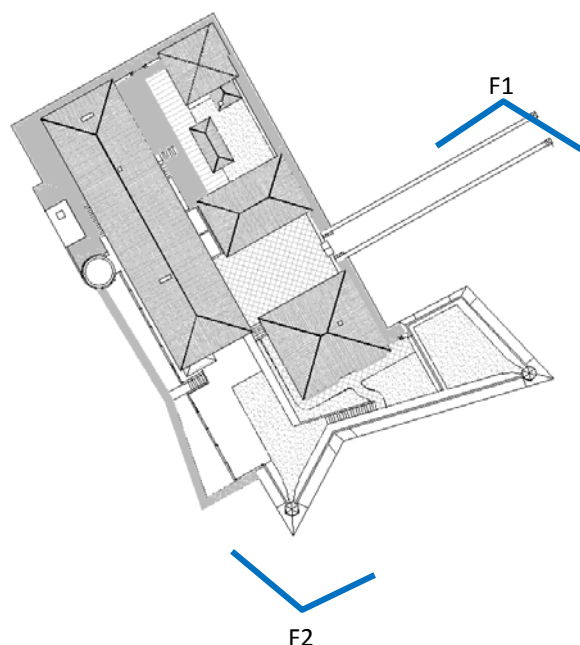
Estado de conservação
Agravamento leve.

Causa Aparente:
Assentamento diferencial.

Medidas Corretivas:
A muralha apresenta fissuras e fraturas na estrutura e muretes. Perante a situação, deve-se proceder à recolha das águas pluviais junto da sua base.
Depois desta operação, também serão removidos os elementos soltos e degradados, como pedras, ou argamassas empobrecidas.

Medidas de Prevenção/manutenção:
Analisar com periodicidade o espaço para evitar o entupimento das saídas de água.

Localização:



Fotografias:



F1



F2

Tipo de Patologia:

Presença em geral de líquenes e arbustos de pequeno porte, junto à base das muralhas, quer no exterior e interior.

Material em presença:

Os panos da muralha apresentam problemas relacionados com a presença de líquenes e outras espécies arbustivas de pequeno porte, que também se encontram por toda a superfície construída.

Estado de conservação

Aceitável.

Causa Aparente:

Falta de manutenção (limpeza).

Medidas Corretivas:

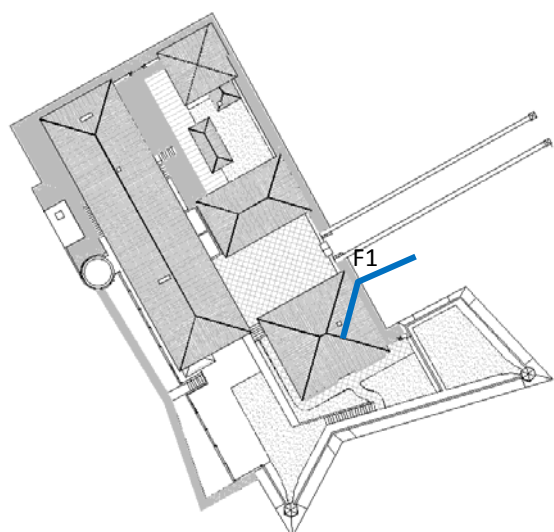
As muralhas apresentam diversos tipos de infestação como líquenes, plantas arbustivas, as suas raízes, acabam por fissuras e fraturas nas estruturas, como alterações químicas. Perante a situação, deve-se proceder à remoção dos infestantes pela sua raiz.

Depois desta operação seguem-se os trabalhos de limpeza, os quais devem ser efetuados com recurso a escovas de nylon, espátulas e colherins. No seguimento desta operação também serão removidos os elementos soltos e degradados, como pedras, ou argamassas empobrecidas.

Medidas de Prevenção/manutenção:

Analisar com periodicidade o espaço para evitar o surgimento de agentes biológicos.

Localização:



Fotografias:



F1

Tipo de Patologia:

Presença de pedras soltas, junto à base das muralhas, quer no exterior e interior.

Material em presença:

Muretes da muralha apresentam perda significativa de material (pedra e argamassa das juntas) provocada pela chuva. O impacto de partículas em suspensão no ar provoca a destruição da camada superior.

Estado de conservação

Aceitável.

Causa Aparente:

Falta de manutenção.

Medidas Corretivas:

O murete da muralha apresenta fissuras e pedras deslocadas. Perante a situação, devem ser removidos os elementos soltos e degradados, como pedras, ou argamassas empobrecidas.

Depois desta operação, deve-se proceder ao ajuste das pedras deslocadas e à colocação de nova argamassa nas juntas, com as propriedades da preexistente.

Medidas de Prevenção/manutenção:

Analisar com periodicidade o espaço para evitar o surgimento de agentes biológicos.

4. FUNDAMENTOS SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

4.1 O Estado da Arte sobre Conservação e Restauro

As ações de conservação e restauro efetuadas ao longo dos tempos sobre património coletivo móvel e imóvel tiveram metodologias de intervenção que foram sendo alteradas e adaptadas às circunstâncias, em função da história e do conhecimento disponível em cada momento. Nos dias de hoje, abrange não só a conservação física dos objetos, mas também a preservação dos seus valores tangíveis e intangíveis. Atualmente, trata-se de um fenómeno de massas, mais ou menos esclarecidas, que atuam sobre um património na maioria construído de que se apropriam enquanto bem cultural.

Para Françoise Choay (2006) o património histórico é como um fundo constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado, assim como as obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.

Dentro deste conceito, encontra-se o tema do património arquitetónico, que segundo a definição da Convenção de Granada (1985), inclui os monumentos, os conjuntos arquitetónicos, os sítios de interesse histórico, e ainda, o arqueológico, o artístico, o científico, o social e o técnico.

Atualmente, a noção de património refere-se não só ao histórico, como também, ao **património intangível**, como é o caso do conhecimento transmitido por via oral, da cultura, da gastronomia e incluindo a paisagem e o território. Este conceito foi alargado ao **património cultural** (Nunes, 2001), que engloba os bens materiais e imateriais.

O conceito de património foi sendo ampliado na sua abrangência, e outros valores se foram incorporando à noção da necessidade de preservação dos bens patrimoniais. É o caso do valor artístico dos monumentos, que constituem o património de diferentes culturas e diferentes épocas. No final do século XIX e início do XX, o valor artístico equiparou-se ao valor histórico e passou a ser determinante nas ações de restauro, como assinalou Alöis Riegl (1987).

O valor artístico dos bens patrimoniais passou a ter muita relevância na área da conservação e do restauro e tornou-se importante nas discussões das questões relativas às interferências no património cultural. Assim como, princípios como a “mínima intervenção, distinguibilidade e reversibilidade”, circunscritos no segundo axioma de Cesare Brandi (Brandi, 2004, p. 33), que se consolidaram no século XX e passaram a orientar grande parte das intervenções de restauro.

Até ao Séc. XVIII, a noção de restauro confundia-se frequentemente com a reutilização, observando-se poucas iniciativas para o proteger.

Estavam assim lançadas as bases para o Restauro Moderno (Aguiar, 2002, p. 36) e contra os vandalismos ideológico, antimonárquico, anticlerical e anti-feudalista.

Para promover uma intervenção mínima nas construções em ruína e conferir aos edifícios históricos uma funcionalidade, o Sexto Congresso Internacional dos Arquitetos realizado em Madrid divulgou, em 1904, alguns dos conceitos e ideias presentes no documento produzido pela Comissão Geral de Viena para o restauro de monumentos, em 1898. No segundo assunto abordado, foi focado o tema “*The Preservation and Restoration of Architectural Monuments*”, onde se dividiram os monumentos segundo duas categorias: por um lado os “monumentos mortos” que pertenceram a uma civilização antiga, mas que perderam o uso para que foram construídos e por outro, os “monumentos vivos” que continuam a desempenhar a função para a qual foram originalmente concebidos. Estas definições centraram-se na funcionalidade que os edifícios cumpriam e, neste sentido, os “monumentos mortos”, que possuíam importância pelo seu valor histórico e técnico, deveriam ser preservados e reforçados apenas no indispensável para não se transformarem numa ruína. Para os “monumentos vivos” defendia-se o restauro de forma a que estes pudessem continuar a ser utilizados, dado que a utilidade da arquitetura é uma das bases da sua beleza.

Desenvolvimento de Bases Contemporâneas de Conservação e Restauro

Verifica-se ao longo dos tempos que, tanto os excessos radicais de um “pseudo-modernismo”, que defende a “limpeza” geral da herança construída em nome do progresso, como as vontades alegóricas de recuperação ou imitação de um passado distante, convergem numa oscilação de atitudes marcadas, ora por excessos de otimismo, mais ou menos predador, ora de pessimismo não menos destruidor, em relação à coexistência pacífica de diferentes expressões contemporâneas com os bens patrimoniais do passado.

É na procura de respostas, face à constatação de problemas a nível teórico e metodológico - no confronto entre a necessidade de reutilização dos edifícios e a salvaguarda dos seus valores patrimoniais - que se considera pertinente, no âmbito deste trabalho, visitar teorias de conservação e debates, mais ou menos atuais, no interior da disciplina, apurando as suas implicações práticas numa intervenção no património.

Viollet Le Duc, arquiteto na França, que representou a teoria intervencionista (Choay, 2004, p.153), considerava que complementos eram necessários e estes eram realizados com estudos estilísticos. Remoções e acréscimo também eram executados, sempre tendo em conta a unidade estilística da obra. Porém o campo do restauro era carente de fundamentação teórica que lhe desse respaldo, assim, ele mesmo define restauração, no *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française Du XI au XVI Siècle*, publicado em 10 volumes entre 1854 e 1968.

“Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em nenhum momento” (Viollet-Le-Duc, 1866, p. 14).

J. John Ruskin (1810-1900) acreditava que a arquitectura era um conceito biológico e descrevia metamorficamente o monumento, como um edifício caracterizado por um nascimento, vida e inevitável morte (Maia, 2007, p.44). Defendia as operações básicas de manutenção, condenando as reinterpretações estilísticas que desproviavam o monumento da sua autenticidade enquanto obra de arte. Os “monumentos mortos” eram valorizados como ruína pela sua importância estética e simbólica “Take proper care of your monuments and you will not need to restore them” (Ruskin, 1880 citado por: Aguiar, 2002, p. 43).

Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia e de sua cultura pelos seus destroços que pela sua poesia e sua história (...) vale mais um material grosseiro mas que narre uma história, do que uma obra rica e sem significado. A maior glória de um edifício não depende da sua pedra ou de seu ouro, mas sim o fato de estar relacionada com a sensação profunda de expressão (...) e uma expressão não se reproduz. (Ruskin, 1987, p. 168-169)

O restauro arqueológico surge, no Séc. XIX, nos restauros do Fórum de Roma, do Arco de Tito e do Coliseu de Roma, por Giuseppe Valadier (1762-1839) (Aguiar, 2002, p. 39). Este tipo de intervenção procura recolocar as peças originais dos monumentos no seu lugar inicial e reconstruir os elementos em falta com materiais e formas diferentes das existentes mais simplificadas, como exemplo a recomposição ou anastilosis (Carta de Veneza, 1964, artigo 15), não conduzindo a uma falsificação histórica. Defende-se a distinção entre o novo e o antigo.

Camillo Boito (1836-1914), com o restauro filológico ou Restauro Moderno, reconheceu a importância das ideias de Viollet-le-Duc, nomeadamente na reutilização como uma medida de salvaguarda dos monumentos, mas não acreditou na reconstrução hipotética, baseada em referências estilísticas ausentes de provas físicas e documentais verosímeis. Boito teve como principal contribuição teórica, a tentativa de reconciliação das teorias de John Ruskin e Viollet-le-Duc. Boito, acreditando que os monumentos são considerados como documentos históricos e artísticos (Aguiar, 2002).

Luca Beltrami (1854-1933) seguiu as ideias de Camilo Boito, o restauro histórico e influenciaram mais tarde, a Carta del Restauro de 1931 através de Gustavo Giovannoni (1873-1947).

Beltrami considerava que o principal objectivo do restauro consistia em preservar o legado artístico do monumento e dos seus valores figurativos. Entendia ser dever do restaurador atuar reconstitutivamente, isto é, proceder à restituição dos elementos necessários à expressão da essencialidade artística de cada monumento, permitindo a leitura do seu contributo específico enquanto obra de arte. Defendia, também, que ações de restauro, sobretudo as que implicavam reintegrações ou reconstruções, deviam basear-se em provas objetivas, em vestígios físicos ou documentais. Daí resultou a classificação desta teoria como Restauro Histórico. (Aguiar, 2002, p. 45).

Giovannoni (1873-1947) criou uma nova abordagem no restauro, o restauro científico, onde era possível através duma intervenção mínima e manutenção regular dos monumentos, salvaguardar a autenticidade dos mesmos como testemunhos históricos e obras de arte, evitando ao mesmo tempo, o Restauro Estilístico. Acreditava na duplicidade de existência de “monumentos vivos” e “monumentos mortos”. Os primeiros abrangiam os que estavam na origem das culturas ocidental e cristã e mantinham o seu uso original podendo ser desta forma reutilizados com programas adequados ou com fins próximos dos originais, de modo a que a sua adaptação funcional sofresse o mínimo de modificações. Para isso, propunham ações como a consolidação, a recomposição, o completamento, a remoção e a inovação, sendo as duas últimas aplicadas apenas no caso de não ser possível executar as anteriores e caso a sua realização não interferisse com a leitura histórico-artística do monumento. Os segundos designavam os edifícios testemunhos duma cultura inexistente e que estavam desprovidos de uso como por exemplo, as ruínas e os vestígios de antigas fortificações (ICOMOS, Carta de Atenas, 1933).

Alois Riegl (1858-1905) com o seu ensaio “*O culto moderno dos monumentos*”, em 1902, questiona a tutela e conservação dos monumentos históricos.

Riegl pensa em termos de monumento histórico, noção que prevaleceu durante todo o século XIX até aos anos sessenta do século XX e não em termos de património: este último conceito, forjado para designar bens pertencentes à nação e suscetíveis de um novo tipo de conservação, perde a sua pertinência e cai em desuso assim que a Revolução Francesa termina (Choay 2006).

Para distinguir monumento histórico do conceito de monumento, o autor defende duas categorias de valores: os valores memoriais e os valores contemporâneos. Nos valores memoriais ou *Erinnerungserte* fazem parte os valores de memória ou de lembrança, o de história, de história de arte e de antiguidade. Nos valores contemporâneos ou *Gegenwartserte* fazem parte os valores de uso, os artísticos relativos e os artísticos novos (Choay 2006).

Cesare Brandi (1906-1988), na sua obra *Teoria del Restauro* de 1963, contestou a renovação, defendendo o restauro crítico (Aguiar, 2002), em que a qualidade do restauro depende diretamente do juízo crítico do valor artístico do objeto sobre o qual incide. O autor considera a funcionalidade do património histórico, que inclui o património arquitetónico ou móvel, como um aspeto secundário face

a outros que o classificam como obra de arte e sugere ainda, que o restauro encontra-se intimamente relacionado com a avaliação crítica dos valores artísticos do objeto em causa:

(...) quando se tratar de obra de arte, mesmo que entre as obras de arte haja algumas que tenham estruturalmente um objecto funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos das chamadas artes decorativas, torna-se claro que o restabelecimento da funcionalidade, embora entre na intervenção de restauro, não representará, definitivamente, senão um lado, ou secundário ou concomitante, e nunca o primário e fundamental que diz respeito à obra de arte enquanto obra de arte (...) Como produto da atividade humana, a obra de arte coloca, de facto, uma dupla instância: a instância estética que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado num certo tempo e lugar e que num certo tempo e lugar se encontra. (Cesare Brandi, 1963: 1-3)

A teoria de Brandi defendia o restauro como o reconhecimento da obra de arte segundo um processo científico, sendo fundamental o conhecimento dos elementos que caracterizam a obra como de arte. Estes princípios estiveram na base da Carta de Veneza (1964) e mais tarde, na Carta do Restauro (1972).

O restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão ao futuro (...) deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que seja possível sem cometer um falso artístico histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo. (Carta do Restauro, 1972)

Umberto Baldini (1921-2006), discípulo de Brandi, fala em restauro conclusivo ou **restauro pictórico** (Umberto, 1988), acreditando na necessidade da diferenciação para não se criar uma igualdade falsa:

Imitare questa acquisita realtà secolare-storica (che è il tempo-vita dell'oggetto) perché elemento di equilibrio e di positivo inserimento nell'opera, imitare questa realtà che è natura d'esistenza dell'opera e pertanto ineguagliabile e irripetibili equivale a immettere nell'opera un autentico falso temporale. (Baldini, 1988, p.12 e 13)

Segundo Lewis Mumford (1895-1990), um dos principais atributos de um ambiente urbano reside na sua capacidade de renovação, encarando a noção moderna de monumento como uma contradição por se afastar de renovação e se desenquadrar das necessidades contemporâneas vitais. Considera que as cidades não devem aspirar a ser monumentos, mas a “organismos auto-regeneráveis”, constituindo na capacidade de rejuvenescimento o seu conceito de obra de arte. Admitindo a durabilidade de uma estrutura no futuro, salienta que a questão primordial reside na capacidade de resposta ao programa

que lhe é implícito como legado de vida para com as gerações futuras e não no culto metafísico da imortalidade (Mumford, 1940).

Aldo Rossi (1931-1997) revela um estudo útil da cidade relacionando-a com as teorias de conservação. Uma análise morfológica que se fundamenta na geografia e na história e na arquitetura. Faz distinção entre dois elementos da cidade: a área habitacional e urbana que forma a história e a ideia de cidade e os monumentos como pontos fixos desta dinâmica em torno dos quais se agregam os restantes edifícios. A cidade antiga é encarada como uma obra de arte em que os elementos primários e perenes (os monumentos) assumem um papel fundamental. A estes elementos primários de grande valor para a forma urbana não é atribuída a capacidade de transformação. A conservação de conjuntos de “áreas patológicas” opõe-se ao processo dinâmico de transformação da cidade e por isso o fenómeno de transformação está ligado à decadência de certas zonas (normalmente residenciais) em detrimento de outras.

Como referido por Solá-Morales (1939), grande parte do debate teórico desenvolvido nas últimas décadas centra-se na questão da autenticidade, discussão que se volta ora para a forma, ora para a matéria, ora para a história (Violet-le-duc, Ruskin e Giovannonni). Atualmente reivindica-se a necessidade de uma atitude de interpretação projetual específica. Trata-se de responder, perante o monumento, com uma proposta sensível e realista, incorporando todas as experiências e teorias desenvolvidos ao longo do tempo.

As intervenções revestem-se hoje de grande complexidade. A cultura arquitetónica atual favorece a diversidade da forma, aceitando-se que essa tendência seja uma expressão do nosso tempo. A prática da intervenção no património construído caracteriza-se por uma grande diversidade, quer ao nível dos objetivos, quer ao nível dos seus procedimentos. A morfologia do edifício pode assumir diferentes formas consoante a opção de atuação que reforça a necessidade de conservar o valor histórico sem, no entanto, esquecer o valor arquitetónico e artístico, dentro de um verdadeiro diálogo entre passado e presente, entre a memória como valor a preservar e projeto como resposta contemporânea à renovação (Morales, 1997).

Bernard Feilden (1919-2008) considerado uma das maiores autoridades Mundiais sobre a conservação de edifícios, pública o livro ‘Conservation of Historic Buildings’ (1982) que é uma referência importante para a conservação arquitetónica sendo o resultado da sua vasta experiência. Feilden (2004) define os princípios fundamentais da conservação e descreve soluções práticas para a resolução de problemas em quase todas as regiões climáticas do mundo. Feilden tinha por filosofia o respeito inabalável pela estética e pela integridade física e histórica dos bens culturais e a arquitetura como arte social. Ele lembrava que é preciso considerar que os valores espirituais, sociais e políticas são muitas vezes competitivos e encontram-se incorporados nos edifícios – tal como autenticidade arqueológica ou arquitetónica. Os princípios da conservação, deveriam responder à harmonia arquitetónica e à unidade

do bem patrimonial. Preocupava-se muito particularmente com o perigo dos políticos usarem sítios culturais, para fins de propaganda, o que trazia o risco de se tornarem alvos de lutas étnicas ou religiosas.

Feilden contribuiu para a conservação de edifícios contemporâneos, ao desenvolver também a intervenção na conservação de edifícios do Movimento Moderno.

A autenticidade e as suas questões foram igualmente atualizadas e desta visão restritiva e muito ocidental, passamos a ter em conta outras realidades que foram corrigidas no Documento de Nara um objeto de culto.

No âmbito deste tema, os diferentes contributos devem ser avaliados nas circunstâncias em que foram criados e assimilados positivamente, na constatação de que as novas propostas/teorias de intervenção não anulam por completo as conceções anteriormente alcançadas, acabando inclusive por completá-las.

É pois importante que o conhecimento crítico e evolutivo do fenómeno do restauro esteja presente nas intervenções dos nossos dias, a par da cultura e do indispensável bom senso. É indispensável também, a consciência crítica, tanto da necessidade de mudar como das consequências dos nossos atos.

4.2 O Valor do património

Segundo Riegl, o valor histórico está diretamente relacionado com a própria noção de história do autor, que chama histórico:

(...) tudo aquilo que foi, e não é mais hoje em dia. No momento atual, nós acrescentamos ainda a esse termo a ideia de que aquilo que foi não poderá jamais se reproduzir, e que tudo aquilo que foi constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento...(Riegl, 1984, p.37)

Para ele não existe um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo, desde que, no início do século XX, a crença na inexistência de um cânone artístico ou de um ideal artístico objetivo e absoluto paulatinamente se impôs à antiga tese de que havia um tal cânone. Em consequência, não se pode falar, em monumentos artísticos, mas apenas históricos, pois seu valor não é um valor para a arte, e sim para a história da arte.

O valor que é atribuído ao monumento, e daí a forma específica que este culto irá assumir, está diretamente relacionado com outro conceito chave do pensamento de Riegl, a vontade artística de cada época. Se até o século XVIII as preceitas dominaram o fazer artístico, os monumentos tinham, necessariamente, que responder a esse cânone para serem admitidos como tal. A partir do século XIX, porém, quando se passa a negar a validade dessas preceitas, abre-se caminho para a valorização

positiva de toda e qualquer manifestação artística e, dessa forma, amplia-se sobremaneira o alcance do culto patrimonial, resultando, bem assim, em formas distintas de intervenção e tutela desses monumentos.

Ainda a respeito da visão historiográfica de Alois Riegl, cabe destacar a importância do empirismo nas suas pesquisas.

Outro tema que Riegl trata especificamente são os valores de rememoração, que se dividem em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional, sendo que:

A classe dos monumentos intencionais diz respeito às obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado. Na classe dos monumentos históricos, o círculo se alarga àqueles que apresentam ainda um momento particular, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas. Na classe dos monumentos antigos entram enfim todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou de sua destinação original [...] As três classes aparecem assim como três estados sucessivos de um processo de generalização crescente do conceito de monumento. (Riegl, 1984, p.47)

O valor de antiguidade para Riegl revela-se imediatamente, ao primeiro contato, com uma obra na qual fica claro o seu aspecto não moderno.

O valor de anciandade do monumento histórico não é para ele uma promessa, mas uma realidade. A imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas, a sedução fácil que ela exerce sobre estas deixam entrever que ele será o valor preponderante do monumento histórico no século XX. (Choay, 2001, p.169)

Na sua descrição, o valor de antiguidade, à primeira vista, se assemelha àquela sensibilidade dos românticos, entretanto, ainda que aparentemente próximos, Riegl diferencia claramente o gosto moderno pelo monumento antigo do apreço barroco pelas ruínas. Segundo ele, não há nada mais estranho à sensibilidade moderna que o gosto romântico, para o qual,

A ruína deveria simplesmente levar à consciência do espetador o contraste, essencialmente barroco, entre a grandeza do passado e a decadência presente. Ela exprime o pesar dessa queda, e a nostalgia correlativa de uma antiguidade que desejariam ver conservada: trata-se, por assim dizer, de um deleite volutuoso na dor, que, mesmo atenuado por uma certa inocência pastoral, faz o valor estético do pathos barroco. (Riegl, 1984, p.62)

Ao contrário, a apreciação moderna vê nas ruínas a manifestação do ciclo natural a que se submete inelutavelmente toda obra humana, aqui entendida como um organismo natural, o qual deve se desenvolver livremente, protegido apenas de um fim prematuro.

Os valores novos e antigos conviviam, até que os primeiros se impusessem definitivamente sobre os últimos.

O valor de rememoração, que se constitui num dos fatores dominantes da cultura atual, ainda não está de modo nenhum chegado, sob a forma absoluta de valor de antiguidade, a uma maturidade que nos permita passar totalmente da sua forma histórica.

Para Riegl (1984), o prazer estético proveniente da contemplação de um monumento não se esgota na constatação de sua vetustez, do seu aspeto antigo, mas completa-se com o conhecimento, ainda que superficial, do estilo empregado, da época em que foi construído, o que implica um conhecimento de história da arte e, portanto, o prazer proveniente desse conhecimento não é um prazer imediato, ao contrário, é reflexivo e científico, extrapola o valor de antiguidade e caracteriza o valor histórico.

O valor histórico vem do reconhecimento de que um determinado monumento representa um estado particular e único. O monumento passa a ser identificado como documento histórico e, por essa razão, deve ser mantido o mais fiel possível ao estado original. Tendo implicação direta no método de conservação adotado, que deve, por oposição ao postulado pelo valor de antiguidade, buscar a paralisação do processo de degradação sofrido pela obra, ainda que admita as transformações já impostas pelo tempo como parte da história do próprio monumento.

O último dos valores de rememoração, o valor de rememoração intencional é, para Riegl, o que mais se aproxima dos valores de contemporaneidade, na medida em que se remete à busca de um eterno presente. A diferença que se coloca entre valor de rememoração, seja de antiguidade ou intencional, e os valores de contemporaneidade, reside em considerar o monumento enquanto tal, o valor de contemporaneidade tenderá de imediato a fazer tê-lo como igual a uma criação moderna recente, e exigir portanto que o monumento (antigo) apresente um aspeto que dê a impressão de uma perfeita integridade.

Os valores de contemporaneidade, apresentados por Riegl (1984), no terceiro capítulo, dividem-se em dois tipos: valor de uso prático, ou apenas valor de uso e valor de arte, sendo que este divide-se em valor de arte relativo e valor de novidade. No caso do valor de uso, o monumento deve atender às necessidades materiais do homem, enquanto o valor de arte atende às necessidades do espírito, segundo caracterização dada pelo autor.

Ao lado do transcendente “*valor artístico*”, Riegl coloca, com efeito, um valor terreno “*de uso*”, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Consubstancial ao monumento sem qualificação, segundo Riegl, esse uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. (Choay, 2001, p.169)

O valor de arte relativo refere-se à capacidade que o monumento antigo mantém de sensibilizar o homem moderno, ou seja, ainda que tenham sido criados por uma cultura radicalmente diferente da nossa, alguma característica de concepção, forma ou cor específica do monumento, a despeito de sua aparência não moderna, torna-o capaz de satisfazer a arte e querer moderna. De outro modo, principalmente entre as camadas menos culta da população, quando se espera do monumento a aparência nova e fresca de uma obra recém-criada, o valor de arte predominante é o valor de novidade.

O caráter acabado do novo, que se exprime da maneira mais simples por uma forma que ainda conserva sua integridade e sua policromia intata, pode ser apreciada por todo indivíduo, mesmo completamente desprovido de cultura. É por isso que o valor de novidade sempre será o valor artístico do público pouco cultivado. (Riegl, 1984, p.96)

Os diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos, decorrentes das distintas formas de percepção e recepção dos monumentos históricos em cada momento e contexto específicos, os diferentes meios para sua preservação. E, ao indicar essas múltiplas possibilidades, impôr ao sujeito da preservação a necessidade de fazer escolhas, as quais devem ser, necessariamente baseadas num juízo crítico.

4.3 Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais.

Desde os anos 30 do século XX que, primeiro na Europa, e depois por todo mundo, tem-se assistido a esforços no sentido de criar um conjunto de princípios coerentes entre si que sirvam de base para orientar intervenções de restauro no património arquitetónico. É algo que, dada a homogeneidade pretendida, conduz a uma permanente atualização de conceitos e critérios operativos.

Desde a formação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que muito temas relacionados com a intervenção no património têm sido abordados em busca de um ideal consenso mundial. De entre dezenas de documentos oficializadas pelo organismo destacam-se algumas recomendações.

Todos os documentos até à data publicados são importantes, pretende-se uma análise sintética, mas dada a importância incontornável de nove destes documentos, estes serão analisados de modo a permitir o confronto e a fundamentação de ideias essenciais desencadeadas pela problemática.

Em 1931, de 17 de Outubro a 21 de Novembro, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos foi elaborada na capital Grega, a Carta de Atenas tendo como tema a longevidade dos monumentos históricos, constituindo-se como primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao património e a incidir sobre a problemática do restauro de monumentos. Caracteriza-se pela vontade transformadora de mentalidades que procura sobrepor a união humana a interesses individuais. Exprime acima de tudo o desejo de valorizar e recuperar os inúmeros monumentos degradados, sendo discutidas e acordadas medidas legislativas e administrativas, técnicas de conservação, o papel da educação no respeito pela herança construída e a utilidade da documentação enquanto cooperação entre os estados envolvidos.

A Carta de Veneza foi aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, na cidade italiana em Maio de 25 a 31 de 1964. De forma algo redutora pode considerar este documento uma atualização da Carta de Atenas. Começando por alargar a definição de monumento ao meio envolvente, desde que nele estejam contidas manifestações de um acontecimento histórico ou de uma civilização particular, este documento refere também que, na conservação e restauro de monumentos, devem ser usadas todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e proteção do património. Adianta ainda que a essência do monumento não deve ser alterada pelas intervenções, pelo que este não deve ser retirado do seu “ambiente” nem tão pouco despojado de alguma das suas partes. A intervenção deve ser feita respeitando os materiais originais e a documentação existente, bem como precedida e acompanhada por um estudo histórico-arquitetónico do monumento. Sublinha a importância das diferentes contribuições de cada época, sendo que os acrescentos que se considerem necessários devem integrar-se no carácter do monumento ao mesmo tempo que possibilitem a sua distinção e evitar o “falso histórico”.

Em suma esta é uma Carta que manifesta preocupação não apenas com o objeto arquitetónico mas também com o seu meio envolvente, encarado como parte integrante do monumento, sublinha a necessidade de legitimar a intervenção através da documentação de todo o processo e do estudo do monumento que facilite e informe eventuais intervenções futuras.

A Carta de Burra, adotada pelo ICOMOS da Austrália (The Australian National Committee of ICOMOS) em 19 de Abril de 1979, em Burra incide, entre outros, sobre o significado dos seguintes termos: conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e uso compatível. Inclui as dimensões social e cultural na conservação do património e avança mais, relativamente à de Veneza, em termos técnicos, abordando definições e orientações mais precisas sobre o assunto.

A redação do Documento de Nara teve lugar no Japão em Novembro de 1 a 6 de 1994, reunindo 45 participantes, a convite da Direção de Assuntos Culturais do Governo Japonês e do Município de Nara. Juntou organismos como o ICOMOS, o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO), com o objetivo de questionar o pensamento convencional referente à conservação do património e de debater medidas e meios de alargar horizontes, visando assegurar maior respeito pela diversidade cultural. Pretende acima de tudo estabelecer um conceito de autenticidade que salvguarde os valores sociais e culturais de todos os países. É um documento que segue o espírito da Carta de Veneza, pretendendo alargar conteúdos em função dos interesses que se afiguram mais importantes e atuais.

Cada vez mais sujeitos a efeitos da globalização e a nacionalismos excessivos que tendem a eliminar culturas minoritárias, impõe-se o respeito por todas as facetas da memória coletiva da Humanidade. As características originais, a história e o significado cultural são requisitos-base para avaliar a autenticidade de uma obra, uma avaliação que se prende a várias fontes e que, segundo a Carta de Veneza, tem um papel fundamental não só nas intervenções como nos estudos sobre o património e na inscrição de bens na Lista do Património Mundial ou noutros inventários, devendo cada um dos bens ser avaliado segundo critérios adaptados ao contexto em que se insere.

Na 12ª Assembleia-Geral do ICOMOS foi aprovada a Carta Internacional do Turismo Cultural, em Outubro de 1999. É uma Carta que assenta no princípio de que o património pertence à Humanidade e que, conseqüentemente, todos têm direitos e deveres quanto à sua proteção e compreensão. Reflete sobre a necessidade de respeitar e transmitir valores que constituem a identidade de cada povo. Aponta o património como base para o desenvolvimento de uma sociedade e atribui um papel fundamental à gestão equilibrada da sua acessibilidade emocional e intelectual. Induz igualmente o respeito pelos interesses e direitos da comunidade de acolhimento, assim como o seu reconhecimento enquanto agente de perpetuação de valores.

Este documento assume o fenómeno complexo e em pleno desenvolvimento do turismo cultural como uma mais-valia para o património, representando um privilegiado meio de intercâmbio e difusão cultural.

Alerta por outro lado para os efeitos negativos de um turismo cultural mal gerido, cujos fluxos massivos podem ameaçar a integridade ou acelerar a degradação dos monumentos e apela para o equilíbrio entre os diferentes princípios que regem uma atividade económica e os subjacentes à proteção do património, sugerindo que devem ser trabalhados em equipa, entre os vários agentes da sociedade, desde a comunidade de acolhimento, passando pelos conservadores de museus, operadores turísticos, gestores de sítios, proprietários privados até aos responsáveis pela elaboração de programas de desenvolvimento cultural.

A Carta de Cracóvia foi elaborada na cidade polaca em 26 de Outubro de 2000, vem sublinhar a diversidade de identidades que constituem a Europa atual e em crescente ampliação, alertando para que a divergência de valores culturais pode gerar conflitos de interesse, solicitando maior atenção por parte de todos os responsáveis pela salvaguarda do património, face aos problemas e decisões a serem tomados no prosseguimento dos objetivos. Adverte para que a aproximação de diferentes identidades

tem de assentar no respeito e na coexistência das respetivas características singulares. Responsabiliza cada comunidade pela gestão dos bens culturais que constituem a sua identidade, devendo a atividade nas esferas material e emocional refletir a atualização de conceitos e objetivos. Aponta a necessidade do projeto de conservação espelhar a evolução de valores sociais e científicos e ser baseado num processo de decisão consciente. Como objetivos e métodos estão implícitas decisões e escolhas que equacionem uma perspetiva de fruição futura, acompanhando o crescente alargamento do conceito de património e desdobrando-se em diferentes tipos de intervenção que diferem com o tipo de património em causa. Procede à caracterização, na essência, do que deve contemplar a intervenção em cada especificidade do património.

A integridade e autenticidade dos monumentos são objetivos na conservação, solicitando um projeto apropriado às suas diferentes expressões e um programa funcional adequado a seu significado cultural. O projeto de restauro deve compreender um modo de atuar específico sobre os elementos artísticos e decorativos da arquitetura, pressupondo a formação especializada e complementar entre os elementos que constituem a equipa de intervenção.

Para todos os tipos de património e respetivas intervenções, defende a ligação das técnicas de conservação à investigação pluridisciplinar sobre tecnologias e materiais usados na construção (modernos ou tradicionais). No fundo, a Carta de Cracóvia reflete toda a complexidade a que se assistiu na teoria e na prática do restauro, tenta essencialmente minimizar e atualizar práticas obsoletas, digerindo mais de meio século de Normas, Cartas e Convenções Internacionais produzidas no âmbito deste Tema.

A Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural, adotada em Xi'na (China), em 21 de Outubro de 2005, chama a atenção para a conservação da envolvente como sendo constituído pelos elementos físicos, visuais e naturais, bem como pelas práticas sociais ou espirituais, os costumes, as profissões, as técnicas tradicionais e outras formas de expressão imateriais, na proteção e na valorização dos monumentos e sítios do património mundial.

Declaração de Quebec sobre a preservação do "Spirit Loci".

Por fim a Declaração de Quebec sobre a preservação do "Spirit Loci", assumida em Quebec (Canada), em 4 de Outubro de 2008, refere na sessão "Repensando o Espírito do Lugar", que "considerando que o espírito do lugar é complexo e multiforme", exige-se "a perícia de equipas de pesquisa multidisciplinar e especialistas com tradição para melhor compreender, preservar e transmitir este espírito do lugar" (Declaração de Quebec, 2008, ponto 2).

Chama a atenção para a conservação da envolvente constituída pelos elementos físicos, visuais e naturais nos quais todos eles devem estar unidos numa estrita relação. O espírito do lugar incorpora dessa forma, um carácter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades. Da análise das Cartas mencionadas constata-se que não existe uma regra exclusiva para todo e qualquer que seja o tipo de intervenção. Deve-se avaliar o mais adequado a cada caso visando não descaracterizar a identidade do sítio. Percebe-se que as questões relativas à preservação do património transformam-se segundo uma sequência que se desloca do monumento para a envolvente; da envolvente para o sítio histórico e deste para o território. Apela-se ainda à manutenção dos monumentos e à sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que para esse meio seja admissível qualquer alteração substancial do elemento original.

4.4 Graus de Intervenção

Pretende-se encontrar respostas devidamente fundamentadas para o projeto, por meio de uma abordagem aos princípios, referidos anteriormente, a dissertação incide sobre os distintos graus de intervenção.

Os conceitos a adotar para a tipologia de intervenção têm na sua base os apresentados pelo *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS).

Os distintos graus de intervenção são importantes para se proceder a uma intervenção no Forte de S. João Baptista, enquanto bem patrimonial.

O objetivo principal é que o monumento seja alvo de uma intervenção que envolverá um conjunto de operações adequadas, evitando ações mais intrusivas.

Conservação é o conjunto de ações de uma comunidade dirigido no sentido de tornar perdurável o património e os seus monumentos, realizadas com o conhecimento da história e do significado desse património, com respeito pela identidade social e valores a ela associados. Essas ações incluem não só a sua proteção e manutenção mas também e, quando necessário, o seu restauro e valorização (segundo as Cartas de Veneza, de Nara e de Cracóvia). É portanto uma noção abrangente que envolve também o património que vale apenas como conjunto, ou o que não é classificado e serve de enquadramento a monumentos. As palavras conservação ou restauro foram adjetivadas em função de princípios e critérios teóricos distintos (de “integrada” ou de “científica”) como se verá no ponto seguinte.

Conforme Correia (2009) a preservação de materiais do património é importante para manter a integridade e autenticidade da estrutura.

Manutenção é um conjunto de cuidados contínuos para a proteção do monumento e da envolvente de um sítio. Segundo Correia, “deve ser realizada regularmente” (Correia, 2009, p.100) e planeada para se evitar que mais tarde se tenha de proceder a reparos mais danosos e, conseqüentemente, a gastos adicionais, sendo que deve ser planeada de modo a evitar a reparação, a qual envolve restauro ou reconstrução. “Implica a manutenção do espaço envolvente devidamente proporcionado. Sempre que o

espaço envolvente tradicional subsista, deve ser conservado, não devendo ser permitidas quaisquer novas construções, demolições ou modificações que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas” (Carta de Veneza, 1964, artigo 6).

Restauro é uma intervenção efetuada sobre um bem patrimonial de elevado valor, geralmente classificado como tal, cujo objetivo é a conservação da sua autenticidade, nomeadamente pela preservação dos seus valores estéticos e históricos, baseada em documentação fidedigna e em técnicas (de restauro) muito evoluídas, compatíveis e consagradas (Carta de Washington 1987; Carta de Cracóvia 2000).

O conceito de recuperação é mais alargado, para um conjunto ou uma situação em concreto. Requer adicionar, remendar, restabelecer o princípio e identidade do edifício ou conjunto patrimonial. Recuperar um edifício é retomar o que ele foi, implicando outras noções e intervenções como reabilitar ou, inclusivamente restaurar (Correia, 2009).

Reconstrução significa a reversão de um sítio a um estado anterior conhecido e distingue-se do restauro pela introdução de material novo na fábrica. Corresponde à reprodução de um monumento destruído, efetuado no mesmo lugar, na forma original, e com material novo, mas tentando que seja igual ao antigo. Inclui-se, também, nesta classificação aqueles edifícios parcialmente destruídos, nos quais se empregam principalmente materiais novos para os completar. A reconstrução só é apropriada quando um sítio estiver incompleto em consequência de danos ou de alterações e apenas quando existir evidência suficiente de um anterior estado da fábrica. Em casos raros, a reconstrução pode ser apropriada como parte de um uso ou de uma prática que retenha o significado cultural de um sítio. A reconstrução deve ser identificável por observação próxima (Correia, 2009).

Requalificação significa intervir, retomar ou repensar algo que já fora, que já teve, tenha marcado ou definido um espaço. O conceito de Requalificação abrange ações de reimplantação de antigas funções. Esta menos ligado à ideia de perda anterior de vitalidade e traz a ideia de melhoria da qualidade dos espaços públicos e privados, podendo ser melhor aplicado em situações onde se trata de alteração das características físicas e da composição social e económica de áreas ainda ocupadas (Correia, 2009).

Reabilitação diz respeito a obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência.

Para Correia “uma das melhores maneiras de preservar um edifício é dar-lhe um uso” (2009, p.9). Para evitar a degradação derivada da falta de uso, é necessária a reabilitação para outra função considerando os espaços originais e estrutura. Reabilitar um monumento significa devolver-lhe "vida", uso e demais vivências quotidianas que, por qualquer motivo, deixaram de ocorrer na dinâmica do edificado.

4.5 Princípios de intervenção

O Forte de S. João Baptista encontra-se num processo de degradação continuado, daí a necessidade de equacionar uma intervenção no sentido de o preservar. Esta é uma situação que se torna urgente, uma vez que se assiste à progressiva deterioração do elemento edificado e paisagístico. Estas fragilidades já vêm dando sinais há alguns anos.

A intervenção visa a sua preservação. Esta envolve uma série de operações que, de acordo com o caso, vão desde a conservação até à execução do projeto de reabilitação, no que diz respeito ao seu programa, acessibilidade e papel na estrutura urbana do contexto onde se insere. Neste quadro, é necessária a abordagem e análise aos princípios de conservação propondo, a partir deles, definir as estratégias de projeto relativas ao Forte, nomeadamente:

A autenticidade é um conceito bastante salientado em algumas das principais recomendações internacionais sobre a preservação do património, apesar da pluralidade de vertentes teóricas.

As características originais, a história e o significado cultural são requisitos base para avaliar a autenticidade de uma obra, deve haver autenticidade no material, na forma, mas igualmente na intervenção de conservação. A ação de manutenção permite manter o bem arquitetónico, através dos anos.

Neutralidade é uma continuação do princípio da autenticidade, o que implica que num edifício o caráter existente anteriormente à intervenção deverá ser garantido pela ação da conservação. Este princípio importa em particular em ações de reabilitação, pois apesar da função original poder ser alterada, a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais é fundamental de modo a que este seja preservado o mais possível.

O princípio de universalidade está aplicado desde a Convenção de Paris de 1972, no qual ficou estabelecido que o bem cultural de extraordinário significado se classifica como património mundial, pertencendo à humanidade, adquirindo assim um valor universal, a defesa do património é da responsabilidade de todos nós.

Integralidade refere-se ao estado de um objeto, como sendo um todo material, inteiro e indivisível (art.8 carta de Veneza). Como afirma Jokilehto (2004), o conceito de integridade poderá justificar a reintegração de partes, o restauro estilístico ou a reconstrução, contudo deverá ser encarado mais na perspetiva de leitura de um todo, que possibilite uma melhor gestão, planeamento do objeto, que dê significado às distintas partes e sejam integradas no contexto geral.

Correia (2009) refere também que em geral, o princípio de integridade está relacionado com a noção de estrutura ou local, como um todo, e todo indivisível.

Para Cóias (2006) as intervenções de conservação do património histórico - arquitetónico são sempre perturbadoras do equilíbrio em que ele se encontra, representando um risco para a sua integridade e autenticidade. Devem, por esse motivo, cingir-se à mínima necessária para atingir, com eficácia, os objetivos preconizados.

Reversibilidade é a distinção entre a estrutura original e a intervenção de conservação. Para Correia, “a Reversibilidade é um dos princípios mais pertinentes hoje em dia” (Correia, 2009, p.84). A autora refere que “o uso de procedimentos para assegurar a distinção entre a estrutura original e da intervenção de conservação (...) facilita a reversibilidade (...)” (Correia, 2009, p. 84). A compatibilidade das técnicas e materiais utilizados devem minimizar a alteração das características de rigidez da estrutura e do funcionamento estrutural original (compatibilidade mecânico-estrutural) e também evitar o aparecimento de novas patologias, para apresentarem diferentes comportamentos físicos e/ou químicos, relativamente aos materiais existentes (compatibilidade físico-química).

Para Aguiar (1999) “uma das regras mais básicas da conservação patrimonial é optar pela intervenção mínima em vez da máxima” (p. 1). O princípio de intervenção mínima, reforçado pela Carta de Burra facilita, segundo Correia (2009), “a reversibilidade da intervenção, assim como a preservação da sua autenticidade” (p. 84).

Tanto a intervenção mínima como o princípio da reversibilidade são importantes a ter em consideração (...) a ideia é que ao se restringirem à mínima os tratamentos de conservação, ficam limitados os riscos de alteração do objeto, assim como é garantida a sua integridade histórica. (Correia, 2009, p. 84)

A intervenção mínima é capaz de preservar o valor histórico e documental da obra, mas não pode ser considerada como um princípio orientador completo para a conservação.

A conservação como solução ajustada para cada contexto individual, guiada pelos princípios estabelecidos, garantindo a integridade física, histórica, estética e simbólica dos objetos.

Este princípio de intervenção facilita a reversibilidade da intervenção assim como a preservação da sua autenticidade. É um dos princípios mais importantes a ter em conta na conservação, pois deverão possibilitar uma maior preservação da envolvente natural do bem cultural.

O conceito de unidade alicerça-se na unidade do elemento, como singular e único, a unicidade é parte do global, do todo, podendo explicar o todo a partir de si. Para Brandi (2004) o caráter da unidade desenvolve-se mais na ação de leitura do objeto por inteiro, do que uma leitura de partes. O objeto deverá ser abarcado como um todo na sua unidade a um nível do conceito original como foi construído no entanto isto poderá ficar comprometido quando a coesão do material é afetada e a aparência estrutural é alterada.

A conservação do Forte deve ter como objetivo proporcionar uma solução adequada em resposta às necessidades do objeto. Deve haver um relacionamento entre os diferentes objetivos da conservação (preservação dos valores físicos, históricos, documental, estéticos e simbólicos) atendendo ao caráter, função e utilização desse objeto.

5. ANÁLISE AOS CASOS EDIFICATÓRIOS DE REFERÊNCIA

5.1 Justificação e critérios de seleção

A abordagem aos casos de edificatários de referência na presente dissertação tem por base o interesse nas intervenções implementadas, perante os quais se levantam algumas questões relacionadas com a contextualização, principalmente as relacionadas com a componente arquitetónica, como consequência da interpretação do lugar perante as preexistências.

A escolha dos três exemplos teve por base a diversidade das condicionantes das intervenções, nos três foram adicionados novos volumes e alterado o uso, apesar destas alterações, mantém-se o respeito pela preexistência e o equilíbrio do conjunto envolvente:

- Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães, deve-se ao fato de ser um exemplo de restauro.
- A Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência.
- Farol dos Capelinhos, Açores, e um exemplo que, à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância da preexistência para a paisagem envolvente.

Procedeu-se à recolha bibliográfica acerca de cada obra, assim como de elementos explicativos de cada caso como: plantas, cortes, alçados e fotografias, permitindo um adequado conhecimento. Da análise individual de cada obra, resultam Fichas Técnicas, onde se realiza a interpretação de cada uma. No final é elaborada uma análise comparativa, obtendo-se resultados/sínteses, nos quais serão obtidos indicadores e princípios orientadores para a reabilitação do Forte de São João Baptista, concretizando-se em projeto de reabilitação, preservando a preexistência, removendo acrescentos estranhos ao projeto original, e possivelmente o desenho de um novo volume enterrado.

Por fim, faz-se uma análise comparativa destes exemplos de intervenção, que conduzem às conclusões deste trabalho. Contudo, não foi intenção escolher qual a melhor ou a mais adequada das intervenções. O objetivo último deste trabalho foi o de compreender as razões da diversidade destas intervenções, assim como os fatores que as unem. Os casos de estudo aqui apontados ilustram bem a complexidade da tarefa de intervir em património, ou envolventes, aos requisitos espaciais e funcionais dos dias de hoje, mantendo ou elevando o seu valor patrimonial.

5.1 Fichas Técnicas

Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães

FICHA 1

Localização:

A reabilitação e ampliação da Pousada de Santa Marinha da Costa, projeto do arquiteto Fernando Távora, localiza-se a cerca de um quilómetro do centro da cidade de Guimarães, esta recuperação íntegra a rede Pousadas de Portugal com a classificação de Pousada Histórica instalada no antigo convento homónimo, fundado no séc. XII.



Figura 42. Fotografia aérea de Guimarães

Contextualização da Preexistência:

Admite-se que o conjunto tenha sido edificado sobre um pequeno templo dos finais do séc. IX, construído, sobre um anterior estabelecimento romano. Supõe-se que tenha sido o local dos Paços Condais Portucalenses e que a sua igreja tenha sido a capela palatina (Vaz, 2009).

Como convento foi fundado em 1154. Entregue à ordem de Sto. Agostinho que, durante os 350 anos em que o manteve, ampliou a igreja e construiu as quatro novas alas envolvendo o claustro. Em 1528, foi lá instituída a ordem de S. Jerónimo e aí instalado um colégio. Durante este período são executadas as principais obras de transformação, desde a construção de um novo claustro à reformulação da fachada. Os sécs. XVII e XVIII levaram à atualização estética interior, à reconstrução da nova capela-mor e às alas conventuais, alargando-se à redefinição da cerca (Vaz, 2009).

Após a extinção das Ordens em 1934 o edifício passa a propriedade do Estado. Em 1936 é classificado como Imóvel de Interesse Público. Em 1951 parte é destruída por um grande incêndio que o conduz ao abandono (Vaz, 2009).

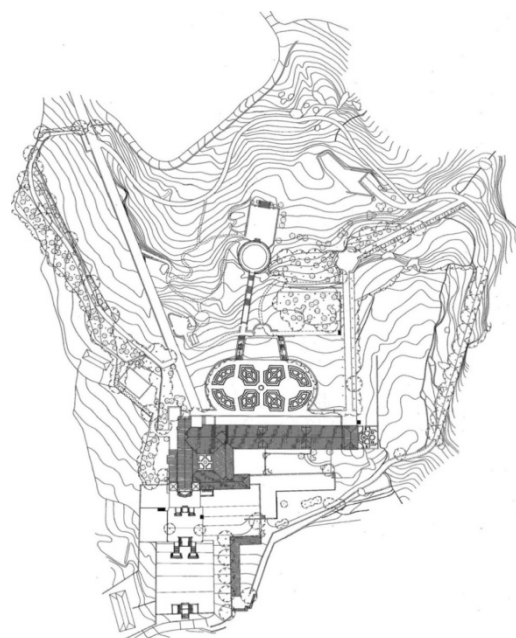


Figura 43. Planta de implantação.

Tipo: Arquitetura Religiosa

Finalidade: Pousada

Projeto: Reabilitação e Ampliação, Guimarães, Portugal.

Ano de construção: 1999/2000



Figura 44. Vista geral da Pousada

Análise da intervenção:

Esta intervenção teve como primeiro objetivo a clarificação de todo o processo histórico do conjunto, e fez uma reconstituição construtiva e espacial das várias fases evolutivas entendidas como mais importantes.

É reformadora no sentido em que segue os princípios da Carta de Veneza (1964), quanto à diferenciação entre o novo e o antigo. Conserva e reafirma os espaços mais significativos e cria novos espaços resultantes dos condicionamentos programáticos.

A recuperação do antigo convento inclui o corpo das antigas celas, o corpo principal da portaria e as zonas envolventes do claustro.

A igreja, apesar de ter desempenhado um papel importante na história do Mosteiro, desenvolve-se de modo independente.

É aqui que se acede à Pousada através de uma grandiosa escada de acesso, de onde se vislumbra o claustro, com as suas arcadas e a azulejaria nas paredes. Na receção respira-se a austeridade monástica presente em toda a pousada, através da simplicidade de soluções adotadas, quer ao nível dos espaços, quer ao nível da decoração e do mobiliário. Deste ponto é possível aceder a sala de estar e posteriormente, ao piso zero da antiga ala dos dormitórios, onde se encontra a sala de refeições e um salão de banquetes. No piso superior a imponente galeria, que permite o acesso aos quartos e suites, liga à Sala do Capítulo a Varanda de Frei Jerónimo

A nova construção assume-se como contemporânea, num volume alongado que se desenvolve perpendicularmente à igreja, formando um pátio rebaixado com a nova ala de quartos, em forma de L, numa cota inferior, encaixando-se na topografia de modo a não retirar o protagonismo ao volume preexistente. Acolhe 31 novos quartos, com acesso através da receção.



Figura 45. Claustro do antigo Convento.

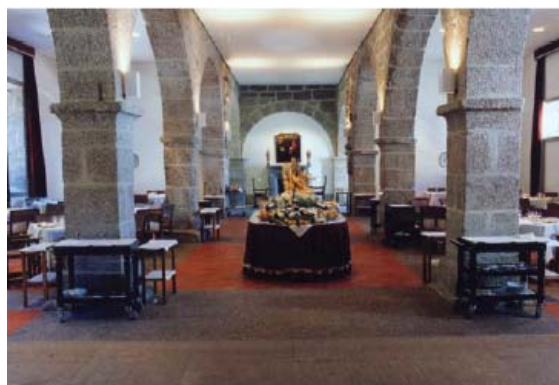


Figura 46. Restaurante da Pousada



Figura 47. Novo volume contemporâneo, ala dos novos quartos

Receção
Claustro
Igreja
Restaurante
Sala de Exposições
Salão Nobre
Sala de Eventos

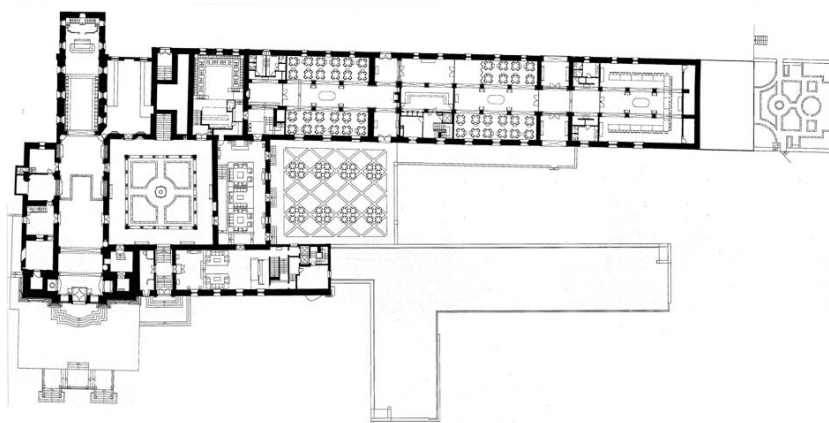


Figura 48. Planta do Piso 0

Quartos da antiga
ala do Convento
Varanda de S,
Jerónimo
Sala do Capitulo
Salão de Estar

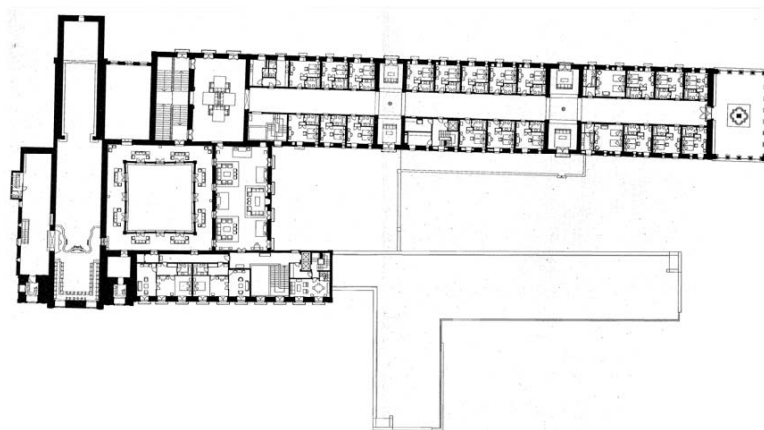


Figura 49. Planta do Piso 1

Quartos (nova ala)
Área de serviços

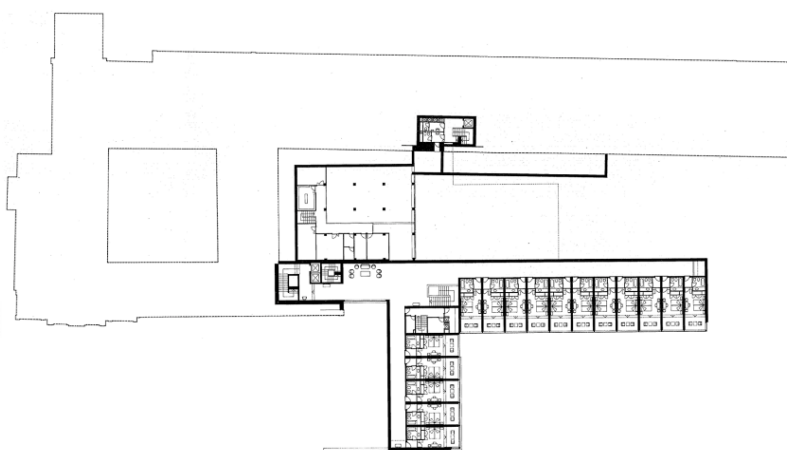


Figura 50. Planta do Piso -1

Planta do Piso -2
Quartos (nova
ala)
Área de serviço

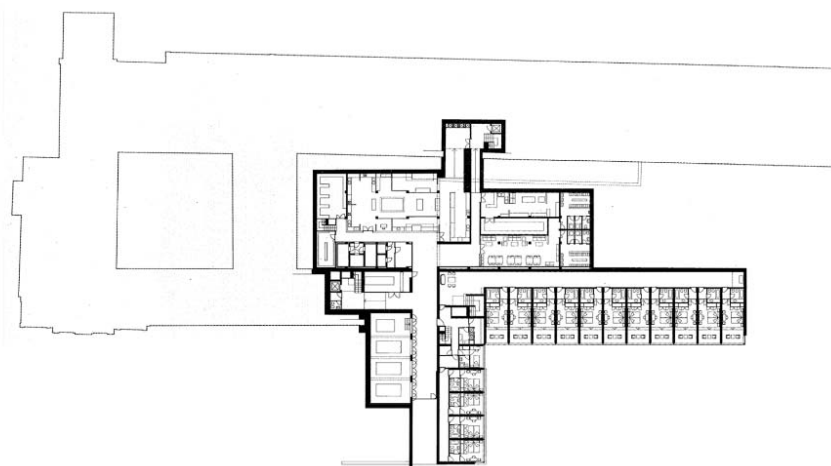


Figura 51. Planta do Piso -2.

O arquiteto inspirou-se em alguns temas da arquitetura vernácula, o desenho das caixilharias, por exemplo, a par da consciência da modernidade, resulta numa boa relação com o meio ambiente e com as formas existentes da arquitetura antiga e popular.

O novo corpo, inserido no processo de crescimento do edifício, consegue transmitir uma certa austeridade monástica, expressa através de uma grande economia de meios técnicos e uma extrema simplicidade nas soluções adotadas, quer a nível espacial e quer a nível dos acabamentos.

Localização:

A reabilitação da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, projeto do arquiteto João Luís Carrilho da Graça. A colina hoje ocupada pelo Castelo de São Jorge é o sítio da primeira ocupação humana — datada da Idade do Ferro — que transfiguraria em lugar a elevação estratégica sobre o estuário do Tejo e o seu território interior que deu origem à cidade de Lisboa. No conjunto amuralhado, a Praça Nova do Castelo ocupa um promontório intramuros, delimitado por estruturas defensivas a Norte e a Oeste, e pela Igreja da Santa Cruz a Sul, promontório com um domínio visual que se estende, sobre as muralhas a Este, desde a cidade aos seus pés até ao horizonte do estuário (Helm, 2012).



Figura 52. Planta geral do Castelo S. Jorge e envolvente.

Contextualização da Preexistência:

Classificação em 1910 como Monumento Nacional, onde se incluía o Castelo de S. Jorge. A área classificada era constituída pelo castelo e suas muralhas, por alguns edifícios que outrora faziam parte do antigo Paço Real da Alcáçova e designada hoje, por Praça Nova, que encerra vestígios de várias épocas, com destaque para o conjunto residencial da época Islâmica. É nessa zona, a nascente do castelo, a Praça Nova, onde hoje se situa o Núcleo Arqueológico. Neste espaço encontram-se os mais antigos vestígios de ocupação, que remontam à Idade do Ferro, época em que provavelmente aí se localizava um povoado fortificado (Helm, 2012).



Figura 53. Vista geral do Castelo S. Jorge e envolvente

Esta estrutura militar sofreu várias adaptações ao longo dos séculos, mas tal situação não diminuiu o seu mérito e significado, que mantém ainda hoje.

Nos séculos XVIII e XIX que a fortificação recebeu as modificações mais profundas, com o terramoto de 1755 todas as construções existentes ficaram em ruínas. Sobre os escombros dos antigos edifícios foram construídos outros (os espaços foram-se adaptando às necessidades da vida militar), que esconderam as ruínas existentes, os vestígios das edificações palatinas antigas. Só a igreja de Santa Cruz foi reconstruída posteriormente.

Em 1996 teve início neste local uma extensa campanha arqueológica que pôs a descoberto vestígios de diferentes momentos da sua ocupação (Fernandes, 2005, P. 154-158). São descobertos remanescentes de três períodos históricos: um conjunto de estruturas habitacionais da Idade do Ferro, restos de paredes e pavimentos de duas casas do período de ocupação muçulmana e uma superfície pavimentada de um palácio do século XV. Os objetos mais importantes encontrados foram removidos e expostos no Núcleo Museológico do Castelo, ficando a escavação aberta e apta a receber uma intervenção de proteção e musealização das três áreas distintas, dispersas por entre a topografia do campo arqueológico.

Tipo: Militar defensivo
Finalidade: Museu
Situação: Construído
Projeto: Musealização
Ano de construção: 2008/2010



Figura 54. Vista geral

Análise da intervenção:

Propôs-se a musealização das ruínas com um projeto do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, Carrilho concebeu um projeto pouco convencional para a seara arqueológica: uma espécie de cenografia explícita e com ares de efémera, que interpreta a espacialidade grandiosa daquelas casas construídas em torno de pátios (Grunow, 2011). Segundo Carrilho (2011) é naturalmente uma intervenção incomum.

O arquiteto procurou em primeiro lugar estabelecer com rigor o limite da área das escavações. Um conjunto de muros de contenção revestidos a aço *corten* definem todo o perímetro do espaço, demarcando com precisão a zona protegida e encerrando no seu interior, a uma cota mais baixa, as escavações e as ruínas postas a descoberto (Graça, 2010). Esta delimitação do sítio arqueológico permite quer o acesso, quer uma leitura panorâmica do sítio. Exteriormente, a uma cota mais alta, os muros de aço *corten* sustentam um percurso periférico pavimentado a cubos de basalto, que circunda todo o conjunto arqueológico, promovendo os acessos e estabelecendo uma relação com as muralhas, a igreja, a cidade e o rio. Além de cumprir a função de contenção do solo, as chapas de aço *corten* constituem o mobiliário e as peças de sinalização do complexo arqueológico-

- 01.** Estrutura de proteção - ruínas de casas islâmicas
- 02.** Cobertura sobre mosaicos do séc. XV/XVI
- 03.** Perímetro da área arqueológica com muros de contenção revestidos em aço *corten*
- 04.** Cobertura do núcleo da Idade do Ferro
- 05.** Pavimento do Palácio dos Bispos (mosaicos do séc. XV/XVI)
- 06.** Núcleo da Idade do Ferro
- 07.** Seis pontos de apoio (tubulares em aço com 100x100mm) de toda a estrutura de proteção das ruínas das casas islâmicas

Propôs-se a musealização das ruínas com um projeto do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, Carrilho concebeu um projeto pouco

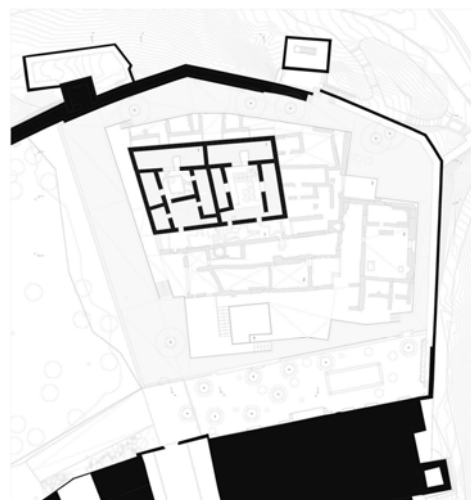


Figura 55. Planta, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge



Figura 56. Axonometria, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge.

convencional para a seara arqueológica: uma espécie de cenografia explícita e com ares de efémera, que interpreta a espacialidade grandiosa daquelas casas construídas em torno de pátios (Grunow, 2011). Segundo Carrilho (2011) é naturalmente uma intervenção incomum. Em Espanha surgiram comentários de que não se permitiriam projetos como este, assim como em Portugal também não, tendo sido uma luta com o apoio das arqueólogas (Grunow, 2011).

O arquiteto procurou em primeiro lugar estabelecer com rigor o limite da área das escavações. Um conjunto de muros de contenção revestidos a aço *corten* definem todo o perímetro do espaço, demarcando com precisão a zona protegida e encerrando no seu interior, a uma cota mais baixa, as escavações e as ruínas postas a descoberto (Graça, 2010). Esta delimitação do sítio arqueológico permite quer o acesso, quer uma leitura panorâmica do sítio. Exteriormente, a uma cota mais alta, os muros de aço *corten* sustentam um percurso periférico pavimentado a cubos de basalto, que circunda todo o conjunto arqueológico, promovendo os acessos e estabelecendo uma relação com as muralhas, a igreja, a cidade e o rio. Além de cumprir a função de contenção do solo, as chapas de aço *corten* constituem o mobiliário e as peças de sinalização do complexo arqueológico-

Os elementos inseridos, que proporcionam a vivência do espaço pelos visitantes, como degraus e patamares (em mármore), distinguem-se da rugosa textura das paredes e fundações expostas (Helm, 2012).

No interior da área de escavação as circulações estabelecem-se pelos percursos originais. Revestidos a saibro, garantem a infiltração das águas pluviais do solo. Pontualmente, soleiras e lancis em lioz, regularizam pavimentos, resolvem ressaltos e estabelecem pequenas contenções (Carrilho, 2010).

Descendo à superfície escavada, ao primeiro nível espacial e último de ocupação, encontram-se os vestígios do pavimento de um palácio do século XV., elevados relativamente ao nível do percurso de aproximação, propôs-se um teto levemente inclinado em tela tencionada preta, brilhante, espelhada.

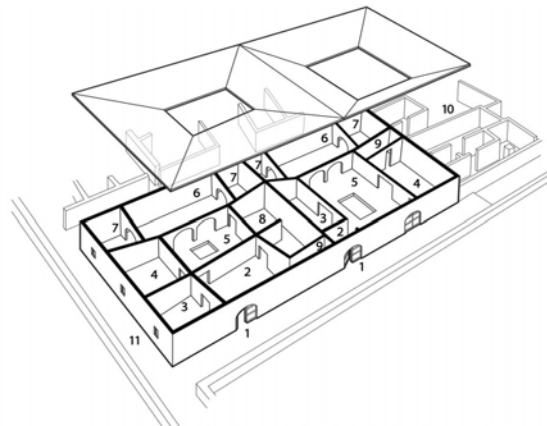


Figura 57. Axonometria Musealização Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge.

1. Porta de acesso principal
2. Átrio
3. Cozinha
4. Compartimento de funcionalidade indefinida
5. Pátio
6. Salão
7. Alcova
8. Despensa
9. Latrina
10. Compartimentos de apoio às casas
11. Rua

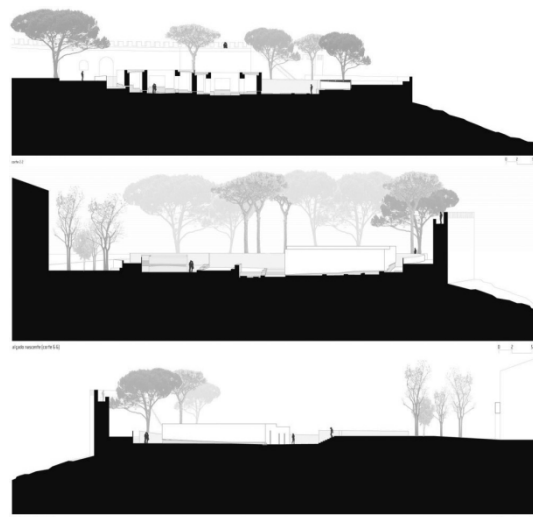


Figura 58. Perfis, Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

Avançando no espaço, encontram-se os restos de paredes e pavimentos de duas casas islâmicas do século XI e os frescos que sobre estas subsistem. Estas estruturas foram tomadas como oportunidade para reproduzir a sequência espacial anteriormente existente. Um volume branco suspenso sobre as escavações, que toca as ruínas de pedra em apenas seis pontos, permite perceber as várias áreas, organizadas em torno de pátios, que introduziam luz e ventilação nas casas geminadas, encerradas para o exterior (Helm, 2012).

As novas paredes, brancas, abstratas e cenográficas, encenam a espacialidade doméstica das duas habitações escavadas. São reproduzidas com recurso a estruturas treliçadas em aço, revestidas a placas de aglomerado de cimento e madeira, barradas e pintadas a branco. Têm o mesmo traçado das antigas, reproduzindo fielmente os seus ângulos e inclinações. Não há janelas, apenas estreitas passagens e a cobertura filtra a luz solar incidente através da combinação de placas de policarbonato com ripado de madeira (Gunow, 2011).

Os pátios permanecem a descoberto. Visto de cima, a partir das muralhas que o circundam, o conjunto adquire plasticidade e grafismo. O objetivo é então o entendimento da distribuição espacial das casas, percebendo a escala, as distâncias e as perspetivas das divisões. O resultado é a interação entre a nova arquitetura e as ruínas de pedra.

Trata-se explicitamente de uma interpretação do lugar, em que se procura enfatizar a verticalidade dos ambientes domésticos, de modo a sugerir a grandiosidade que as casas islâmicas.

As estruturas habitacionais da Idade do Ferro, localizadas numa cota mais baixa relativamente ao nível de circulação, são protegidas por um volume fechado sobre si mesmo.

O projeto articula as diversas escalas expositivas através das superfícies em aço *corten* e do volume branco em placas de aglomerado de cimento e madeira. O distanciamento entre esta estrutura e as ruínas de pedra cria um interessante grafismo, enfatizado pela iluminação noturna.



Figura 59. Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge



Figura 60. Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge



Figura 61. Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge

Localização:

A reabilitação do Farol dos Capelinhos, Açores, projeto do arquiteto Nuno Reis Lopes. O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas, distribuídas por três grupos, consoante a proximidade geográfica: grupo ocidental (Corvo e Flores), grupo oriental (Santa Maria e São Miguel) e grupo central (Graciosa, São Jorge, Pico, Terceira e Faial); nesta última localiza-se o farol dos Capelinhos, cuja função de sinalizador foi desativada devido a ocorrência da erupção do vulcão do mesmo nome.



Figura 62. Mapa do grupo central das ilhas do arquipélago do Açores

Contextualização da Preexistência:

Ao que se sabe o Farol dos Capelinhos foi idealizado primeiramente pelo capitão-mor Jorge Gularte Pimentel no ano de 1678, quando, em testamento, datado de 15 de Julho, afirma ser necessário sinalizar essa região devido aos perigosos rochedos responsáveis por acidentes que despedaçaram caravelas e galeões durante a noite no meio do oceano, fazendo um número incontável de vítimas (Lima, 1943).

Memória de fenómeno natural ocorrido há quase meio século, a área dos Capelinhos apresentava-se unicamente como percurso turístico e ruína de uma função (vivência), sem qualquer elemento interpretativo capaz de explicitar o que o olhar capta.

Importante enquanto momento histórico e de compreensão da formação deste arquipélago, a erupção transformou definitivamente a passagem da ilha do Faial e soterrando o farol existente naquela ponta da ilha (Lara, M. et al. 2008).

Tipo: Edifício de Sinalização

Finalidade: Centro de Interpretação do vulcão dos Capelinhos

Situação: Construído

Projeto: Reabilitação e Requalificação do Farol

Ano de construção: 2006-2008

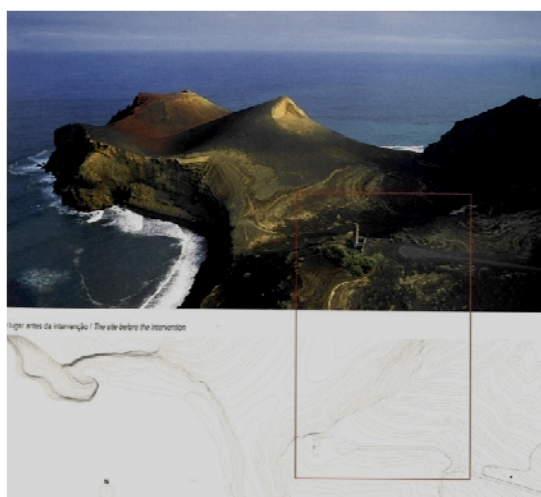


Figura 63. O sítio e o farol antes da erupção.

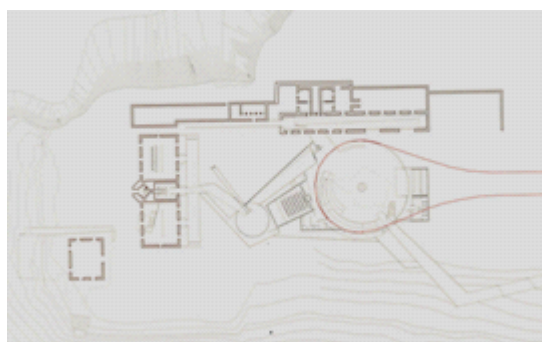


Figura 64. Situação preexistente com sobreposição da intervenção.

Análise da intervenção:

A exaltação deste momento e das suas consequências foi premissa na intervenção que preencheu a lacuna existente. A transformação do farol e da área envolvente, com o intuito de instalar um centro de interpretação, deveu-se ao facto de preservar a ruína, recuperar paisagisticamente uma zona, sacralizar a imagem resultante e proporcionar a compreensão de todas as fases, desde a construção do farol até aos dias de hoje.

Neste sentido, a organização da receção viária ao visitante foi escolhida em local mais distante, com o olhar fixo no farol e no vulcão, que se vê e adivinha. O visitante é convidado a percorrer a pé, sobre lajetas de betão espaçadas ou sobre calçada de basalto, os últimos metros que o separam do início da viagem pelo tempo, simultaneamente passado e futuro.

O edifício é enterrado, pousado sobre o terreno imediatamente anterior à erupção, e propõe um percurso pela história, subdividindo os conteúdos museológicos de carácter informativo, científico e lúdico em 3 fases distintas, antes durante e depois da erupção (Lara, M. et al. 2008).

A dimensão da construção transformou o sítio, causando incertezas e especulação sobre a validade da proposta. Agora, concretizado o projeto base, a calma voltou ao lugar a par da instalação dos conteúdos e a consequente adaptação final do edifício aos mesmos e ao rigor da natureza local.

Entre o farol e a escarpa soterrada ainda nas cinzas da erupção, a antiga casa do gerador aguarda a intervenção, já projetada, de adaptação às funções de acolhimento à área de investigação e apoio à estrutura de gestão.

Separada fisicamente do Centro, esta unidade será construída nos mesmos princípios mas, proporcionando a quem aí pernoite, o espetáculo permanente da natureza.

Cinquenta anos e sete metros de altura separam os níveis altimétricos da chegada ao complexo do farol.

Entre a cota primitiva e a cota do *cul-de-sac* construído após a erupção. Desenhou-se o novo *foyer*.

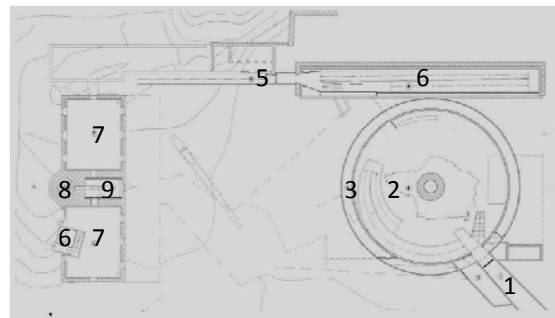


Figura 65. Planta do Piso 1

- 1 – Entrada
- 2 – Foyer
- 3 – Instalações Técnicas
- 4- Exposições Temporárias
- 5 – Saída das Exposições Temporárias
- 6 – Saída das Exposições Temporárias
- 7 – Pátio
- 8 – Farol
- 9 – Acesso à Cúpula

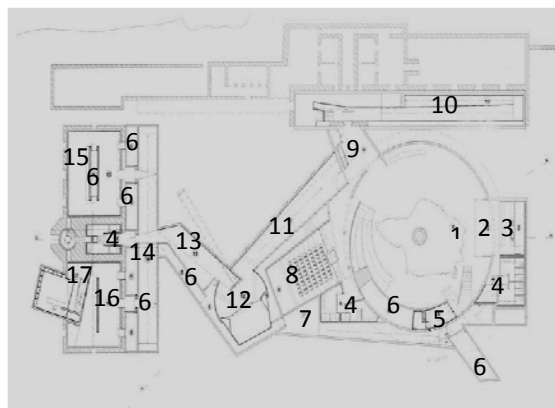


Figura 66. Planta do Piso 0

- 1 – Foyer
- 2 – Bar
- 3 – Arrecadação
- 4 – Instalações Sanitárias
- 5 – Sala da Direção
- 6 – Instalações Técnicas
- 7- Sala de Controlo
- 8 – Auditório
- 9 – Bilheteira
- 10 – Exposições Temporárias
- 11 – Os Faróis
- 12 – A Erupção
- 13 – O Vulcão
- 14 – Vulcões do mundo
- 15 – Açores
- 16 – Faial
- 17 - Loja

Esta premissa estabelecida pelo projeto permite a manutenção da topografia no exterior e o mergulho progressivo noutra realidade e noutra escala.

Este local outrora de chegada, é agora o início desta viagem que deambula pelas cinzas, toca nos edifícios primitivos, desce até a cota do farol e nos liberta em frente ao mar e ao vulcão adormecido.

As intervenções em património, a reabilitação das estruturas do passado, bem como o seu relacionamento com os seus conteúdos e sentido sociocultural, são Caixas de Pandora que surpreendem permanentemente os mais experientes profissionais. Por isso, quando se visita uma intervenção de exceção, é como penetrar num tempo etéreo, onde se flutua entre a luz, a música, a memória e o futuro do presente.

O conceito que consubstancia a intervenção no Farol dos Capelinhos constitui um avanço na abordagem patrimonial, uma vez que extravasa a intervenção meramente física, contendo-a num conjunto de ações que potenciam a aproximação à memória dos acontecimentos ocorridos em 1957, com a erupção do vulcão e todas as consequências que advieram para a comunidade local. Registe-se também as solidariedades geradas junto de outras comunidades, dentro e fora do arquipélago.

O Projeto do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, para além de refletir a sua condição patrimonial incorporando valores de memória física e sobretudo de ordem filosófica, reforça a sua reabilitação enquanto Arquitetura, enquanto ato de cultura do nosso tempo, tornando-se num "edifício viagem", um imenso contentor do tempo, desde a formação do arquipélago, a ocupação humana envolvida na carga telúrica deste local repleto de fenómenos sísmicos, frequentemente ativos que deixaram profundas marcas em 1957 e cujas consequências marcaram para sempre a comunidade dos Capelinhos.

Este lugar transformou-se, deixando inesperadamente um farol submergido em cinzas, como uma paisagem lunar. O projeto sabiamente associou o património físico, natural e imaterial, criando uma vigorosa unidade e reforçando o espírito do lugar.



Figura 67. Níveis de Implantação



Figura 68. Edifício oculto

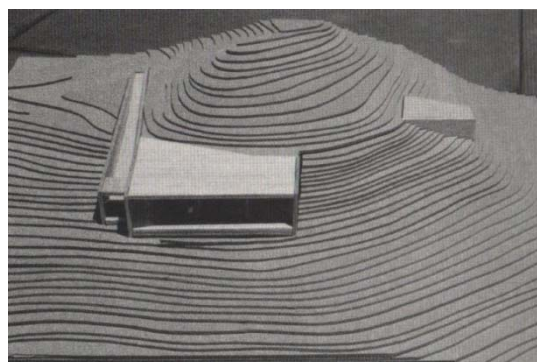


Figura 69. Local antes da Intervenção



Figura 70. Projeto da casa de acolhimento

O edifício oculto tem um impacto tremendo, ao perceber que ele está lá, sem se ver: e como lidar com uma força desconhecida que exerce um enorme poder de atração.

A subtil e enigmática entrada do edifício do Centro Interpretativo constituiu uma viagem mágica ao centro da terra, Transporta do mundo do imaginário abstrato para o mundo do imaginário concreto.

Este projeto remete para uma construção desenhada pela luz, onde se abrem espaços não convencionais, em que os planos proporcionam emoções e transportam o visitante em cápsulas do tempo, numa espécie de fluido ocasionalmente colorido, ocasionalmente sonoro, onde se percorre uma arquitetura sem limites, com alguns acidentes que despertam e reposicionam perante uma realidade dramatizada.

O cerne da espacialidade maior e a sala da coluna central numa escala não habitual para as pessoas, que sugere uma "citação arquitetónica" dos tempos experimentais da arquitetura brasileira dos anos 50 e 60. A beleza da coluna do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e a suavidade das curvas deixadas pelo betão descoberto. "Quando uma obra e bem pensada Arquitetura e Engenharia se integram nela harmoniosamente e quando é bela e se transforma em obra de arte, ambas se apresentam com maior apuro" (Niemeyer, 1986, p.22).



Figura 71. Projeto da casa de acolhimento - Perfil

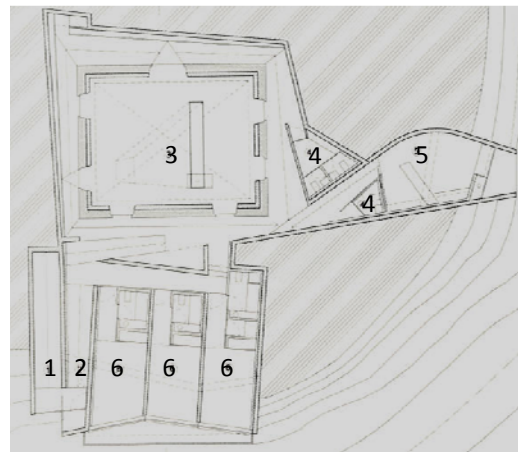


Figura 72. Projeto da casa de acolhimento - Planta

- 1 – Rampa de Acesso
- 2 – Entrada
- 3 – Sala de Reuniões/Leitura
- 4 - Instalações Sanitárias
- 5 – Refeitório
- 6 – Quarto

5.3 Análise comparativa dos estudos de caso

Das intervenções analisadas evidencia-se a articulação de uma linha de pensamento que procura o estabelecimento de uma correlação entre a estrutura preexistente e a proposta de intervenção. É estabelecida uma abordagem ao projeto que sublinha as relações com o sítio e respetivo contexto, e aprofunda a integração entre a intervenção, o local e paisagem. As propostas ajustam-se à singularidade e escala, para além do local, complementando o existente, estudando a leitura e significado do monumento. Reafirmam o papel e importância da preexistência e conjunto envolvente do qual faz parte.

Mesmo com programas de regras rígidas não contrariam, ofuscam ou anulam a história do local. O programa evidencia a singularidade do local. Essa simbiose permitiu evitar simbolismos com o existente, valorizando assim a leitura do monumento e das suas principais características, nomeadamente a reafirmação do papel e importância das preexistências para o contexto onde estão inseridas. A intervenção é um elemento compositivo que evidencia simplicidade na forma. A materialidade permite a adequação, a especificidade das preexistências e a exploração do espaço interior/exterior.

As intervenções resultam, por um lado, do entendimento do lugar e do seu enquadramento paisagístico, nomeadamente ao nível da manutenção e valorização das relações visuais entre ambas. É possível entender, assim, a importância da relação e de um significado mais abrangente do lugar, percebendo que o estudo de cada obra está indissociável do seu contexto, construindo indiretamente uma noção de maior abrangência sobre o espaço onde se insere.

5.4 Resultados da análise das intervenções

Dos estudos de caso analisados, verificaram-se intervenções em que os sítios correspondem a uma filosofia de intervenção, onde se percebe uma lógica de aplicação das soluções propostas em articulação com o sítio, sendo a preexistência o elemento gerador e articulador das diferentes atuações e consequente transformação concetual dos respetivos lugares.

Verificou-se uma articulação entre o processo de intervenção dos sítios com vista a uma intervenção coerente, devidamente inserida no lugar, respeitando as preexistências. Evidenciou-se uma diversidade nas soluções arquitetónicas implementadas, consequência das estratégias adotadas, que poderão ajudar a compreender os processos inerentes à transformação do sítio, a partir das preexistências.

Constatou-se que o contexto (paisagístico, cultural, social, económico) condiciona as características da obra arquitetónica, bem como as funções que devem desempenhar e a mensagem que deve transmitir, partindo das premissas da sociedade onde se desenvolve.

Relativamente aos casos de referência analisados, o restauro crítico parece dominar, mas enriquecido por uma quantidade de reflexões que afastam qualquer dogmatismo, seja este a favor da intervenção minimalista, da adição de elementos ou da construção de obra nova. É imperativo, para qualquer intervenção, o conhecimento profundo da história do objeto em causa, da sua envolvente e do seu contexto, seja ele um monumento, do Castelo de São Jorge.

A Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães, é um exemplo de restauro, mesmo sendo adicionado um novo volume e uma nova forma de utilização do seu espaço. É assim um exemplo de contraposição em relação aos outros dois, passível de se fazer uma avaliação das formas de intervir em património do ponto de vista arquitetónico, de forma a diferenciar os critérios e graus de intervenção, no entendimento de um outro.

A Praça Nova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência, onde a intervenção sobre o existente pretendeu, ao contrário do primeiro, despertar um novo olhar sobre a preexistência, apesar de introduzir novos volumes, mas mantendo o equilíbrio do conjunto sem pôr em causa a sua imagem.

O Farol dos Capelinhos, Açores, é um exemplo que, à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância da preexistência para a paisagem envolvente, mas que, contrariamente aos anteriores introduz um novo volume enterrado (invisível) que compõe a leitura e significado do monumento e envolvente.

Embora todos os métodos de conservação e restauro referidos se encontrarem “ativos” e passíveis de serem adotados, o estudo desta evolução e destas teorias capacita a equipa a cargo da intervenção para determinar, através do estudo do edifício, monumento, conjunto ou sítio, qual a ideal e/ou a possível.

No âmbito da intervenção no património, os diferentes contributos devem ser avaliados à luz da história do objeto a intervir e das circunstâncias e constrangimentos em que foram criados. É importante que o conhecimento crítico esteja presente nas intervenções dos nossos dias, a par do saber científico, de um certo bom senso e de um rigoroso acompanhamento em obra.

Pousada de Santa Marinha da Costa Guimarães	Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge Lisboa	Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos Açores	Forte de São João Baptista Esposende
--	--	--	---

Valor				
Histórico				
Arqueológico				
Social				
Conjunto				
Funcional				
Espiritual				
Patrimonial				
Arquitectónico				
Paisagístico				
Artístico				
Uso				
Novo				
Turístico				
Económico				
Geoestratégico				

Programa

Museu			
Pousada			
Centro de interpretação			

6. ANÁLISE A ESTUDOS DE CASO

6.1 Justificação e critérios de seleção

A abordagem aos casos de estudo na presente dissertação tem por base o interesse nas intervenções implementadas em sítios fortificados, perante os quais se levantam algumas questões relacionadas com a contextualização, principalmente as relacionadas com a componente arquitetónica, como consequência da interpretação do lugar e as preexistências.

A escolha dos três exemplos teve por base a diversidade das condicionantes das intervenções, nos dois primeiros casos pretendem o respeito pela preexistência e no terceiro caso foi adicionado um novo volume e alterado o uso, apesar destas alterações, mantem-se o respeito pela preexistência e o equilíbrio do conjunto envolvente e da preexistência:

- O Forte São Sebastião, Moçambique, deve-se ao facto de ser um exemplo de restauro.
- O Forte São Bruno, Oeiras, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência.
- O Forte Santa Marta, é um exemplo que, à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância da do Forte para a paisagem envolvente.

Procedeu-se à recolha bibliográfica de cada obra, assim como de elementos explicativos de cada caso: como plantas, cortes, alçados e fotografias, permitindo um adequado conhecimento. Da análise individual de cada obra, resultam, em Fichas Técnicas, onde se realiza a interpretação de cada uma. Elaborando-se no final uma análise comparativa, obtendo-se resultados/sínteses, nos quais serão obtidos indicadores e princípios orientadores para a reabilitação do Forte de São João Baptista, concretizando em projeto de reabilitação, preservando a preexistência, removendo acrescentos estranhos ao projeto original e possivelmente o desenho de um novo volume enterrado.

Por fim faz-se uma análise comparativa destes exemplos de intervenção, que conduzem às conclusões deste trabalho. Contudo, não foi intenção escolher qual a melhor ou a mais adequada das intervenções. O objetivo último deste trabalho foi o de compreender as razões da diversidade destas intervenções, assim como os fatores que as unem. Os casos de estudo aqui apontados ilustram bem a complexidade da tarefa de intervir em património, ou envolventes, aos requisitos espaciais e funcionais dos dias de hoje, mantendo ou elevando o seu valor patrimonial.

6.2 Fichas Técnicas

Forte de S. Sebastião, Ilha de Moçambique, Moçambique

FICHA 1

Localização:

A reabilitação do Forte de São Sebastião, projeto de José Forjaz, localiza-se na Ilha de Moçambique, a ilha está localizada num recife de coral com praias de areia que formam uma barreira entre o mar aberto e a baía. Implantada em águas calmas e protegida pelos recifes, com o continente a apenas 4 km a oeste, ela oferece um ancoradouro natural seguro para barcos e navios. Estreitos canais de maré formam a entrada da baía e foram outrora intensamente observados e protegidos pela fortaleza de São Sebastião e São Lourenço.



Figura 73. Fotografia aérea da Ilha de Moçambique, Moçambique

A baía é usada ainda hoje para comunicação pelos barcos pertencentes a uma série de empresas de pequenas aldeias, que possuem o que resta de fazendas fortificadas, empórios comerciais, mesquitas e cemitérios, alguns dos quais ainda estão em funcionamento.

Contextualização da Preexistência:

A construção da Fortaleza de São Sebastião, encomendada por Dom João de Castro, Vice-Rei das Índias Portuguesas, foi realizada de 1545 a 1547. Uma estrutura maciça e intimidante era necessária para afirmar o papel de Portugal e defender os seus interesses no turbilhão de um crescente comércio internacional e o arquiteto militar português Miguel de Arruda (morto em 1563) foi escolhido para a conceção de uma fortaleza destinada a substituir o obsoleto pequeno Forte de São Gabriel, que tinha sem dúvida alguma perdido a sua capacidade de enfrentar a ameaça iminente dos sultanatos Swahili vizinhos, bem como a artilharia turca (UNESCO, 2009).

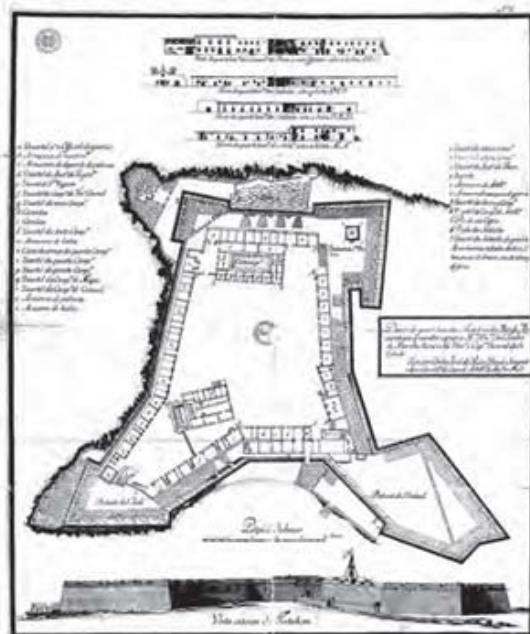


Figura 74. Mapa da fortaleza (1802) por Carlos José dos Reis e Gama

Na ponta desta ilha, à entrada do banco de areia, encontra-se a fortaleza, onde o capitão vive junto com os soldados de guarda portugueses, que ficam em prontidão dia e noite: durante o dia, à entrada, e à noite, no alto das muralhas e dos bastiões (dos quais há quatro exemplos de grande solidez: dois frente ao mar e dois voltados para a ilha) e na qual o mar aparece num lado e no outro, havendo ali um grande número de belas e possantes peças de artilharia dentro da fortaleza.

Esta fortaleza é uma das mais sólidas nas Índias. Fora da fortaleza, na ponta da ilha, há uma capela de Nossa Senhora do Baluarte, cujo nome foi dado por respeito ao facto que a igreja tinha sido um baluarte, no qual era mantida a artilharia de defesa, antes da construção da fortaleza (UNESCO, 2009).

Quando em 1991, sobre proposta do Governo de Moçambique, a Ilha de Moçambique foi proclamada Património Mundial pela UNESCO, onde a Fortaleza está inserida, encontra-se parcialmente reabilitada em bom estado de conservação e aberto ao usufruto turístico e da população local.

Tipo: Arquitetura Militar

Finalidade: Um museu, uma sala de conferência, um centro de investigações, um mercado e oficina de obras de arte e artesanato, escritórios, cafeteria e pousada de estilo tradicional português.

Projeto: Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, ilha de Moçambique

Ano de construção: 2008



Figura 75. Vista aérea da Fortaleza

Análise da intervenção:

A intervenção foi iniciada no final da primeira década deste milénio. Foi restaurada e transformada num hotel, com vista privilegiada sobre a Fortaleza. Assume-se como um espaço pluridisciplinar, de cultura e lazer, dinâmico e acessível a visitantes durante todo o ano.

Quanto ao traçado arquitetónico a Fortaleza apresenta uma geometria de planta retangular irregular, com os lados maiores medindo 110 m, composta por quatro baluartes poligonais dispostos nos vértices, um deles formando espigão e por cortinas de traçado reto. Escarpa exterior em talude, em cantaria aparente, com remate em cordão e parapeito liso ou em merlões e canhoneiras. Na cortina virada a Oeste abre-se porta fortificada avançada da cortina apresenta arco de volta perfeito.

Estrutura em cantaria aparente ou rebocada e pintada; terraplenos interiores revestidos a cantaria ou em terra.



Figura 76. Planta do primeiro nível. Fonte

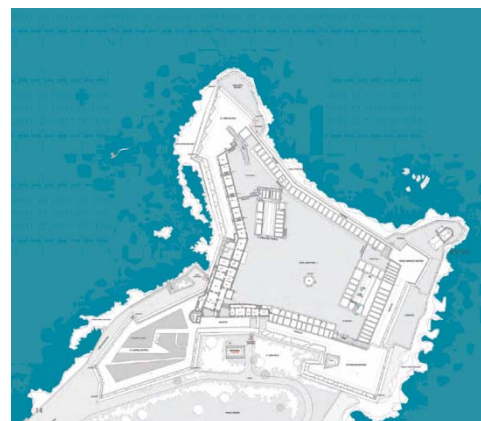


Figura 77. Planta do segundo nível

A intervenção demonstra aspetos que a remetem para os critérios da unidade de estilo nos seus princípios de autenticidade.

Conforme refere Aguiar (2002, p.41) mas o que importa a Viollet-le-Duc é a lógica construtiva, o processo de correspondência de regra, apoiado num método sistemático de levantamento de materiais e métodos construtivos "in-situ", de modo a possibilitar essa "unidade de estilo".

Na procura da verdade histórica do imóvel. O projeto baseia-se na busca pelo original, visível nas fotografias do antes e do depois da intervenção.

O trabalho de levantamento representou uma oportunidade única para um mais amplo estudo da história e das técnicas secretas da fortaleza e, ao mesmo tempo, para a apreciação das obras e do génio artístico de trabalhadores africanos e europeus que juntos tornaram possível esta extraordinária realização humana.

A maior parte das intervenções propostas para a primeira etapa das obras de restauro relacionavam-se com a manutenção, a fim de suprimir o processo de degradação progressiva da estrutura, mas foi sentida a necessidade de acrescentar novas dimensões ao carácter utilitário da fortaleza, para impedir que este rico património histórico se tornasse numa mera peça de museu monumental.

Para o efeito, foi proposta a construção de uma nova cisterna de água limpa fora das muralhas de defesa, que serviria de fonte de abastecimento de água à comunidade, mas alimentada a partir de um sistema de coleta de águas pluviais completamente restaurado e melhorado, instalado na fortaleza. Desta maneira, o melhor uso possível das características históricas do monumento pode ser feito, ajudando, ao mesmo tempo, a melhorar as condições de vida da comunidade.

Em apenas um caso foram propostas alterações aos aspetos originais espaciais e estruturais dos prédios. Um interior com dois pisos foi planeado, para tirar proveito de uma estrutura de piso suspenso que desabou, no qual a memória das obras de restauração será preservada e um espaço de múltiplos usos muito especial será criado.



Figura 78. Cisterna Antes.



Figura 79. Cisterna Cisterna Depois

Os estudos e as análises pormenorizadas realizados para a definição e a quantificação das intervenções exigidas para o restauro da fortaleza forneceram a informação necessária à definição da estratégia de intervenção:

- A fortaleza foi submetida a um número incontável de transformações durante a sua história, em particular entre o início e meados do século XX, como confirma a documentação encontrada nos Arquivos Nacionais e em outras fontes (UNESCO, 2009).

- Estas transformações relacionavam-se, na maioria dos casos, com a construção de paredes de subdivisão e com a adaptação de prédios para usos diferentes daqueles originalmente designados.

- A maior parte da laje dos tetos, originalmente construída com vigas de madeira sobre as quais um betão feito de pedras de coral era aplicado em telhas de cerâmica ou lajes de pedras de coral, foi substituída por lajes de concreto reforçado, seguindo a geometria e os declives originais, presumivelmente utilizando a estrutura de madeira original como cofragem. Em muitos casos, esses elementos estruturais foram deixados no local, sem nenhuma função estrutural.

- A maior parte dessas lajes de concreto reforçado, que à primeira vista pareciam estar seriamente danificadas pela água e pelas intempéries, encontravam-se, na verdade, em condições relativamente boas e puderam ser reparadas sem grande demolição.

- As vigas de madeira deixadas no local não podiam ser utilizadas, em termos estruturais e inicialmente foram interpretadas como uma tentativa feita pelos engenheiros militares de reterem o efeito de métodos de construção originais. Os arquitetos reviram, desde então, esta opinião e as vigas foram retiradas. O madeiramento estrutural excedente recuperado desta operação foi quase suficiente para a reconstrução de partes dos prédios em que era necessário seguir a tecnologia de construção original.

- A maior parte das patologias encontradas nas lajes de betão reforçado eram devidas à penetração de água de sistemas defeituosos de coleta de águas. Parte das lajes do teto tiveram de ser cortadas e fundidas novamente com o devido cuidado, para a continuidade do reforço e adaptação do novo betão ao antigo.



Figura 80. Tetos Antes.



Figura 81. Tetos Depois.



Figura 82. Muralha Antes.



Figura 83. Muralha Depois

- A estratégia de salvaguarda da integridade estrutural do monumento foi condicionada pelas severas limitações impostas no contrato para o primeiro prédio.

Após um amplo estudo das características geométricas, técnicas e arquitetónicas e das condições ambientais do sítio, foi constatado que os seguintes fatores condicionavam a reabilitação das várias estruturas e prédios:

- A fortaleza estava a ponto de tornar-se numa ruína, pelo menos no caso de alguns dos seus componentes, embora os aspetos mais flagrantes da deterioração fossem mais superficiais do que estruturais e medidas remediadoras pudessem fornecer uma solução a um certo número de problemas. A intervenção mais urgente, para impedir quaisquer desmoronamentos estruturais, dependia amplamente da impermeabilização dos tetos. Entre vários fatores que contribuíram para esta situação, o mais importante foi a falta de manutenção no decorrer dos últimos quatro decénios.

- As condições ambientais extremamente agressivas do sítio, com as muralhas de proteção construídas diretamente sobre a rocha de corais que se ergue do mar e agravadas pelo clima tropical, com ciclones, chuvas intensas durante vários meses do ano e altos índices de humidade permanentes, tornando a secagem das paredes e dos tetos num processo muito lento.

Ao nível exterior da fortificação houve um arranjo urbanístico, que configura a paisagem envolvente, é o caso da nova cisterna que serve a população. É um aspeto importante visto tratar-se da intervenção de um edifício que carrega uma carga histórica e que depende da especificidade e contexto em que se insere.

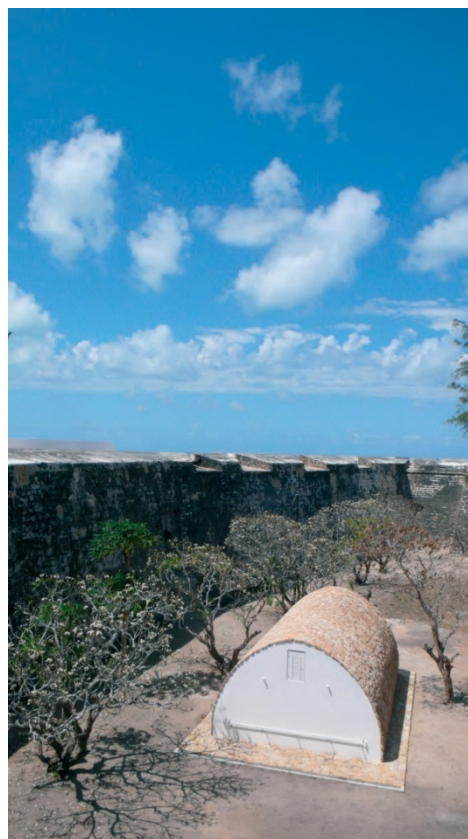


Figura 84. Forte de S. Sebastião cisterna exterior

Localização:

Forte São Bruno, projeto do arquiteto Olavo Rebelo e da arquiteta paisagista Ana Paula Chagas Correia, localizado em Caxias, concelho de Oeiras inserido na Área Metropolitana de Lisboa. Situa-se na margem norte do rio Tejo, sendo delimitado a Norte e Poente pelos concelhos de Sintra e Cascais, a nascente pelos concelhos de Lisboa e Amadora e a Sul pela barra do rio Tejo.

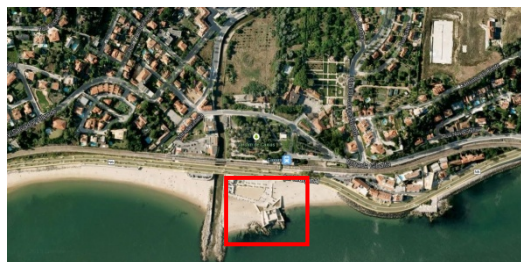


Figura 85. Fotografia aérea de Caxias, Oeiras

Contextualização da Preexistência:

O Forte S. Bruno de acordo com a inscrição colocada sobre a porta da Fortaleza esta foi construída em 1647 por ordem do rei D. João IV e sob a direção de D. António Luís de Menezes, governador da Praça de Armas de Cascais.

Durante as Guerras da Restauração este sistema foi complementado com a construção de pequenos fortes costeiros batendo os locais de desembarque mais favoráveis desde o Cabo da Roca até Belém. O Forte de S. Bruno dependia do Forte de S. Julião da Barra, que comandava as fortalezas localizadas entre a Ribeira de Algés e a Ponta de Rana.

A sua construção terá sido feita em duas fases; na primeira foi edificado o núcleo central e numa segunda fase terão sido acrescentadas as baterias rasantes viradas ao mar e a cortina de atiradores e redente virados a terra, destinados a incrementar a possibilidade de defesa terrestre e marítima daquele local. A sua planta atual estaria definida já em 1736 (Correia, 1736).

O Forte S. Bruno é um monumento de arquitetura militar, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 12 Setembro 1978. Atualmente evidencia alguns sinais de degradação por vandalismo e aberto ao usufruto público.

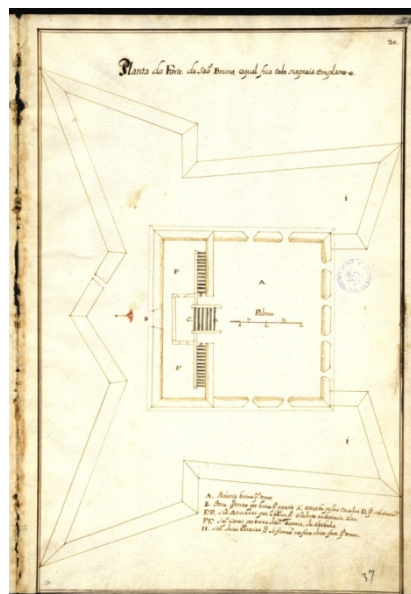


Figura 86. Planta original do Forte.

Tipo: Arquitetura Militar
Finalidade: Museologia
Situação: Construído
Projeto: Reabilitação do Forte e de Requalificação da envolvente, Caxias, Oeiras, Portugal.
Ano de construção: 1999/2000



Figura 87. Vista sobre a envolvente e o Forte.

Análise da intervenção:

A intervenção foi concebida na transição do século XX para o século XXI. Foi recuperada vocacionando-a para a museologia, com vista privilegiada sobre o Rio Tejo. Assume-se como um espaço pluridisciplinar, de cultura e lazer, dinâmico e acessível a visitantes durante todo o ano.

Fortificação abaluartada de planta poligonal simétrica, apresentando cinco vértices ou ângulos flanqueados revestidos a cantaria, contrastando com os paramentos em talude rebocados e com os vértices ou ângulos flanqueados revestidos a cantaria rusticada.

A intervenção evidencia critérios que remetem para um tempo mais longínquo. Ou seja, ao observar fotografias do antes e do depois da intervenção, identifica-se que foram seguidos critérios próximos da unidade estilística. O projeto baseia-se na busca pelo original e a perfeição formal do edifício, assim como Violet-Le-Duc defendia. Na memória refere que na elaboração do projeto foi tida em conta a Carta de Veneza nos seus princípios de autenticidade (materiais, aspeto estético, autenticidade histórica), durabilidade, compatibilidade, exigência de economia. Assim são propostos dois princípios orientadores: conservar e melhorar as edificações efetuadas ao longo dos anos e considerando, sob o ponto de vista arquitetónico, que não são sustentáveis, optar-se por se repor a verdade histórica do imóvel. As construções posteriores à edificação primitiva, são consideradas como estancias muito degradadas e "sem valor arquitetónico relevante" (CMO, 1996, p.2).

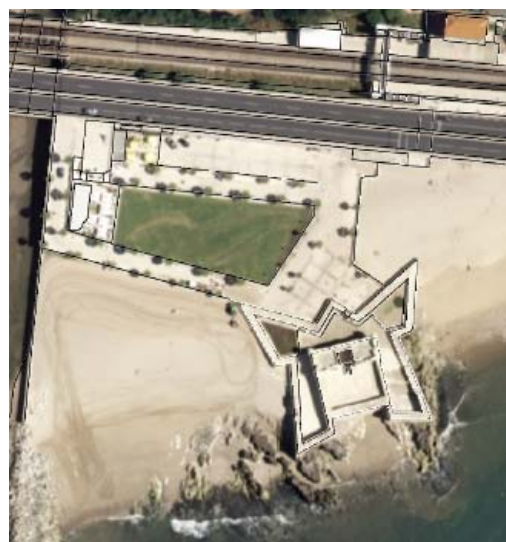


Figura 88. Configuração atual do Forte S. Bruno.

O edifício preexistente foi um elemento que, apesar da sua construção, respondia apenas à necessidade de armazenamento e defesa e tinha medidas precisas na sua construção. Esta ideia de precisão é de destacar para obras com estas características, visto serem edifícios principais, no qual a função não era o embelezamento, mas o rigor da sua geometria.

Define-se a intervenção em duas vertentes. A primeira era recuperar, valorizar e animar o monumento, vocacionando-o para a museologia, em que a defesa da costa e as suas fortificações poderiam ser o tema de fundo. Neste sentido, o espaço foi dotado de condições para funcionar como espaço de animação cultural, com a possibilidade de suportar exposições permanentes e temporárias, espetáculos ao ar livre em paralelo com infraestruturas de apoio turístico. Projetou-se ainda uma pequena cozinha com copa numa das casas-mata assim como iluminação cénica. A segunda vertente era intervencionar a envolvente do monumento no sentido de a tornar um espaço complementar do edifício (CMO, 1996).

Assim, optou-se por demolir a casa do guarda, aquartelamento com as camaratas, instalações sanitárias e balneários. As opções tomadas ao nível das demolições e escolha de materiais tiveram como preocupação dar a conhecer a estrutura inicial da fortificação, a estrutura seiscentista.

Assumindo-se como uma intervenção com uma proximidade cronológica ao nível da execução mas anacrónica ao nível do conteúdo, buscando uma reintegração estilística do monumento na sua conceção primitiva.

A intervenção no Forte de S. Bruno teve, entre outras consequências, o tornar inexplicável e obscura uma parte da história e evolução da fortaleza, contribuindo para a sua descaraterização e perda de autenticidade. Os visitantes não compreendem como o Forte serviu de refúgio campista ou como funcionou no local uma pousada da juventude.



Figura 89. Forte de S. Bruno, atualmente vista interior.



Figura 90. Forte de S. Bruno, vista exterior.

O património, como testemunho que manifesta valores culturais relevantes, assume-se como um elemento de identidade, de memória coletiva e tem um papel relevante no desenvolvimento da comunidade local onde se insere. Além do mais, pode ser um elo de fortalecimento da identidade dessa comunidade e um fator de desenvolvimento local, económico, social, turístico e cultural.

No entanto, nem a intervenção de reabilitação, nem a dinamização cultural estruturada resolveram as rotinas de abandono e vandalismos existentes no Forte de São Bruno desde o último quartel do século passado, levantando-se a questão dos públicos e a sua função perante o património.

Devido ao impacto simbólico e emblemático do Forte de S. Bruno na envolvente, este espaço é muito requisitado para eventos, nomeadamente de cariz social.

As solicitações a que se responde com grande prudência, para diferentes tipos de eventos são inúmeras. Sendo evidente a diferença de afluência de pessoas em dia de evento social e num dia normal. No espaço de um ano e meio realizaram-se duas festas, uma mega festa e um casamento.

O passar do tempo, que não foi muito, começa a deixar à vista algumas das opções tomadas na recuperação do Forte de São Bruno, assim como o estado físico atual, ou seja o desaparecimento do reboco e cal que cobrem as paredes deixa à vista a utilização do cimento, assim como um conjunto de patologias, nomeadamente fissuras, lascadas, aveolização e sais, que reforçam o já registado pelo estudo realizado na década de 90 do século passado e demonstram a falta de acompanhamento após obra e a ausência de plano de manutenção e prevenção.

Ao nível exterior da fortificação houve um arranjo urbanístico, que configura a paisagem envolvente da fortificação tornando-se importante para a apropriação por quem a observa e frui. É um aspeto importante visto tratar-se da intervenção de um edifício que carrega uma carga histórica e que depende da especificidade e contexto em que se insere.



Figura 91. Forte de S. Bruno e envolvente.

Localização:

A reabilitação do Forte Santa Marta, projeto dos arquitetos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus, o Forte Santa Marta é um monumento de arquitetura militar, localizado em Cascais, concelho de Cascais, inserido na Área Metropolitana de Lisboa. Situa-se a ocidente do estuário do Tejo, entre a Serra de Sintra e o Oceano Atlântico, o território ocupado pelo Concelho de Cascais é limitado a norte pelo Concelho de Sintra, a sul e a ocidente pelo Oceano e a oriente pelo Concelho de Oeiras.



Figura 92. Mapa do grupo central das ilhas do arquipélago do Açores

Contextualização da Preexistência:

O Forte de Santa Marta situa-se na margem direita da foz da Ribeira dos Mochos, Cascais. O nome deste forte deve-se a uma pequena e antiga ermida dedicada a Santa Marta, localizada nas proximidades. O pequeno Forte, construído num esporão rochoso avançado sobre o mar, foi construído na década de 40 do século XVII sob a égide de D. Luís de Menezes, governador de Cascais e fez parte da defesa marítima de Cascais até ao século XIX (UNESCO, 2009).

Perdida a sua função militar, este Forte passaria a servir como posto de sinalização marítima depois de, em 1864, a Inspeção dos Faróis do Reino ter determinado a construção de um farol. O projeto arquitetónico foi da responsabilidade do arquiteto Francisco Pereira da Silva que traçou para o local a construção de uma torre quadrangular de 8 metros de altura.

O Forte Santa Marta é um monumento de arquitetura militar, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 12 Setembro 1978. Atualmente, evidencia alguns sinais de degradação por vandalismo e aberto ao usufruto público.

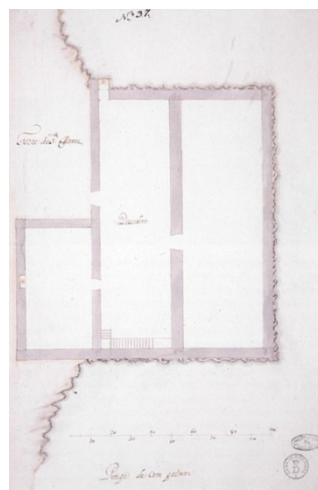


Figura 93. Planta do Forte 1693

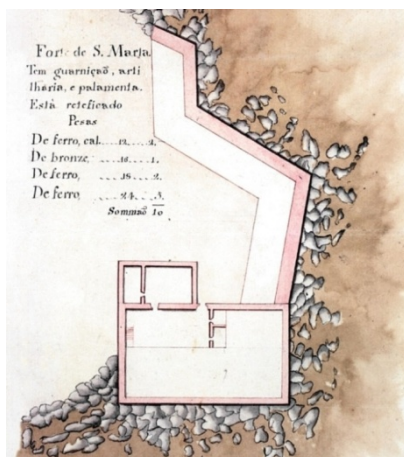


Figura 94. Planta do Forte finais do séc. XVIII

Tipo: Arquitetura Militar

Finalidade: Musealização

Situação: Construído

Projeto: Reabilitação do Forte, Cascais, Portugal.

Ano de construção: Ano de construção: 2006/2007

Análise da intervenção:

A fortaleza foi recuperada vocacionando-a para a museologia, com vista privilegiada sobre o Atlântico. A posição estratégica, bem como a importância histórica em conjunto com a panorâmica local levaram a Marinha e a Câmara Municipal de Cascais a questionar novas possibilidades para o Forte e Farol de Santa Marta. Assume-se como um espaço pluridisciplinar, de cultura e lazer, dinâmico e acessível a visitantes durante todo o ano.

Fortificação abaluartada composta por três corpos rectangulares de áreas diferentes, unidos e contíguos, onde então se destaca o espaço da bateria retangular de grandes dimensões virada ao mar, a esta varanda estava encostado o parapeito com a frente virada para lados opostos.

Parece-nos útil explicitar três modos de atuação do projeto, que de algum modo o resumem.

Perante o conjunto existente as adaptações foram sempre mínimas, avaliadas caso a caso, e decididas no integral respeito pela verdade histórica do conjunto.

O discernimento do tipo de intervenção e grau de profundidade foi objeto de diálogo com o Dono de Obra e apoiado em pareceres técnicos. Justificar-se-ão, em princípio, em três casos:

- a) Necessidade e reparação ou de restauro de elementos a manter integralmente;
- b) Necessidade de adaptação pontual para satisfazer exigências programáticas;
- c) Opção pelo desmonte de elementos desqualificados, aleatórios ou de caráter falsamente histórico.



Figura 95. Vista bateria retangular sobre o Atlântico e atual esplanada

A intervenção mais significativa sobre o existente resultou de uma inadequada e sucessiva apropriação de espaços de transição entre elementos construídos, levando a propor a reintrodução de um princípio organizador próximo da lógica original.

Recupera-se assim um sistema organizado por diversos volumes independentes que com o tempo foram adossados à muralha original, criando um sistema claro de sucessivas adições, cujas parcelas importa agora autonomizar, reforçando a leitura desse processo de sedimentação da história.

A nova construção constitui-se pela necessidade de implantação de áreas de apoio e serviços. Marcada como um estrato identificável e morfologicamente uma solução fundada na história.

A volumetria proposta implanta-se com grande naturalidade, recriando na sua condição de muro habitado, o limite Poente do conjunto, promovendo uma clara rutura com a envolvente e reenquadrando a abertura de todo o conjunto ao Mar.

A proposta pretendeu introduzir o mínimo de alterações nas áreas consolidadas do edificado. Aposta-se pela recuperação e clarificação da estrutura de muros original, da qual "emergem" cinco volumes correspondentes ao farol e aos outros quatro edifícios. As restantes áreas propostas serão "escavadas" no novo muro habitado. Esta estratégia de operar a partir de cinco módulos isolados, articulados em torno de um sistema de muros e ainda reforçada quer a nível de programa quer ao nível da sua materialidade.

Assim, o corpo do farol (F) manteve as suas funções, os quatro corpos "originais" (A, B, C e D) ocupados com espaços expositivos, enquanto o novo muro habitado (E) é ocupado por áreas de apoio (espaços técnicos, casas de banho, cafetaria e ainda escritório do diretor e gabinete do segurança).



Figura 96. Muro habitado

O corpo A foi objeto de uma intervenção mais profunda tendo em vista não só uma clara afirmação da sua condição volumétrica, mas principalmente baixando a cota do seu piso para o nível da primeira praça, para possibilitar a visita de pessoas com dificuldades motoras a toda a área expositiva. O espaço proposto, cuja afinação final deverá ser articulada com a proposta expositiva será iluminado por um sistema de micro lanternins de vidro, embebidos na estereotomia do azulejo, canalizando a luz para o interior segundo uma malha de desenho aleatório.

O corpo B de cobertura plana, sendo claramente destacado quer do corpo C com cobertura em quatro águas, quer do corpo A e será caracterizado também pelo desenho espacial da entrada de luz: uma sequência de rasgos longitudinais de secção trapezoidal.

Nos corpos C e D, a proposta aproximou-se mais da recuperação seletiva dos elementos existentes, como tetos, paredes e fenestração original, garantindo de igual modo um desenho de coberturas e revestimento de paredes a azulejo que promova a sua autonomia.

No caso do farol, a intervenção resumiu-se a aspetos mais epidérmicos, como a recuperação e substituição dos azulejos, substituição de guardas e guarnecimento de vãos.

O novo muro Poente responde às necessidades programáticas, construindo-se num desenho e numa matéria sem tempo, estabelecendo uma ancoragem no legado patrimonial das primeiras muralhas.

O espaço exterior organizado em duas grandes áreas a cotas distintas procura a correta articulação do conjunto. A praça mais fechada à cota baixa, com um contorno fundado no desenho dos vazios quase urbanos deixados entre as rochas, escoia-se através de um espaço de grande compressão para atingir à praça a cota superior com pleno domínio da vista de Mar. O lajeado exterior de pedra, recuperando o contributo do caminho de ronda, fará o cosimento de todo o complexo.

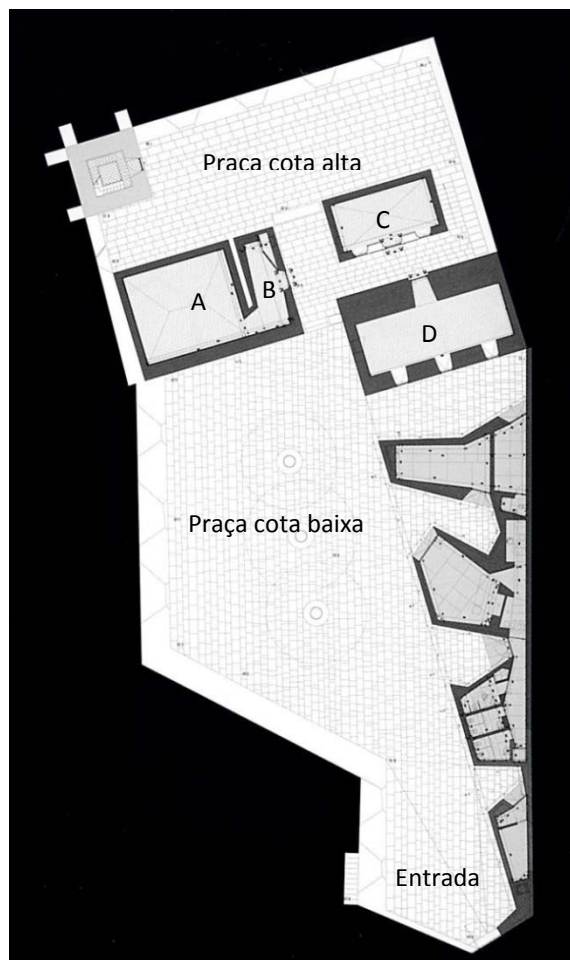


Figura 97. Configuração do Forte planta do rés-do-chão.

As praças serão deixadas livres, devendo a praça inferior promover a possibilidade de expansão da cafeteria, aproveitando a sombra das três palmeiras existentes.

Nas áreas recuperadas foram aplicados materiais e processos tradicionais, utilização do betão armado em reforços pontuais, principalmente nas novas paredes de betão para rebaixamento da cota do piso do corpo A. Nas áreas de construção nova, optou-se por elementos de construção correntes, com recurso a estruturas de betão armado, coberturas planas invertidas acabadas a argamassa pintada.

Também nos revestimentos, a proposta pretendeu utilizar os materiais já existentes: argamassas brancas no acabamento dos muros existentes ou propostos; o azulejo artesanal já existente no farol, estendido a todas as paredes exteriores e coberturas dos restantes quatro volumes, empregando-se aqui uma estereotomia variada de modo a poder absorver métricas variadas; pedra de lioz para aplicação em todos os pavimentos com estereotomias variadas. Será obviamente garantida a colocação intransigente de todas as infraestruturas técnicas de forma impercetível.

Pretendeu-se construir com uma imagem contemporânea. Houve nesse sentido margem para subtis variações nos acabamentos, nas técnicas de aplicação ou nos suportes desses materiais.

Resolvendo grandes problemas do conjunto, partindo de uma ideia de leitura das próprias preexistências e das suas possibilidades de recombinação.

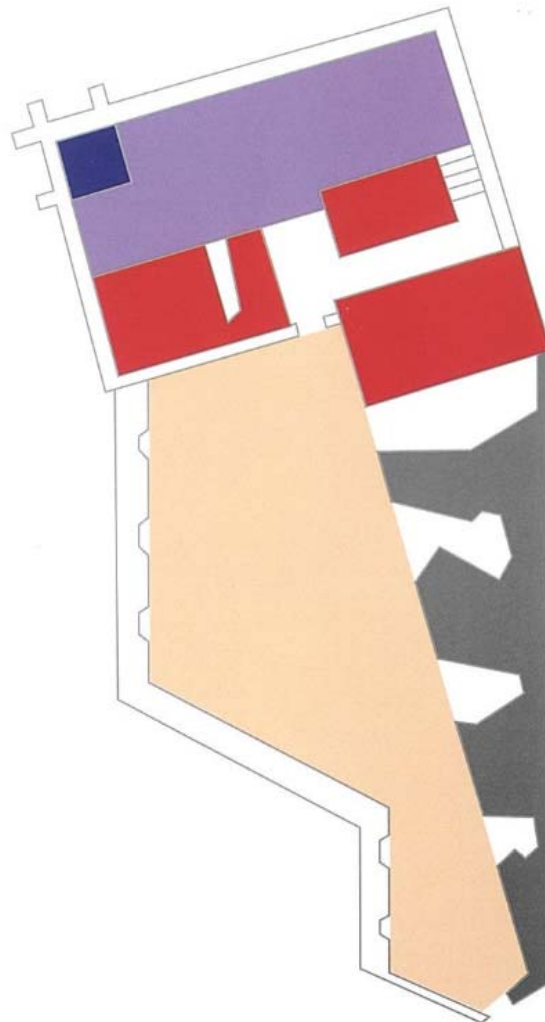


Figura 98. Farol Museu de Santa Marta – Organigrama

- Torre
- Bateria Alta
- Núcleos Expositivos
- Bateria Baixa
- Recepção | Cafeteria | Sanitários

Ao nível exterior é um aspeto importante visto tratar-se da intervenção de um edifício que carrega uma carga histórica e que depende da especificidade e contexto em que se insere. Da intervenção resulta um bom enquadramento paisagístico, nomeadamente ao nível da valorização das relações visuais que a fortificação estabelece com a envolvente.



Figura 99. Acesso principal do Forte (Praça baixa).

6.2 Análise comparativa dos estudos de caso

Os edifícios que estiveram na origem destas três intervenções são preexistências com relevância arquitetónica e revelam precisão construtiva. Esta característica foi essencial na sua reabilitação, pois é de opinião dos três arquitetos que, se a preexistência é de qualidade, então vale a pena intervir.

As preexistências foram trabalhadas de maneiras diferentes pelos arquitetos José Forjaz e Olavo Rebelo, os quais trabalham entre muros, ou seja, a intervenção passou pela reabilitação da preexistência que por si só tinha as dimensões necessárias para satisfazer as exigências da nova atividade, sendo que ao nível exterior da fortificação houve um arranjo urbanístico, que configura a paisagem envolvente da fortificação.

No entanto, no caso dos arquitetos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus, a pré-existência serviu como ponto de partida para um novo conjunto de edifícios. Nestas duas abordagens distintas, os arquitetos trabalham de maneira diferente a conjugação entre as novas e as velhas instalações. Nos exemplos dos Fortes São Sebastião e São Bruno, o espaço existente é totalmente explorado, pois aí se desenrola toda a intervenção. Já no Forte Santa Marta, há a necessidade de aumentar o espaço destinado às áreas de apoio ao Museu, ao passo que a pré-existência influencia os novos volumes.

Os três exemplos estudados dão conta de três abordagens e entendimentos distintos resultantes de um programa específico, mas que se podem enquadrar em duas maneiras diferentes de olhar a preexistência. Os Forte São Sebastião e São Bruno são exemplos de uma abordagem que cria uma linha contínua entre a preexistência e as alterações que foram introduzidas para que a nova função pudesse valer, e no Forte Santa Marta dá-se uma rutura entre o novo e o antigo, sendo que o antigo funciona como mote para a nova intervenção.

As intervenções resultam, por um lado, do entendimento do lugar e do seu enquadramento paisagístico, nomeadamente ao nível da manutenção e valorização das relações visuais entre ambas. É possível entender, assim, a importância da relação e de um significado mais abrangente do lugar, percebendo que o estudo de cada obra está indissociável do seu contexto, construindo indiretamente uma noção de maior abrangência sobre o espaço onde se insere.

6.3 Resultados da análise das intervenções

Dos estudos de caso analisados, verificaram-se intervenções em que os sítios correspondem a uma filosofia de intervenção, onde se percebe uma lógica de aplicação das soluções propostas em articulação com o sítio, sendo a preexistência o elemento gerador e articulador das diferentes atuações, e consequente transformação concetual dos respetivos lugares.

Verificou-se uma articulação entre o processo de intervenção dos sítios com vista a uma intervenção coerente, devidamente inserida no lugar, respeitando as preexistências. As intervenções implementadas no respetivo contexto traduzem-se na sua reinterpretação, marcada pela necessidade de apreensão do

conhecimento sobre o sítio. Evidenciou-se, também, uma diversidade nas soluções arquitetónicas implementadas, consequência das estratégias adotadas, que poderão ajudar a compreender os processos inerentes à transformação do sítio, a partir das preexistências.

Constatou-se que o contexto (paisagístico, cultural, social, económico) condiciona as características da obra arquitetónica, bem como as funções que deve desempenhar e a mensagem que deve transmitir, partindo das premissas da sociedade onde se desenvolve.

Relativamente aos casos de estudo analisados, a unidade de estilo parece dominar, mas enriquecido por uma quantidade de reflexões que afastam qualquer dogmatismo, seja este a favor da intervenção minimalista, da adição de elementos ou da construção de obra nova. É imperativo, para qualquer intervenção, o conhecimento profundo da história do objeto em causa, da sua envolvente e do seu contexto, seja ele um monumento.

O Forte São Sebastião, Moçambique, deve-se ao fato de ser um exemplo de restauro que mantém o respeito pela composição formal, sem ser introduzida uma nova forma de utilização do seu espaço. É assim um exemplo de contraposição em relação aos outros dois casos, passível de se fazer uma avaliação, formas de intervir em património, podendo ajudar a diferenciar um caminho distinto, no entendimento de um novo.

O Forte São Bruno, Oeiras, é um exemplo que pretende o respeito absoluto pela preexistência, onde a intervenção sobre o existente pretendeu, ao contrário do primeiro, despertar um novo olhar sobre a preexistência, apesar de serem demolidas partes do Forte, mas mantendo o equilíbrio do conjunto sem pôr em causa a sua imagem.

O Forte Santa Marta é um exemplo que, à semelhança dos outros dois, reafirma o papel e importância do Forte para a paisagem envolvente, mas que, contrariamente aos anteriores introduz um novo volume que compõe a leitura e o significado do monumento e envolvente.

Embora todos os métodos de conservação e restauro referidos se encontram “ativos” e passíveis de serem adotados, o estudo desta evolução e destas teorias capacita a equipa a cargo da intervenção para determinar, através do estudo do edifício, monumento, conjunto ou sítio, qual a ideal e/ou a possível.

No âmbito da intervenção no património, os diferentes contributos devem ser avaliados à luz da história do objeto a intervir e das circunstâncias e constrangimentos em que foram criados. É importante que o conhecimento crítico esteja presente nas intervenções dos nossos dias, a par do saber científico, de um certo bom senso e de um rigoroso acompanhamento em obra.

6.4 Ficha comparativa dos casos de estudo

Forte São Sebastião Ilha de Moçambique	Forte São bruno de Caxias	Forte Santa Marta De Cascais	Forte de São João Bapetista Esposende
---	------------------------------	---------------------------------	--

Valor				
Histórico				
Arqueológico				
Social				
Conjunto				
Funcional				
Espiritual				
Patrimonial				
Arquitectónico				
Paisagístico				
Artístico				
Uso				
Novo				
Turístico				
Económico				
Geoestratégico				
Programa				
Museu				
Albergue				
Centro de interpretação				
Sala de Conferências				
Centro de Investigação				
Oficina de obras de arte				
Mercado				
Cafetaria/Bar				

CONCLUSÕES

A Dissertação procurou responder a três objetivos: em primeiro lugar, identificar o valor patrimonial do Forte de São João Baptista, indicando as relações que estabelece com o sítio, o lugar e a paisagem. A apresentação dos trabalhos expostos nos capítulos 2, 3 e 4 que trata o enquadramento do objeto de estudo, permitiu o desenvolvimento da compreensão e identificação de critérios morfológicos e paisagísticos na implantação do Forte e a sua localização no contexto da região. A sua construção estava sujeita a uma série de características de implantação comportando, no geral, condições naturais de defesa e domínio visual sobre a envolvente.

Na resposta ao primeiro objetivo, a paisagem apresenta-se como o principal elemento ordenador preexistente, sobre o qual incide, em grande parte, o papel de restituir utilidade, significado e identidade à área da intervenção. Esses princípios ordenadores não são entendidos apenas na sua dimensão funcional, mas como meio de expressar uma ordem formal, capaz de organizar o espaço, estabelecer continuidades e de dar visibilidade, identidade e escala ao espaço da Fortificação e na envolvente que se insere. O objeto de estudo evidencia esse valor atribuído à envolvente como elemento estruturador e articulador da intervenção.

O valor histórico do monumento assume particular importância uma vez que apresenta um estado particular único, mantém-se o mais fiel ao seu estado original, sendo que o valor de contemporaneidade é um valor a inserir, uma vez que é importante, e marcará o seu lugar, altera, inova e cria história, faz avançar o monumento tornando-o útil às necessidades do presente, tendo em conta a importância e a referência que o património assume na sociedade atual, bem como os princípios culturais e sociais que se procuram valorizar, defender e transmitir.

A valorização patrimonial é um recurso de dinamização do turismo cultural e, conseqüentemente, da economia local que exige a sua reconsideração num contexto de abertura e difusão dos seus valores.

A Dissertação procurou responder a um segundo objetivo: analisar estratégias de intervenção no Forte, indicando princípios orientadores para o projeto de arquitetura do Forte de São João Baptista. Nos capítulos 4 e 5, por meio do estudo de diferentes intervenções, realizadas em monumentos de características comuns ao objeto de estudo, foi possível perceber a forma como a preexistência deveria ser trabalhada e interpretada, no sentido de entender como levar a cabo uma intervenção que respeitasse as características naturais da fortificação.

Em resposta ao segundo objetivo, à definição de uma estratégia de intervenção no Forte para o projeto de arquitetura, a solução proposta leva em consideração os princípios de intervenção atualmente aceites, assim como a perceção de um equilíbrio entre as componentes e funcionalidades da construção atual, patente na necessidade de reabilitação do espaço monumental preexistente. Esse equilíbrio garante a valorização dos espaços sem colocar em causa o valor patrimonial dos elementos construídos. E, por se diferenciar de um projeto para uma obra nova, a reabilitação do Forte assenta na recuperação

do conjunto de elementos de valor histórico, cultural e patrimonial, ficando implícita a integração de princípios da ética da conservação, como o da intervenção mínima introduzida na Carta de Veneza, no sentido de minimizar a intervenção visando salvaguardar o valor histórico e artístico da fortificação, a garantia da unidade e o respeito pelo pensamento com o problema da autenticidade material, transcrita pela Declaração de Nara.

O terceiro objetivo tem que ver com a definição de uma estratégia de intervenção no Forte e a indicação de princípios orientadores para o projeto de arquitetura do Forte de São João Baptista. Nos capítulos 5 e 6, por meio do estudo de diferentes intervenções, realizados em monumentos de características comuns ao objeto de estudo, foi possível perceber a forma como a preexistência deveria ser trabalhada e interpretada, no sentido de entender como levar a cabo uma intervenção que respeitasse as características naturais da fortificação.

Em resposta ao terceiro objetivo, a estratégia subjacente ao projeto e que suporta a concretização funcional/programática e formal da proposta, apoia-se na ideia de oferecer à cidade um edifício de excelência, do ponto de vista arquitetónico visando a promoção da cultura e o apoio aos desportos de água.

O respeito pela geometria da preexistência é um ponto de partida geral da composição da solução proposta, procurando uma harmonia com a escala envolvente e as cartas, recomendações internacionais e fundamentos teóricos de conservação e restauro.

A inserção urbana é um elemento sensível ao desenvolvimento da proposta, sendo determinante a opção de manter os edifícios existentes, sendo conservados e recuperados, preservando volumetricamente o carácter original.

Será proposto um novo corpo, implantado no interior do Forte, ocupando parte do atual logradouro. Este, ao estar construído um piso abaixo do solo, assume uma presença nula para a via pública.

A inserção e volumetria da nova construção estabelecem com as construções existentes uma relação intimista e com pouca presença. A nova construção dissimula-se, exacerbando a identidade dos edifícios existentes.

O pátio central complementado com o pátio a norte deste, com ligação direta à via pública, faz a comunicação com todos os edifícios.

O objeto arquitetónico mantém a disposição original e pretende recriar a forma “Estrelada”, composto pelo corpo a construir no subsolo dos edifícios existentes a nascente, com os pátios encerrados a poente com o edifício de maior dimensão.

A configuração que resulta da nova construção com os edifícios existentes procura a memória histórica do Forte.

A reabilitação e ampliação têm como princípio construtivo o Forte, que baseia a massa pesada, alicerçando-se no terreno, assente numa ideia morfológica de continuidade do lugar, conferindo contemporaneidade arquitetónica na abordagem ao projeto, pretendendo-se um conjunto com presença urbana, facilmente identificável, marcante, contemporâneo e elegante. Estes últimos serão garantidos por meio da manutenção dos materiais, técnicas, funções e pelo sentido do lugar estabelecido, não entrando em conflito em relação ao próprio meio natural. Será garantida, também, a Autenticidade por meio da manutenção dos seus valores originais, função e enquadramento original.

A ausência do uso atual do conjunto, que desenquadrado com os interesses contextuais e históricos da atualidade, estão arquitetonicamente sujeitos a novos valores tais como: neutralidade, simplicidade e descontinuidade. A solução resulta de uma atenção especial do lugar com a preexistência, nomeadamente ao nível da manutenção e valorização das relações visuais entre ambas procurando que o conjunto reforce a sua presença.

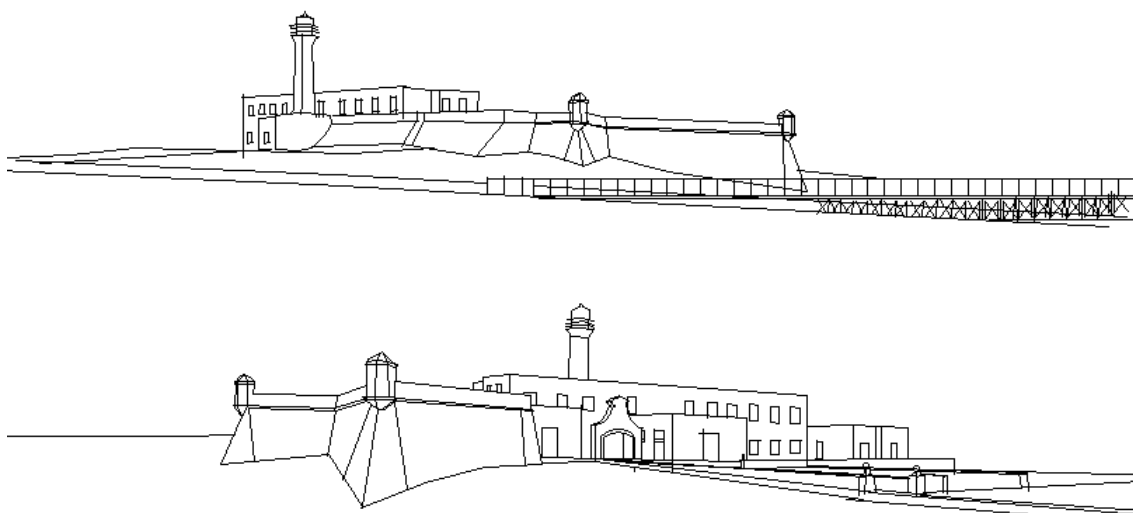


Figura 100. Esquissos da proposta.

As intervenções contemporâneas nos sítios arqueológicos devem traduzir-se através de projetos com respostas arquitetónicas adequadas e concretas, como elementos de transformação e adaptação ao sítio. Resultam de diversos condicionalismos, os quais ajudam a perceber as complexidades inerentes à transformação do lugar, com vista à sua valorização. Tratam-se, pois, de processos de complexidade elevada, que variam segundo inúmeras circunstâncias, dada a natureza do lugar e os diferentes interesses que envolvem.

Bibliografia

- Alba, A., Aymat, C., Blanco, J., Fernández, R., Gutiérrez, R., Parenti, R.,...Román, C. (1997). *Teoría e história de la restauración, master de restauración y rehabilitación del patrimonio* (Vol. 1). Madrid: Munilla-Leria.
- Amândio, B. (1994). *Esposende e o seu concelho na história e na geografia*. Braga: ASPA.
- Amândio, B. (1995). *O Forte São João Baptista e o farol de Esposende*. Esposende: Centro Social da Juventude de Mar.
- Almeida, C. (2003). *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre Cávado e o Minho*. Edição C.A.B.A
- Almeida, A. (2005) *A Pedra na Reabilitação do Espaço Público Urbano em Aglomerados Urbanos* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto).
- Recuperado de: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/11736/2/Texto%20integral.pdf>
- Anégia Editores (1998). *Esposende: A terra e o homem* (2ª ed.). Paços de Ferreira: ASA.
- Appleton, J. (2011). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção* (2ª ed.). Amadora: Orion.
- Barroca, J. (2004). *Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*. Revista Portugália, 25, 181-203. Porto: FLUP.
- Recuperado de: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3886.pdf>
- Begonha, A. (2011). *Patologia da Pedra. Casos de obra, 1ª Jornada de Materiais na Construção*. 83-113. Porto: FLUP.
- Recuperado de: http://paginas.fe.up.pt/~jmc2011/wp-content/uploads/2011/03/Arlindo_Begonha.pdf
- Bogdan, R., & Bkillen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brandi, C. (2004). *Teoria do Restauo*. São Paulo: Atelier Editorial.
- Câmara Municipal de Oeiras (2013). Informação Geográfica Online Plantas de Localização
- Recuperado de: <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/epl>
- Carrilho, J. (2010). *Musealização da área arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge*. Lisboa: Arq|a Arquitectura e Arte. Acções Patrimoniais.
- Catalogación, digitalización y valorización de las fortalezas defensivas de la frontera Galicia Norte de Portugal [CADIVAFOR] (2008). Ferrol: CIEFAL-CIS, Escola Superior Gallaecia.
- Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações.
- Choay, F. (2004). *A alegoria do património*. São Paulo: UNESPE.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Cóias, V. (2006). *Inspecções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios*. Lisboa: Editora 1ST Press.
- Correia, D. (1997). *Fortificação Abaluartada do Litoral Norte de Portugal*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa).
- Correia, J. (1736). *Livro de várias plantas deste Reino e de Castela*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

- Costa, M. (1988). *A Misericórdia de Esposende e a Semana Santa: Apontamentos subsidiários*. Esposende: Santa Casa da Misericórdia de Esposende.
- Duarte, A. (1972). *A História de Esposende*. Esposende: Duarte, A.
- Essentia Editora. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense [IFF], (2014). Livro Recuperado de: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br>
- Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Elsevier Butterworth
- Fotografias antigas do Forte de São Bruno (n.d.)
Recuperado de: <http://olhares.sapo.pt/forte-de-caxias-foto5047579.html>
- Gil, A. (1995). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Arêde, A., Begonha, A., Costa, Freitas, V., A. Guimarães, A., Medeiros, C.,...Paupério, E. (2012). *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.
- Grunow, E. (2011). *Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge*. Lisboa: Arcoweb.
- Guia da Cidade. (2011). Forte de São bruno:
Recuperado de: <http://www.guiadacidade.pt/pt/poi-forte-de-sao-bruno-810>
- Helm, J. (2012). *Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge: Carrilho da Graça Architectos*. Brasil: Archdaly.
- Hèlene, M. (1790 à 1793). Article *Le déplacement du mobilier conventuel: Aux sources de la conscience patrimoniale dans les Pyrénées-Orientales*, Université Toulouse-Le Mirail.
Recuperado de: www.univ-perp.fr
- International Council of Monuments and Sites [ICOMOS] (2001). *Recomendações Para Análise, conservação e Restauração Estrutural do Património Arquitectónico*. Paris: ICOMOS.
- Jokilehto, J. (2004). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Lamas, J. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, B. (1931). *Esposende até 1258*. Esposende: Livraria Esposendense.
- Lynch, K. (2007). *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, F. & Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Cnternacionais*. Lisboa: Livros horizonte.
- Lopes, L. (2012). *Reabilitação do Forte S. Francisco* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira).
- Lopes, N. (2008). *Capelinhos: centro de interpretação do vulcão*. Açores: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.
- Machado, M. (1951). *Esposende: Monografia do Concelho*. Esposende: M. A. F. Machado.
- Matos, S. (1983). *Os expostos da Roda em Esposende*. Esposende: Boletim Cultural de Esposende.
- Município de Cascais (2009). *Farol Museu Santa Marta*. Cascais. Câmara Municipal de Cascais.

- Município de Esposende (2009). *Esposende Ensaio Urbano de Vila a Cidade*. Esposende: Município de Esposende.
- Município de Oeiras (1996). *Projecto de Recuperação do Forte de S. Bruno*. Oeiras: Arquivo da DRL/IPPAR.
- Neiva, M. (1991). *Esposende Páginas de memórias*. Esposende: M. A. P. Neiva.
- Neiva, M. (1985). *O Concelho de Esposende no Séc. XIX : Três inquéritos de âmbito sócio-económico*. Esposende: M. A. P. Neiva.
- Niemeyer, O. (1986). *Como se Faz Arquitectura*. Petrópolis: Vozes.
- Nunes, P. (1991). *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar. Estado Maior do Exército.
- Nunes, M. (2001). *Legislação e acção para defesa e Valorização do património Cultural*. *Revista de Divulgação Cultural*, 16,43-53. Lousã: Arunce
- Nunes, A. (2005). *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Caleidoscópico
- Paiva, J., V. Aguiar, J. & Pinho, A. (2006). *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.
- Portas, N. (1995). *A transformação da cidade*. Lisboa: Livros horizonte.
- Portas, N. (2007). *A cidade com arquitetura*. Lisboa: Livros horizonte.
- Direção Geral do Património Cultural [DGPC] (n.d.). *Cartas e Convenções Internacionais sobre Património*.
- Recuperado de: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>
- Prata, M. (2011). *Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa*.
- Riegl, A. (1984). *Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse*. Paris: Seuil.
- Riegl, A. (2008). *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Machado Libros S.A.
- Ruskin, J. (1987). *Las siete lámparas de la arquitectura*. Barcelona: Alta Fulla.
- Rossi, A. (1995). *A Arquitectura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA]. (2001-2014). Forte de São Bruno
- Recuperado de: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6080
- Sóla-Morales, I. (1995). *Terrain Vague, em Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Sóla-Morales, I. (2002) *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Távora, F. (1996). *Da Organização do Espaço* (3ªed). Porto: FAUP Publicações.
- Viollet-Le-Duc, E. (2000). *Restauração. Coleção Artes & Ofícios*. Cotia São Paulo: Atelier Editorial.
- Unit Nations Educational, scientific and Cultural Organization [UNESCO] (2009). *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião Ilha de Moçambique*. Paris: Centro do Património Mundial da UNESCO

Vaz, R. (2009). *Intervir ou Interferir? Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra).

Vieira, J. (1915). *Caderno de Apontamentos para a história do Concelho de Esposende*. Esposende: Livraria Esposendense.

Veiga, A. (1990. -1992) *Barqueiros no concelho de Esposende. Boletim Cultural de Esposende*. Esposende: Câmara Municipal.

Yin, R. (2003). *Escudo de caso: planeamento e métodos*. São Paulo: Bookman.

Índice de Figuras

FIGURA 1. FONTE: CARTA ADMINISTRATIVA DE PORTUGAL (1:250000), 1979	25
FIGURA 2. FONTE: WWW.CM-ESPOSENDE.PT	26
FIGURA 3. FONTE: WWW.CM-ESPOSENDE.PT	26
FIGURA 4. FONTE: ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE ESPOSENDE	27
FIGURA 5. FONTE: O AUTOR.....	28
FIGURA 6. FONTE: ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE ESPOSENDE	29
FIGURA 7. FONTE: O AUTOR.....	30
FIGURA 8. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009	31
FIGURA 9. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	32
FIGURA 10. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	33
FIGURA 11. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	33
FIGURA 12. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	34
FIGURA 13. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	35
FIGURA 14. FONTE: AMÂNDIO 1995	36
FIGURA 15. FONTE: AMÂNDIO 1995	38
FIGURA 16. FONTE: AMÂNDIO 1995	39
FIGURA 17. FONTE: AMÂNDIO 1995	39
FIGURA 18. FONTE: AMÂNDIO 1995	40
FIGURA 19. FONTE: AMÂNDIO, 1995	41
FIGURA 20. FONTE: AMÂNDIO, 1995	41
FIGURA 21. FONTE: AMÂNDIO, 1995	43
FIGURA 22– FONTE: AMÂNDIO, 1995	43
FIGURA 23. FONTE: AMÂNDIO, 1995	44
FIGURA 24. FONTE: AMÂNDIO, 1995	44
FIGURA 25. FONTE: AMÂNDIO, 1995	45
FIGURA 26. FONTE CORREIA, 1996.....	46
FIGURA 27. FONTE: AUTOR	47
FIGURA 28. FONTE: AUTOR	47
FIGURA 29. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	48
FIGURA 30. FONTE: ENSAIO URBANO DE VILA A CIDADE, 2009.....	48
FIGURA 31. FONTE: O AUTOR.....	51
FIGURA 32. FONTE: O AUTOR.....	52
FIGURA 33. FONTE: O AUTOR.....	53
FIGURA 34. FONTE: O AUTOR.....	54
FIGURA 35. FONTE: O AUTOR.....	54
FIGURA 36. FONTE: O AUTOR.....	55

FIGURA 37. FONTE: O AUTOR.....	55
FIGURA 38. FONTE: O AUTOR.....	56
FIGURA 39. FONTE: O AUTOR.....	57
FIGURA 40. FONTE: O AUTOR.....	58
FIGURA 40. FONTE: O AUTOR.....	58
FIGURA 41. FONTE: O AUTOR.....	58
FIGURA 42. FONTE: GOOGLE EARTH	87
FIGURA 43. FONTE: WWW.MONUMENTOS.PT.....	87
FIGURA 44. FONTE: GOOGLE.IMAGENS.PT	88
6FIGURA 45. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	88
FIGURA 46. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	88
FIGURA 47. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	89
FIGURA 48. FONTE: WWW.MONUMENTOS.PT.....	89
FIGURA 49. FONTE: WWW.MONUMENTOS.PT.....	89
FIGURA 50. FONTE: WWW.MONUMENTOS.PT.....	89
FIGURA 51. FONTE: WWW.MONUMENTOS.PT.....	90
FIGURA 52. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	91
FIGURA 53. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	91
FIGURA 54. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	92
FIGURA 55. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	92
FIGURA 56. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	92
FIGURA 57. WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	93
FIGURA 58. WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	93
FIGURAS 59 A 61. FONTE: FERNANDO GUERRA E SÉRGIO GUERRA.....	94
FIGURA 62. GOOGLE EARTH	95
FIGURA 63. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	95
FIGURA 64. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	95
FIGURA 65. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	96
FIGURA 66. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	96
FIGURA 67. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	97
FIGURA 68. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	97
FIGURA 69. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	97
FIGURA 70. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	97
FIGURA 71. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	98
FIGURA 72. FONTE: LARA, M. ET AL., 2008.....	98
FIGURA 73. FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.PT.....	105
FIGURA 74. FONTE: UNESCO, 2009.	105
FIGURA 75. FONTE: UNESCO, 2009	106

FIGURA 76. FONTE: UNESCO, 2009	106
FIGURA 77. FONTE: UNESCO, 2009	106
FIGURA 78. FONTE: UNESCO, 2009	107
FIGURA 79. FONTE: UNESCO, 2009	107
FIGURA 80. FONTE: UNESCO, 2009.....	108
FIGURA81. FONTE: UNESCO, 2009	108
FIGURA 82. FONTE: UNESCO, 2009	108
FIGURA 83. FONTE: UNESCO, 2009.....	108
FIGURA 84. FONTE: UNESCO, 2009	109
FIGURA 85. GOOGLE EARTH	111
FIGURA 86. FONTE: CORREIA, J. (1736). BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	111
FIGURA 87.FONTE: O AUTOR.....	112
FIGURA 88. FONTE: HTTP://GEOPORTAL.CM-OEIRAS.PT/VER/MAPAS ,.....	112
FIGURA 89. FONTE: O AUTOR.....	113
FIGURA 90. FONTE: HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=6080	113
FIGURA 91. FONTE: O AUTOR	114
FIGURA 92. GOOGLE EARTH	115
FIGURA 93. FONTE: CORREIA, J. (1736). BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	115
FIGURA 94. FONTE: CORREIA, J. (1736). BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	115
FIGURA 95. FONTE: O AUTOR.....	116
FIGURA 96. FONTE: O AUTOR.....	117
FIGURA 97. FONTE: CMC., 2009	118
FIGURA 98. FONTE: CMC., 2009	119
FIGURA 99. FONTE: O AUTOR.....	120
FIGURA 100. FONTE: O AUTOR.....	127